



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

GESIEL HOLANDA DO NASCIMENTO

**O JORNAL “O REBATE”: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-
ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL DA CIDADE DE
CRUZEIRO DO SUL (1921-1931)**

Rio Branco
2018

GESIEL HOLANDA DO NASCIMENTO

O JORNAL “O REBATE”: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-
ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL DA CIDADE DE
CRUZEIRO DO SUL (1921-1931)



Texto de defesa apresentado a Banca Examinadora da Universidade Federal do Acre como exigência parcial para obtenção de grau de Mestre.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Educacional

Orientador(a): Professora Dra. Andréa Maria Lopes Dantas

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

N244j Nascimento, Gesiel Holanda do, 1988 -

O jornal " O Rebate": a organização político-administrativa e educacional da cidade de Cruzeiro do Sul (1921-1931) / Gesiel Holanda do Nascimento; orientadora: Dr^a. Andréa Maria Lopes Dantas. – 2018.

110 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós – Graduação em Mestrado de Políticas Públicas e Gestão Educacional, Rio Branco, 2018.

Inclui referências bibliográficas e anexos.

1. História da educação. 2. Instrução política. 3. Imprensa – O Rebate. I. Dantas, Andréa Maria Lopes (orientadora). II. Título.

CDD: 370

Bibliotecária: Nádia Batista Vieira CRB-11º/882.

BANCA EXAMINADORA

**O JORNAL “O REBATE”: A ORGANIZAÇÃO
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL DA CIDADE DE
CRUZEIRO DO SUL (1921-1931)**

Dra. Andrea Maria Lopes Dantas
Universidade Federal do Acre (UFAC) - Orientadora

Vera Lúcia Gaspar
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Membro externo

Tania Mara Rezende Machado
Universidade Federal do Acre (UFAC) – Membro interno

Aprovado em: _____/_____/_____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia. Depois, às minhas duas princesas que tantas alegrias me fazem sentir, minha esposa Andressa Raquel Oliveira do Nascimento e a minha amada filha Analice Oliveira do Nascimento. Também sou grato aos meus pais, se cheguei até aqui foi por muito amor e dedicação deles pela minha vida. Meu pai Pedro do Nascimento, minha mãe Ivanir Holanda do Nascimento. E por último e não menos importante a todos os meus familiares, em especial todos os meus irmãos, que tanta força me deram para eu permanecer firme nesta dura caminhada.

Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.
A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela pela qual hoje vislumbro um horizonte cheio de realizações, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

À minha orientadora, por quem tenho uma grande admiração, Professora Dra. Andrea Maria Lopes Dantas, pelo suporte, abdicando de seu precioso tempo para me orientar, pelas suas correções e incentivos.

A todos os professores que fazem parte do (MED) – Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UFAC, em especial às Professoras Dra. Vera Lúcia Gaspar – UDESC e Dra. Tania Mara Rezende Machado – UFAC, componentes da minha banca avaliadora, pois contribuíram para que esta pesquisa se constituísse em um trabalho melhor, por meio de todas as sugestões e contribuições significativas.

À minha família que atuou como porto seguro diante das dificuldades encontradas, a todos eles eu agradeço: Gloria; Ideone; Salete; Cleito; Cristiano; Greice; Gleiciane; Iohana e Christophe.

A minha sogra Ozana e meu sogro Oliveira, sem eles tenho certeza que esta caminhada não seria concluída, obrigado!

Aos meus cunhados e cunhadas: Ageu; Marcos; Eduardo; Eliziane; Adriana, agradeço por todo o apoio e orações.

Aos meus amigos, Josa, José Marconde, Renato, Charle, Rafael, Marcleuson e Paulo pelo apoio, carinho e amor que compartilhamos nos momentos difíceis, foram com quem eu sempre pude contar, a todos eles agradeço por tudo e também dedico esta dissertação.

A todos meus amigos e colegas de sala, especificamente da turma de 2016 do Mestrado em Educação, em especial: Carlos, Nayara, Kally e Virna, que em nenhum momento me abandonaram e compartilharam durante esses dois anos nossas experiências intelectuais, alegrias e tristezas, motivando sempre um ao outro.

À dona Gisalda Mariano que não mediu esforços em me emprestar o material de pesquisa, tão importante para tornar este estudo uma realidade.

A CAPES, por me dar condições financeiras de me manter durante os dois anos que fiquei em Rio Branco.

À Universidade Federal do Acre, por dar-me a oportunidade de concluir este curso de mestrado do qual tenho extremo orgulho.

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire

Ainda que eu dê aos pobres tudo o que possuo e entregue o meu corpo
para ser queimado, mas se não tiver amor, nada disso me valerá.

1 Coríntios 13:3

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central discutir A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL DA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL, tendo como principal fonte de pesquisa o jornal “O Rebate”, delimitando-se aos anos de 1921-1931, período correspondente à primeira década da segunda forma de organização administrativa do Acre, a do território unificado. O estudo em questão está dividido em quatro capítulos. Num primeiro momento buscou-se identificar, junto à base de dados da Biblioteca Nacional, os jornais editados no território acriano, em especial no Departamento do Juruá, hoje cidade de Cruzeiro do Sul. No segundo momento é feita uma descrição da estrutura do jornal “O Rebate”, quantidade de números publicados, quem era o dono do Jornal, além de fazer um breve apontamento da dupla função exercida pelo jornal e sua estratégia para manter sua credibilidade diante dos dois públicos que atendia, fosse o governo ou o povo. Ainda no capítulo dois, o estudo busca apontar como eram veiculadas as notícias, como estas se vinculavam entre si, e mais importante, como conviviam, no mesmo espaço, àquelas notícias oriundas do poder público local e as que se pretendiam de traço autônomo. Essa convivência entre as matérias, de origens distintas, permitiu esquadriñar como elas acabaram que influenciando nas decisões que findavam por determinar como seria dada organização da cidade, fosse a estruturação dos serviços municipais, os investimentos na educação e até mesmo a formatação do modelo administrativo em vigor. No capítulo três procuro trazer a tona alguns debates ocorridos dentro do recorte já especificado referente ao novo modelo político-administrativo que passara a vigora no estado. Um fato que não pode passar despercebido são as críticas e as preocupações dadas a ler no jornal “O Rebate” referentes a este “novo” modelo de administração. Assim, durante a leitura ficou claro que os embates travados por não aceitar esse novo modelo, imposto pelo governo federal, foram determinantes na organização política e também acabaram influenciando nos investimentos feitos na região, inclusive os da área da educação. O último capítulo desta dissertação busca ressaltar como se deu a organização educacional de Cruzeiro do Sul, levando em consideração mais uma vez os embates políticos travados no Congresso Federal e em outros âmbitos da sociedade pela divisão do Acre e, conseqüentemente, a autonomia do Juruá, baseando-se nas matérias divulgadas primordialmente no jornal “O Rebate”. Diante disso, foi possível perceber que a tentativa para estabelecer em Cruzeiro do Sul um governo independente acabou influenciando na conquista de muitos direitos e investimentos para a educação, mas também em um certo momento, foi esta mesma luta que contribuiu para a decadência do sistema educacional do Juruá. Assim, pode-se compreender o jornal em questão como uma fonte privilegiada para entender como os serviços educacionais e a constituição político-administrativa se estabeleceu na cidade de Cruzeiro do Sul, levando em consideração os embates acirrados por autonomia defendida pelos juruaenses. Para efeito da análise se privilegiou os periódicos contidos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Além dos estudos de LIMA (2014), MOURA (2017), DANTAS (2015), PAULA (2017), CHARTIER (1990), CAPELATO (1980).

Palavras-chave: História da Educação – Imprensa – Instrução Pública - O Rebate.

ABSTRACT

This work has as main objective to discuss THE POLITICAL-ADMINISTRATIVE AND EDUCATIONAL ORGANIZATION OF THE CITY OF CRUZEIRO DO SUL, having as main research source the newspaper "The Rebate", delimiting itself to the years of 1921-1931, period to which corresponds the first decade of the second form of administrative organization of Acre, that of the unified territory. The study in question is divided into four chapters. In a first movement, it was tried to identify, along with the data base of the National Library, the newspapers published in the territory of Acre, especially in the Department of Juruá, today the city of Cruzeiro do Sul. In the second moment a description of the structure of the newspaper "The Rebate", "a quantity of published numbers, who owned the newspaper, and gave a brief account of the double role of the newspaper, and its strategy to maintain its credibility with the two publics it attended, whether it was the government or the people". Still in chapter two, the study seeks to point out how the news was transmitted, how these were linked to each other, and more importantly, how the news came from the local public power and what was intended, with an autonomous trait, this coexistence between the subjects of different origins allowed us to analyze how they ended up influencing the decisions that ended up determining how the city would be organized, whether it was the structuring of municipal services, investments in education and even the formatting of the administrative model in force. In chapter three, I try to bring up some of the debates that have taken place within the already specified clipping concerning the new political-administrative model that had become effective in the state. A fact that can not go unnoticed are the criticisms and concerns given in the newspaper "O Rebate" regarding this "new" management model, so during the reading it was clear that the clashes for not accepting this new model, imposed by the federal government, were decisive in the political organization and also ended up influencing the investments made in the region, including investments in education. The last chapter of this dissertation seeks to highlight how the educational organization of Cruzeiro do Sul took place, once again taking into account the political clashes held in the federal congress and in other areas of society by the division of Acre and consequently the autonomy of Juruá, based on the material disclosed primarily in the newspaper "O Rebate". It was possible to perceive that the attempt to establish an independent government in Cruzeiro do Sul ended up influencing the conquest of many rights and investments for education, but that, at a certain moment, it was this same struggle that contributed to the decadence of educational system of Juruá. Thus, one can understand the newspaper in question as a privileged source to understand how the educational services and the administrative political constitution was established in the city of Cruzeiro do Sul, taking into account the fierce attacks by autonomy defended by the juruaenses. For the purpose of the analysis, the journals contained in the Digital Library of the National Library were privileged. In addition to the studies of LIMA (2014), MOURA (2017), DANTAS (2015), PAULA (2017), CHARTIER (1990), CAPELATO (1980).

Keywords: Education History - Press - Public Instruction - The Rebate.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA E MATERIAIS DE PESQUISA	17
Capítulo I – O IMPRESSO NO TERRITÓRIO ACRIANO.....	23
1.1 – A imprensa no Alto Juruá.....	26
1.2 – As notícias e seus objetivos	30
Capítulo II – O JORNAL “O REBATE” E O SEU PROPÓSITO: O interesse da coletividade.....	44
2.1 – O Rebate “Oficial”.....	47
2.2 – A cordialidade nas palavras: “a crítica”	52
Capítulo III – A NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ACRE: A “crítica”	55
3.1 – A grande aspiração: a divisão do território.....	59
3.2 – Direito a voto aos acrianos	69
Capítulo IV – A ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL DADA A LER NO “O REBATE”	76
4.1 – Concedendo direitos: intenções e privilégios	77
4.2 – As funções da escola: o civismo e o comércio	83
4.3 – Do ápice à decadência	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS.....	104

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como ponto de partida a imprensa na cidade de Cruzeiro do Sul no início do século XX, buscando compreender como esta representava os acontecimentos citadinos e a constituição da cidade. Partindo de tal premissa, o primeiro movimento foi então o de identificar, junto à base de dados da Biblioteca Nacional, os jornais editados no território acriano, em especial no Departamento do Juruá, hoje cidade de Cruzeiro do Sul.

A pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹ me permitiu identificar que, no período de 1904 a 1980, foram editados trinta e cinco jornais no território acriano. São jornais dedicados a vários temas e assuntos, desde aqueles que se proclamam órgãos de partido político, os que se anunciam como folhas literárias, aos que se apresentam como órgãos das administrações locais. Somam-se a esses periódicos aqueles que se declaram como folhas independentes ou autônomas, buscando com isso determinar o afastamento de uma filiação partidária ou ideológica em relação ao poder local.

A questão que me movimentava, nesse instante, era a de buscar identificar elementos que pudessem dar conta de uma indagação primária, qual seja, como a cidade de Cruzeiro do Sul se organizou político-administrativo e educacionalmente, e como essa organização foi noticiada nos jornais do início do século XX.

Nesse momento o jornal que permitiria a resposta a tal questão era o jornal “O Cruzeiro do Sul”, órgão da prefeitura do Departamento do Alto Juruá, editado na cidade de mesmo nome. Esse jornal tem seu primeiro número posto a circular em 1908 e encerra suas atividades no ano de 1918.² Certamente ali poderíamos identificar questões como a organização dos serviços educacionais, mapear o debate ocorrido entre os autonomistas locais quando estes pretendem e conseguem a autonomia da Vila Seabra³, parte do Departamento do Alto Juruá que passa, no ano de 1913 a se constituir num departamento administrativo autônomo com o nome de Tarauacá, dentre tantas outras possibilidades de pesquisa. No entanto o jornal, sendo este o veículo de divulgação oficial local, não buscava identificar os elementos relativos à organização da cidade de Cruzeiro do Sul.

¹ Oficialmente lançada em 2006, a BNDigital integra coleções de Jornais Impressos que desde 2001 vinham sendo digitalizadas no contexto de exposições e de projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais. (Disponível em: www.hemerotecadigital.br)

² Com o fechamento do jornal O Cruzeiro do Sul no ano de 1918, a cidade passa a não mais contar com um veículo impresso, que figurasse como um órgão oficial da prefeitura local, espaço em que seriam depositadas as notícias relativas à administração local e territorial.

³ Sob essa questão sugiro a leitura da dissertação de mestrado de Eduardo da Cunha Franco de Sá, “O ACRE PRECISA DE UM VIVER AUTÔNOMO PARA PODER PROGREDIR”: a intrínseca relação autonomia política/territorial e a instrução pública na Vila Seabra. PPGE UFAC, 2017

Ampliando a pesquisa, especialmente no que diz respeito ao recorte temporal, identifiquei um jornal que circulou na cidade de Cruzeiro do Sul por cinquenta anos, denominado “O Rebate”.

A despeito de a administração municipal não mais possuir um jornal oficial, posto que “O Cruzeiro do Sul” encerrara sua circulação em 1918, é possível localizar a publicação dos atos oficiais da Prefeitura de Cruzeiro do Sul, dentre outras matérias, em um jornal que se autoproclama independente. Somam-se a tais notícias, aquelas anunciadas como de interesse da população, sejam a título de informações, de transcrição de matérias ou notícias de jornais de outros estados, ou ainda da publicação de capítulos de romances. Diante de tais elementos é lícito considerar que a pretendida autonomia do jornal “O Rebate” se colocava no aspecto de não ser este financiado e editado pela prefeitura local, ficando assim livre para questionar as ações do poder público, mesmo que se mantivesse publicando os atos oficiais da prefeitura local.

O Rebate era publicado uma vez por semana e circulou por cinquenta anos. Seu primeiro número foi posto a circular em 1921 e suas atividades foram encerradas no ano de 1971, se constituindo como o jornal autônomo de maior tempo de circulação no território do Acre.

A percepção dessa dupla entrada de informações, a oficial, oriunda do poder municipal e aquela fomentada e produzida pelos proprietários do periódico, finda por transformar esse impresso em ferramenta de pesquisa capaz de nos dar conta de como essas informações, a oficial e a dita autônoma, conviviam no mesmo espaço jornalístico. Assim, o jornal O Rebate finda por servir de fonte primária de pesquisa neste estudo. Me retenho a fazer os levantamentos das notícias vinculadas apenas na primeira década de circulação do referido impresso, o que corresponde aos anos de 1921-1931, com um único objetivo, qual seja, o de retratar como se dá a organização político-administrativa e educacional na cidade de Cruzeiro do Sul neste período.

Como o presente estudo versa sobre a desenvolvimento da Cidade de Cruzeiro do Sul, no que tange principalmente à sua organização político-administrativa e educacional, retratada através do jornal O Rebate, vale a pena deixar o leitor a par de algumas características que fazem parte da história da cidade, o que é comum na maioria das cidades interioranas. Se nos dias atuais a cidade é considerada uma das mais isoladas do Brasil, no período recortado para a pesquisa este isolamento é ainda mais evidente.

A organização administrativa nos possibilita conhecer melhor a cidade de Cruzeiro do Sul. De acordo com a Lei n.º 5.188 de 07 de abril de 1904⁴, o Acre é dividido em três departamentos administrativos: Departamento do Alto Juruá; Departamento do Alto Purus e Departamento do Alto Acre. Neste período, pode-se observar que cada um dos departamentos eram administrados por um “Intendente”, cargo equivalente ao de prefeito em nossos dias, na época nomeado pelo Presidente da República. Esse modelo de eleição perdurou até 1920 no território acriano.

Em 1904, um ano após a sua criação, o Território do Acre foi dividido em três Departamentos Administrativos, simultaneamente Alto Acre, com sede em Rio Branco, Alto Purus, com sede em Sena Madureira e Alto Juruá com sede em Cruzeiro do Sul. Para a administração dos Departamentos foram nomeados Prefeitos, pela Presidência da República. Estes respondiam diretamente a administração da União através de um “delegado” nomeado pelo Presidente da República, sediado em Manaus. Estava assim montada a estrutura administrativa que vigoraria em terras acreanas até o ano de 1920. (DANTAS, 2015, p. 188).

O município, cujo nome foi inspirado na Constelação do “Cruzeiro do Sul”, surgiu da implementação do decreto de 12 de setembro de 1904, quando o Coronel do Exército Brasileiro Gregório Thaumaturgo de Azevedo instalou a sede provisória do município, em um local denominado "Invencível", na foz do Rio Moa. Teve sua fundação oficializada em 28 de Setembro de 1904, o que pode ser confirmado observando o Decreto n.º 8, de 28-09-1904 transferindo a sede do Departamento do Alto Juruá para Cruzeiro do Sul.

Uma curiosidade que pode ser observada aqui é que tal transferência se deu, de acordo com dados colhidos no relato do próprio Coronel do Exército Brasileiro Gregório Thaumaturgo de Azevedo, “pois no antigo lugar faltava área suficiente para o desenvolvimento futuro da cidade, além do problema das inundações periódicas, resultantes das enchentes do rio. Na área do Centro Brasileiro (atual Cidade de Cruzeiro do Sul) a geografia apresentava muitas colinas (terras livres de inundações), facilitando a implantação da futura cidade, atendendo, ainda, outras considerações de ordem administrativa e comercial”. Outra peculiaridade bastante interessante da fundação e do fundador da cidade pode ser vista ao observarmos um breve relato concedido por um antigo morador do departamento do Juruá, relato este que deixa claro o caráter sério de um coronel do exército, mas também evidencia seu lado sensível e humano:

⁴ Cf. <http://www2.camara.leg.br/>

Depoimento verbal de JOÃO TIBURCIO DA SILVA, nascido em Quixerámobim, Ceará, em 9 de outubro de 1896, bastante lúcido, declarou ser filho de Tibúrcio Valeriano da Silva e de D. Anna Liberalina do Amor Divino, descendente do Marquês de Cachoeira. É casado com D. Maria Madalena de Castro, o casal tem 8 filhos e 16 netos. Chegou a Cruzeiro do Sul aos 8 anos e lembra-se quando o Gen. Thaumaturgo, para fundar a cidade acampou na margem direita do Rio Juruá, em frente a embocadura do Rio Moa no sítio denominado Seringal Buritzal de propriedade de um português seu amigo Zé Jerino. **Declarou ainda que o Gen. Thaumaturgo era muito bom, enérgico, amigo dos humildes e das crianças, que o afagou muitas vezes. Servia uma vez por semana a merenda escolar e dava roupa às crianças pobres que não as tinham. Que o primeiro ato de Gregório Thaumaturgo foi fundar a escola a qual frequentou. Depois fundou o jornal e em 28 de setembro de 1904, organizou a Usina Elétrica, que mandara vir em 1903. Declarou, ainda, que se lembra que índios que habitavam a região eram NAUAS, mansos.** Por aqui a Proteção ao índio e bala de rifle para os que não eram pacíficos, tais como: POIANAUAS, que habitavam perto do Seringal República na Serra do Rio Mõa. Lembra-se também de outros NUCUININS, JAMI-NAUAS, CAXINAUAS, ARARAS, AMAUACOS, CONOMORIS. Os NAUAS, como foi dito, eram pacíficos e habitavam no chamado Estirão dos Nauas, atualmente Colônia Rodrigues Alves. Declarou ainda que o Município tem tal nome, para reverenciar a Constelação do Cruzeiro do Sul, e foi escolhido pelo Gen. Thaumaturgo. O mesmo instalou na cidade Observatório Astronômico em 1904, posteriormente em 1926 José Astrogésimo de Vasconcellos levou toda a aparelhagem, que era de procedência alemã e boa qualidade e a vendeu em Manaus e embolsou o dinheiro. (Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH, 1974, p. 1856 – ANPUH. *Grifo meu*).

Aqui chamo a atenção para o fato de, logo nos primeiros anos de sua fundação, já ser ressaltada a importância de se fazer publicar um jornal na região, servindo assim tanto para os interesses do governo do território como também também de noticiário. É possível notar através de depoimentos como os supracitados que Cruzeiro do Sul, a exemplo de muitas outras cidades do Brasil, estava focada no discurso de modernidade que tomava conta do país.

A cidade continuou como sede do departamento do Alto Juruá até 1920, quando em 01 de outubro, através do Decreto Federal n.º 14.383 de 01-10-1920⁵, suprimiu-se todos os departamentos e unificou-se o território do Acre, determinando a cidade de Rio Branco como capital do território. O processo de elevação do Acre à categoria de estado foi ao longo dos anos permeado de disputas nos campos político e legislativo. O Acre foi elevado à categoria de estado⁶ da federação somente em 15 de junho de 1962. Hoje o estado conta com 22 municípios, sendo a cidade de Cruzeiro do Sul a segunda maior economia do Acre. De acordo com censo de 2015, tinha uma população de 81.519 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado e o 33º da região Norte do Brasil.

⁵ Cf. Art. 14. O Território do Acre divide-se em cinco municípios: Rio Branco, Xapuri, Purus, Tarauacá e Juruá, que terão suas sedes, respectivamente, nas cidades de Rio Branco, Xapuri, Senna Madureira, Seabra e Cruzeiro do Sul. <http://www2.camara.leg.br>

⁶ Cf. LEI N° 4.070, DE 15 DE JUNHO DE 1962. <http://www2.camara.leg.br>

O acesso ao município hoje pode se dar através de transporte aéreo, fluvial e terrestre, mas nos anos de 1921-1931, período em que irá ser melhor salientado nos tópicos posteriores, o acesso à região era realizado prioritariamente através dos rios. Cruzeiro do Sul é banhada pelo Rio Juruá, de águas barrentas e navegáveis, que divide o município em dois distritos. “O nome Juruá é de origem indígena, uma derivação do nome "Yurá", usado pelos índios que habitavam suas margens. O rio nasce no Peru e, com 2.410 quilômetros de extensão é o 43º maior rio do mundo”⁷. Suas margens, após as vazantes, são utilizadas pelos ribeirinhos ou "barranqueiros" para o plantio de produtos agrícolas como feijão, milho, batata, melancia e outros, prática que foi passada de geração em geração desde sua fundação em 1904.

A cidade fica distante cerca de 630 km de Rio Branco via terrestre, através da BR-364, cujo acesso tornou-se permanente em 2011, mas que ainda apresenta deficiências em sua estrutura. Um ponto que decorre da dificuldade do acesso terrestre é a chegada de alimentos até a cidade. Vegetais e alimentos perecíveis que são difíceis de serem encontrados são sempre comercializados a um alto valor, pois têm seus preços aumentados em função dessa dificuldade logística. A cidade é servida via aérea pelo Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul, localizado a 15 km do centro urbano. Existe uma linha regular de boeings comerciais e aviões de médio porte com a capital do estado, Rio Branco.

Como grande parte das cidades amazônicas, seu principal meio de chegada é por via fluvial, o Porto Fluvial de Cruzeiro do Sul está localizado a 4 km do centro urbano, e abastece a cidade principalmente com produtos vindos de Manaus. Contudo, é importante ressaltar que apesar de não ser uma cidade superdesenvolvida, ainda assim recebe elogios de muitos que a visitam, estranhando como uma “cidadezinha” localizada no meio da floresta e tão distante dos grandes polos econômicos do Brasil conseguiu desenvolver-se tanto e em tão pouco tempo. É claro que tal desenvolvimento, apesar de lento, deve-se a vários fatores, seja pelos investimentos do governo ou pelos projetos que existem na região, mas algo que não podemos deixar passar despercebido é o grande salto econômico que ocorreu na região durante a extração do látex.

Em que pese o isolamento econômico e político a que o território estava submetido, a edição de vários jornais que em suas páginas traziam aos leitores uma gama de informações sobre economia, política, literatura, educação, dentre outros assuntos, permitia à população local uma espécie de “janela” para espiar o mundo fora da cidade de Cruzeiro do Sul. Porém,

⁷ Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

por serem os impressos também instrumentos de manipulação, mais a frente irei relatar como as notícias nos periódicos acabavam por ditar ou até mesmo manipular a mentalidade das pessoas, sendo considerados ferramentas importantes pelos seus proprietários.

Nesse sentido, entender o papel estratégico dos impressos na formação de um modo de pensar, na apresentação de modelos de conduta moral, de proposições políticas, de orientação de procedimentos administrativos, além de ser este uma espécie de diário oficial das ações dos governantes locais, permite tomar o jornal como um importante instrumento na constituição da cidade e na formação de seus cidadãos. No caso específico dessa pesquisa, é possível admitir que o jornal O Rebate se constituiu como um importante instrumento de divulgação daquilo que anuncia como “interesse da população” cruzeirense, ao tempo em que pretendia a modelização de um padrão de comportamento a ser admitido pelos governantes locais, centrado na ideia de progresso e modernidade dos serviços destinados a população e, conseqüentemente, na direção da constituição da cidade de Cruzeiro do Sul.

METODOLOGIA E MATERIAIS DE PESQUISA

O estudo em questão é resultante de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, sendo que a análise documental foi chave fundamental para que esta pudesse se concretizar. Através de leituras de teses e dissertações, documentos oficiais, artigos, livros e principalmente jornais, foi possível constituirmos o presente estudo, estabelecendo desta forma, as configurações necessárias para que este se constitua como um trabalho científico. É importante salientar ainda, que a pesquisa documental foi realizada por meio da consulta de arquivos disponíveis no portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que pode ser acessada através do site <http://memoria.bn.br>.

A pesquisa qualitativa, conforme Ludke e André (1986, p.11), “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”. Já em relação à pesquisa bibliográfica, pode-se afirmar que esta possibilita o acesso a dados bastante significativos do objeto a ser pesquisado. Para Fonseca (2003) esta modalidade da pesquisa

(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de web sites” (Matos e Lerche: 40) sobre o tema a estudar. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 31).

Como instrumento de coleta de dados nos utilizamos da análise de conteúdo que de acordo com (MARCONI; LAKATOS, 1990, 114 - 115) é uma técnica de pesquisa para a

descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente [ou não] de uma comunicação. Essa técnica permite analisar o conteúdo de livros, revistas, jornais, discursos, películas cinematográficas, propaganda de rádio e televisão, diários, textos etc. Segundo o autor esta também pode ser utilizada para analisar o material obtido através de outras técnicas, como por exemplo: entrevistas, história de vida, pesquisa em documentos e pesquisa em bibliografias.

Para o sucesso de uma pesquisa qualitativa é necessário que o pesquisador mantenha um contato direto com o objeto de estudo, analisando os motivos e circunstâncias que o levaram a pesquisar sobre. Reafirmado com Ludke e André (1986, p. 12) quando nos dizem que “[...] as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo”.

A pesquisa é a forma mais comum de se realizar a investigação de um determinado tema, através de estudos e reflexões sobre o assunto que se pretende investigar. Dessa forma, visando alcançar os objetivos pretendidos, referindo-se “a importância do jornal ‘O Rebate’ para o desenvolvimento da cidade de Cruzeiro do Sul e a influência deste na organização político-educacional do alto Juruá”, foi possível conhecer de forma mais ampla os diversos significados que foram se estabelecendo ao longo dos anos através das matérias divulgadas no impresso em questão.

Foi também utilizada a pesquisa de campo com análise documental e entrevistas estruturadas, pois utilizou-se de questionamentos de forma indireta onde o entrevistado sentia-se à vontade para responder as perguntas de maneira espontânea. Condizente com os procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada com visitas periódicas na casa de dona Gisalda Mariano,⁸ filha de João Mariano, um dos principais responsáveis pela sobrevivência do jornal “O Rebate” durante seus 50 anos de existência.

A segunda parte da pesquisa se constituiu na leitura do jornal “O Rebate”, no período delimitado para esse estudo (1921-1931). Neste tópico foi possível identificar a estrutura tipográfica do jornal, suas seções, os indivíduos que escreviam, os anúncios nele publicados, os tipos de matéria e a sua origem, fossem ela particulares, oriundas de seus editores ou aquelas relativas a administração local. Importa, portanto, indagar ao jornal as condições em que tais notícias/matérias foram produzidas e dadas a circular, de modo a compreender a

⁸ Gisalda Mariano Coelho Sampaio (1933) nasceu em Cruzeiro do Sul, no Acre, dia 22 de junho de 1933, filha de João Silva, jornalista, e dona Adalgisa, professora. Sua mãe morreu aos 33 anos de idade e ela ajudou seu pai a criar seus irmãos. Viajou para vários lugares mas sempre morou em Cruzeiro do Sul. Estudou o ensino infantil na Escola Marechal Hermes e concluiu o ensino fundamental e médio no Instituto Santa Teresinha. Em 1947 iniciou sua profissão docente aos 14 anos de idade tornando-se a primeira professora do Mobral. (Disponível em: <http://pedagogiadigital4.blogspot.com.br>)

extensão e de que forma pode ser compreendida a constituição da cidade de Cruzeiro do Sul, a partir da leitura do jornal “O Rebate”, com recorte específico para a organização político-administrativa e dos serviços relacionados à educação.

Como este estudo tem como principal fonte de pesquisa os jornais impressos, é evidente que em vários momentos nota-se opiniões pessoais, políticas, culturais e até mesmo ideológicas que se manifestarem nas matérias publicadas nos periódicos. Coube assim ao “pesquisador”, fazer uso destas informações da forma mais científica possível, sempre desconfiando e trazendo autores que tratem do mesmo assunto para o debate e assim, conseqüentemente, estabelecer um contraponto, algo que se faz necessário em um trabalho acadêmico.

Os historiadores das diferentes áreas devem dar conta destas questões por meio de um “diálogo com as fontes”, caso contrário suas pesquisas terão embaraços que, possivelmente, serão impeditivos para a construção do debate efetivamente acadêmico. São as precauções metodológicas que oferecem ao pesquisador as condições objetivas para “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História”. (BACELAR, 2006 p. 49).

Durante muito tempo os impressos encontraram bastante resistência para serem aceitos como uma fonte válida e confiável. E ainda hoje percebe-se um certo afastamento por parte de alguns pesquisadores para os aceitarem como tal. Ainda assim, foi a partir da década de 1970⁹ que os jornais passaram a serem vistos como uma importante ferramenta de pesquisa e, conseqüentemente, fonte de grande valor para aqueles que buscam entender melhor os costumes, cultura, política... em fim, como se organiza uma sociedade.

Os jornais e revistas pareciam aos pesquisadores fontes pouco adequadas para trazer luz aos fatos históricos. A ideia corrente era a de que a imprensa, por ser resultado da convergência de interesses, compromissos e paixões, implicaria na composição de uma realidade distorcida. Um quadro parcial e subjetivo do cotidiano. Isto, a princípio, não satisfaria a critérios elementares como: objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, e, talvez especialmente, o suficiente afastamento temporal dos fatos (LUCA, 2006, p. 122).

Um outro aspecto importante que levado em consideração durante a pesquisa, foi a periodicidade, a apresentação física, bem como a estruturação e a especialização do conteúdo

⁹ Em dissertação de mestrado defendida na USP em 1974 e publicada em 1980, Maria Capelato tomou como objeto de estudo o jornal “O Estado de São Paulo”. Este trabalho, intitulado “O Bravo Matutino”, tornou-se modelar na historiografia brasileira, em razão de seu objeto, temática e abordagem. (Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>)

contido neste periódico em sua primeira década de existência. Esses, de acordo com (LUCA 2006) são critérios fundamentais para a definição de dados e posicionamentos que serão tomados pelo pesquisador na escrita do trabalho, dando a devida legitimidade à sua fonte.

As definições hoje correntes, que reservam o termo jornal para a publicação diária em folhas separadas, e revista para as de periodicidade mais espaçada, enfeixadas por uma capa e com maior diversidade temática, tampouco esgotam a questão, pois sempre se pode citar os jornais semanais e seu afã de também tudo abarcar, ou as revistas extremamente especializadas. As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, as funções auto atribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere (LUCA, 2006, p. 131-132).

Depois de tudo o que já foi exposto, fica evidente que o sentido e as prováveis respostas encontradas durante a pesquisa estão ligadas diretamente às perguntas feitas pelo pesquisador, ou seja, estas estão ligadas diretamente ao presente, a atual condição e sentido que o sujeito que a investiga (eu) decidiu dar a fonte pesquisada. Não pensar assim seria desqualificar a condição de pesquisador a qual nos propusemos encarnar, as fontes e seus mais variados sentidos dependeram diretamente da intencionalidade da minha pesquisa.

Por definição, as fontes históricas são produções humanas e, sejam elas produzidas com propósito de registro ou não, só adquirem sentido mediante a intencionalidade assumida pelo historiador em sua pesquisa. Embora o fato histórico esteja no passado, sua avaliação e problematização são feitas a partir do tempo presente, portanto, são influenciadas pelos problemas aos quais o investigador empenha-se em dar respostas. Ou seja, são balizadas pelas demandas históricas de uma circunstância específica. A utilização da imprensa periódica em geral como fonte para a escrita da história da educação, mostrasse pertinente mesmo quando a temática não é tratada de modo explícito na publicação, uma vez que é possível investigar os aspectos formativos presentes nos textos. Sob esta perspectiva, o conteúdo dos periódicos deve ser entendido como portador de ideias capazes de direcionar a formação dos homens em um sentido amplo. (TOLEDO, 2012, p. 266).

Partindo das formulações de Chartier (1990), quando este afirma que “é possível, através da leitura do impresso, identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, fica evidente a fertilidade de um estudo que toma o jornal como fonte privilegiada de pesquisa.

Ao fazer circular informações sobre questões diversas da região, fossem sobre a prática docente e seu aperfeiçoamento, sobre a organização do sistema de ensino, sobre as reivindicações da sociedade, sobre o atual cenário político, entre outros, o periódico escolhido compõe uma espécie de álbum de memórias que, juntas, refletem de uma forma quase perfeita

a formação política, administrativa, educacional e cultural da cidade de Cruzeiro do Sul e do Alto Juruá, proporcionando ao pesquisador ricas informações.

Ao considerar estas memórias contidas nos jornais, e nesse caso específico no jornal “O Rebate”, pude reunir maiores condições para fazer o recorte desta pesquisa, definindo assim com precisão a temática e/ou aspecto no qual deveria focalizar. Neste sentido, avaliei e me dediquei a encontrar os elementos que compõem e determinam os fenômenos aqui pesquisados, sem perder de vista os debates acerca das particularidades culturais, sociais e principalmente aspectos que davam conta da organização político-administrativa e educacional da região,

É importante ainda salientar que o recorte dos anos (1921-1931) por mim privilegiado, se dá pelo fato de estes contemplarem o início de um novo regime administrativo que viveu o território, o que acabou causando inflamados debates no âmbito nacional, determinando as decisões que seriam balizadores para a organização político-administrativa e educacional da época, ficando evidente que tal debate parece-me um dos desafios mais atuais para pesquisadores das mais diferentes áreas da educação.

A propósito de esclarecer a relação entre o jornal e a notícia, o alerta de Maria Helena Capelato (1980) em seu trabalho sobre a importância do Jornal “O estado de São Paulo” para a cidade de São Paulo, anuncia que ao tomar o jornal como

[...] instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, 1980, p. 19).

As considerações aqui mencionadas permitem ao pesquisador tomar o jornal como fonte privilegiada de estudo e a ele indagar, como é o caso da pesquisa realizada, como eram veiculadas as notícias, como estas se vinculavam entre si e, mais importante, como conviviam, no mesmo espaço, aquelas notícias oriundas do poder público local e as que se pretendiam de cunho autônomo. De acordo com Dantas (2015), o uso dos impressos de ampla circulação como fonte privilegiada de pesquisa permite ao pesquisador a convivência entre essas matérias de origens distintas, permite ainda esquadrihar como estas anunciavam a organização da cidade, a estruturação dos serviços municipais, os reclames da sociedade, expressos ou não através dos leitores. Com tal configuração, “O Rebate” se elege como um espaço singular em que se pode flagrar dois tipos de discurso que, a princípio, se apresentam

como distintos, mas que ao correr da leitura, se aproximam e se afastam, tendo como elemento balizador o “interesse da população”.

(...) mergulhar, num universo de registros que lhe possibilita conhecer e determinar a formação de comunidades de leitores, a forma como se produziu determinados discursos e como estes foram dados a ler, a conhecer. (DANTAS, 2015, p. 186).

Assim é que se privilegia, para a pesquisa em tela, o jornal “O Rebate”, editado nos anos de 1921 a 1931, circunscrevendo a primeira década da segunda forma de organização administrativa do Acre, a do território unificado.

O movimento seguinte da pesquisa foi o de situar o surgimento do impresso no território acriano, buscando deixar claro para o leitor como este, ao longo dos anos, se consolidou como uma importante ferramenta. Além de servir como instrumento de divulgação, o papel de dominação capaz de ser realizado através dos impressos e de formação de uma mentalidade são inquestionáveis ao nos debruçarmos neste tipo de material, e isso não foi diferente no território do Acre.

CAPÍTULO I

O IMPRESSO NO TERRITÓRIO ACRIANO

Apesar de a pesquisa em questão ter um recorte bem específico, delimitando-se aos anos de 1921-1931, neste capítulo trago para o leitor alguns jornais que não estão dentro deste recorte temporal, mas tem relevante importância na afirmação das ideias. Minha intenção é, neste primeiro momento, situar o leitor do importante papel que os impressos cumpriram para o desenvolvimento da região. Assim, é neste capítulo que trago um breve relato dos jornais que circularam na região onde esta pesquisa está centrada, além de discorrer sobre a configuração dos impressos, os tipos de matérias, suas funções, o linguajar, a pluralidade de notícias, seus objetivos, entre outras características.

De acordo com Tatyana Sá de Lima (2014) “no Acre, a imprensa chegou em 1901, quando o estado estava no auge da corrida da borracha e na luta para ser independente da Bolívia. O primeiro jornal a circular em território acriano foi o “El Acre”, editado e impresso em Puerto Alonso, hoje Porto Acre” (LIMA, 2014, p. 2). Um fato curioso apontado por Lima é que diferentemente da própria nação brasileira, o Acre teve acesso ao impresso logo nos primeiros anos em que apareceu para o mundo. O que significa que o estado presenciou o surgimento de sua imprensa antes mesmo de ser considerado território do Brasil. Oficialmente, a imprensa acriana existe há 117 anos, desde 1901, levando em consideração o fato de o Acre só ser anexado ao Brasil como território em 1904¹⁰, quando o estado estava no auge da corrida da borracha.



Fonte: <http://memoria.bn.br>

¹⁰ Atendendo às disposições jurídicas do Tratado de Petrópolis, o presidente Rodrigues Alves sancionou a lei que criava o Território do Acre (1904). Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre>. Acesso em: 10 de Outubro de 2018.

É possível observar que um dos objetivos primários, assim como aconteceu nos primeiros anos da imprensa no Brasil, é de se utilizar dos impressos para proliferação de ideais político-ideológicos, afirmação que pode ser conferida na matéria do jornalista José Chalub Leite¹¹, em um artigo publicado na primeira edição do jornal “A Tribuna”, datada de março de 1993, onde diz que

O El Acre era destinado a trombetear os atos das forças de ocupação do chamado país vizinho, irmãos e amigos do Brasil. A circulação perdurou de 1901 a 1902, enquanto vigiou o incerto domínio de los hermanos no Acre. (cf. A Tribuna, ano I, n.1, p.2, 1993).

Mas a verdade é que um jornal essencialmente acreano só foi publicado em 1904, no seringal Capatará. De acordo (LEITE, 1993) *apud* Lima (2014) “surgiu o primeiro jornal essencialmente acreano, O Acre”.

Com o passar dos anos o número de jornais a circular no território acreano era grande. Verdade também que de acordo com relato presente nos próprios impressos, no Acre centenas de títulos surgiam e desapareciam com a mesma velocidade, como mostra noticiário do jornal “O Rebate” circulado e impresso na cidade de Cruzeiro do Sul.

“Porque Surgimos”. Foi este título, no seu artigo de fundo, que no dia 19 de junho de 1921 surgiu nesta cidade pela primeira vez O REBATE. Antes e depois de sua primeira circulação, dezenas e dezenas de periódicos surgiram em Cruzeiro do Sul e outras cidades acreanas. Todos, porém, cansaram na corrida, só este, no afã de defender os direitos da coletividade, teimou em arrastar-se através das décadas, vencendo os obstáculos que lhes surgiram na caminhada. (cf. O Rebate, ano XLV, n.1.152, p. 1, 1966).

Vale ressaltar ainda que o povo deste hoje estado brasileiro, nunca ficou sem jornal, fossem eles de cunho oficial, panfletário, cultural ou político, considerados órgão oficial ou independentes. De acordo com fontes coletadas no jornal “A Tribuna”,

¹¹ José Chalub Leite, nascido em 13 de Dezembro de 1939 e falecido em 27 de Março de 1998, aos 58 anos, é acreano de Rio Branco e uma verdadeira lenda do jornalismo do Estado. O nome jornalista está gravado na primeira edição do primeiro jornal diário da cidade, ‘O Rio Branco’, fundado em 1969, que constitui um marco na história do jornalismo impresso. Chalub Leite foi editor de esportes, diretor geral e editor de ‘O Rio Branco’. Criou ‘O Chute’, editou o semanário ‘O Jornal’, foi correspondente de vários jornais e revistas nacionais e colaborador do ‘Diário do Acre’, ‘Hora do Povo’, ‘O Repiquete’, ‘Gazeta do Acre’, ‘O Crime’, ‘A Gazeta’, ‘Página 20’ e ‘A Tribuna’, entre outros. Recentemente recebeu a honra de ser a figura inspiradora do Prêmio José Chalub Leite, a maior premiação do jornalismo acreano, visando a valorização e o estímulo dos jornalistas acreanos. Disponível em: www.senadorjorgeviana.com.br/personalidadesdoacre. Acesso em: 10 de Outubro de 2018.

Os jornais impressos no Acre eram de todos os tipos e tamanhos. Modelos “in quarto”, folhas enormes compostas em corpo oito, impressos em papel de linha d’água ou papel de embrulho, e com circulação semanal, quinzenal, mensal ou até mesmo anual. Quanto à produção, esta era quase que artesanal. Os jornais eram impressos em máquinas de pedal que punham à prova a força física página por página. Os redatores possuíam amplo domínio da língua portuguesa, o que se evidenciava pelos artigos e notícias repletos de uma linguagem rebuscada e formal. (LEITE, 1993 *apud* LIMA, 2014, p.3).

É importante ressaltar que a imprensa se constituiu rapidamente no território acriano, tornando-se o principal veículo para a divulgação dos atos do governo federal, desempenhando um importante papel na disseminação do discurso de modernidade que tomava conta do Brasil e, conseqüentemente, do Acre. Vale destacar ainda que na época o Acre era importante escoador da produção de borracha, servindo tal produção para enriquecer a economia dos estados vizinhos já constituídos e do país como um todo.

Apenas como informativo, e ressaltando ainda mais a história do jornal impresso no Acre, em um artigo publicado também na primeira edição do jornal “A Tribuna”, José Chalub Leite (1993) *Apud* Lima (2014) relaciona um número diverso de periódicos que circularam no território acriano.

O município de Xapuri também teve seu “O Acre” em 1907. E ainda em 1902, circulou no Estado do Rio de Janeiro “O Acre”, um órgão patriótico. “O Acreano” foi outro impresso de Xapuri, em 1907. Em 1913, o partido Construtor Acreano editou, também no município de Xapuri “O Alto Acre”. Outros periódicos importantes foram “O Alto Purus”, (Sena Madureira, 1908); “Brasil Acreano”, (Sena Madureira, 1909); “O Bandeirante”, (Rio Branco, 1953); “Cidade Empresa”, (Rio Branco, 1910); “A Gazeta do Purus” e “O Estado do Acre”, (Sena Madureira, 1902); “O Município”, “O Departamento”, “A Reforma”, (Tarauacá, 1910, 1915 e 1918 respectivamente); “O Correio do Acre”, “O Oeste” e “O Guarani”, (Xapuri, 1910, 1949 e 1980); “O Cruzeiro do Sul”, “O Rebate” e “O Juruá”, (Cruzeiro do Sul, 1906, 1921 e 1953). Em Rio Branco centenas de títulos surgiam e desapareciam com a mesma velocidade. Destacaram-se: “Jornal do Povo”, “Correio do Acre”, “O imparcial”, “Correio do Oeste”, “A Vanguarda”, “O Servidor”, “Folha do Acre”, “A Folha”, “Tribuna do Povo”, “A Gazeta” (1968), “O Normalista”, “A Bola”, “Folha Oficial”, “O Jornal” (primeiro off-set4 do Acre), “O Estado”, “O Estado do Acre”, “Jornal do Povo”, “Correio Estudantil”, “Hora do Acre”, “Hora do Povo”, entre outros. (Lima, 2014 p.4).

Dentre as várias funções que tiveram os jornais e ainda têm, estes para o Acre tiveram um papel importantíssimo. Além de guardar em suas páginas parte crucial da história, os periódicos também estão repletos de informações sobre educação, economia, infraestrutura, política e etc, são ainda fontes privilegiadas onde se pode encontrar uma variedade de assuntos e informações.

A história dos jornais do Acre é muito importante porque a maior parte da história do Acre foi escrita nas páginas desses periódicos. Com exceção da história de Revolução Acreana que ocupou diversos historiadores ao longo do tempo e, mais recentemente, da história da luta dos povos da floresta nas décadas de 70 a 90 do século passado, todos os outros temas da história acreana só foram tratados pelos diversos jornais que aqui existiram ao longo do tempo, e foram muitos. (NEVES, 2012)

Hoje, assim como em todo o Brasil, o número de jornais impressos no estado do Acre diminuiu drasticamente, principalmente se comparado às décadas de 80 e 90 onde percebe-se uma efervescência grandiosa na impressão de periódicos. De acordo com o site oficial do governo do Acre¹², o número de jornais impressos circulando no estado é de quatro periódicos, sendo estes: Página 20, A Tribuna, A Gazeta e O Rio Branco. Já o número de jornais online chega a 16, nomeados da seguinte forma: Agência de Notícias do Acre, Ac24horas.com, Agazeta.net, Gazeta, Contilnet, Ecos da Notícia, Folha do Acre, Juruá Online, Janelão.net, Notícias da Hora, O Alto Acre, O Estado do Acre, RD Notícias, Sena Online, Tribuna do Juruá e Yaco Online .

É de fato desanimador saber que um instrumento tão importante como os jornais impressos, vêm ao longo dos anos desaparecendo, muitos por falta de incentivo financeiro e outros por influência de outras mídias, como a digital e a televisiva. Contudo, fica o registro da influência positiva que esses impressos tiveram e ainda continuarão a ter para o desenvolvimento do estado acreano. Servindo como os depósitos de nossa história, eternizados através das plataformas digitais, com certeza estes nunca deixarão de ser consultados quando precisarmos lembrar quem somos e de onde viemos.

1.1 A IMPRENSA NO ALTO JURUÁ

Este tópico destina-se a fazer um breve relato dos principais jornais a circular na cidade de Cruzeiro do Sul no período de 1904-1971. A imprensa sempre esteve presente na maioria das cidades brasileiras, no caso de Cruzeiro do Sul, tem-se relato de circular jornal impresso antes mesmo de sua fundação. Um fato curioso de se observar é que na própria “Ata de Fundação”¹³ da cidade, consta relato de ser enterrado no local da cerimônia uma caixa, e dentre os vários objetos que foram colocados dentro dela, tinha “jornais”, estes sendo de outras regiões do Brasil e trazendo uma grande variedade de assuntos. Sendo assim, podemos dizer, mesmo que “tagarelado”, que a cidade de Cruzeiro do Sul foi fundada sobre os jornais.

¹²Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/utilidade>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2018.

¹³ **Fonte:** Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH - 1973

Na caixa acham-se os seguintes documentos: os discursos proferidos a respeito da cerimônia, o n.1 da *Remasença*, revista Fluminenses, trazendo o retrato do Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, oferecido pelo Capitão Edmundo Francisco Xavier de Barros, *O Acre* de Thaumaturgo de Azevedo, *Diário Oficial*, de 14 de janeiro, de 4 e 5 de março, de 17 e 28 de abril, alusivos à questão do Acre e o tratado da Bolívia o *Jornal do Comércio*, do Rio, de 18 de julho, com o acordo brasileiro-peruano, o jornal *Commercio Manaus* de 8, 10 e 24 de julho, com notícias sobre a prefeitura do Alto Juruá, *O Progresso* n.1 Ó O Amônia, relativo ao tratado com a Bolívia todos oferecidos pelo Coronel Thaumaturgo, Os Interesses Maranhenses, Livro de Francisco Pacheco, oferecido pelo autor, o decreto de 28 de outubro de 1899, sobre eleições federais, oferecido pelo Dr. Vieira, *Jornal do Commercio*, de 10 de julho a *Província do Pará*, da mesma data, e *Folha do Norte*, de 23 de julho, todos do Pará, oferecidos pelo Alferes Luiz Sombra o *O Brasil Marcial* com o retrato do Dr. Thaumaturgo de Azevedo, oferecido pelo tenente Fernando Guapindab, *O Jornal de Sergipe* de 17 de julho de 1902 e o *Resistente de Minas* de 14 de fevereiro de 1903, oferecido pelo alferes Nylo Guerra, as moedas de prata de 2\$000 de 1888, de 100 réis de 1889, de 100 e de 200 réis de 1901, e uma de cobre de 20 réis de 1895, oferecidas pelo coronel Thaumaturgo de Azevedo, as moedas de 400 réis de níquel, de 1901 e outra de 100 réis de 1885 e uma de 10 réis de cobre pelo capitão Dr. João Batista Neiva de Figueiredo, uma moeda de níquel de 400 réis, de 500 réis 1864 e de 200 réis de 1859, oferecidas pelo cidadão Antônio Marques de Menezes, as moedas de níquel de 200 réis, de 1901, e um facmille das assinaturas de D. Pedro I e de D. Pedro II e do Regente Pedro de Araújo Lima oferecidos pelo alferes Nylo Guerra, e vários cartões de visita. (cf. ATA DE FUNDAÇÃO DA CIDADE, 1904).

De acordo com Viana (2016), não deixa de ser surpreendente saber que, entre 1904 e 1922, Cruzeiro do Sul possuiu pelo menos dezoito diferentes jornais, além de revistas de nome poético como “A orchidea”. E que muitos desses jornais foram publicados simultaneamente numa cidade que possuía apenas 3.000 habitantes (segundo o censo de 1920). Isso evidencia que apesar de poucos habitantes vivendo na região durante o período em questão, a imprensa sempre se fez presente, servindo o povo das mais diferentes formas possíveis. Ao se referir as dificuldades enfrentadas pelos editores dos jornais acrianos, encontro uma anotação feita por Jorge Viana¹⁴, na qual aponta alguns elementos que demonstram a importância de se manter os jornais em circulação. Ao tratar especialmente da figura de João Mariano, editor de “O Rebate” e posteriormente seu proprietário, fica dito que,

Em Cruzeiro do Sul, não era só difícil circular jornais impressos, era quase impossível. Afinal de contas, a dependência do transporte fluvial ou aéreo para trazer tintas, papel, ou mandar confeccionar os clichês¹⁵ que seriam utilizados no jornal (e que eram fabricados em Manaus) fazia com que João Mariano tivesse que improvisar quase sempre para manter a circulação de seus noticiosos. Por isso é tão comum encontrarmos jornais editados em papel cor de rosa, verde, ou com qualquer outro tipo de papel que estivesse disponível no momento da impressão. Valia tudo,

¹⁴ Senador da república e ex-governador do estado do Acre.

¹⁵ clichê ou cliché (português europeu) (do francês cliché), em tipografia, diz respeito a uma matriz gravada em placa metálica e destinada à impressão de imagens e textos.

menos deixar de publicar “O Rebate” ou “O Juruá”. (VIANA, 2016. Disponível em: <http://www.jorgeviana.com.br>).

Foi na edição comemorativa dos seus cinquenta anos que o jornal “O Rebate” de 19 de junho de 1971¹⁶, divulgou uma lista bastante significativa de vários periódicos que circulavam na região antes mesmo da sua fundação.

Comemorando, em 19/07/1971 o cinquentenário de O REBATE fez um ligeiro relato da imprensa da cidade, sendo de notar que dias antes de ser fundada a cidade, circulava o primeiro jornal, no alto Juruá, seringal Minas Gerais, local que depois tomou o nome de Vila Thaumaturgo. (cf. O Rebate, ano L, n.1.167, p. 1, 1971).

Importa aqui observar que junto à edição de 1971, o editor republica a primeira edição de “O Rebate”, a de 1921. Ambos os números são datados de 19 de junho, com um intervalo de cinquenta anos entre as duas edições. Buscando informar aos leitores da década de 1970 a importância e fertilidade da imprensa cruzeirense, o editor do jornal escolhe não apenas a edição que determinava o início da circulação de “O Rebate”. Ao republicar esse número, é também dado a ler uma extensa relação de periódicos editados em terras juruaenses, demonstrando com isso a intensa movimentação jornalística ocorrida nas primeiras duas décadas do século XX, naquele lugar.

O PROGRESSO - Este teve seu primeiro número publicado no dia 7 de setembro de 1904, e o último no dia 30 de setembro de 1905. De acordo com José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, este foi o primeiro jornal impresso no Alto Juruá sendo publicado na foz do rio Amonea, no Seringal Minas Gerais. Observando uma outra curiosidade onde seu primeiro número coincidiu com a data da inauguração da Prefeitura do Alto-Juruá.

O CRUZEIRO DO SUL - Órgão oficial, fundado pelo então Prefeito Cel. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, verificando-se o seu primeiro número em 03 de março de 1906 e o último em 10 de março de 1918. Foi suspenso provisoriamente em 10 de Janeiro de 1915, por falta de papel, voltando a circular no dia 14 de Fevereiro do mesmo ano. Seu último número foi suspenso definitivamente por ordem dada pelo Ministro do Interior Carlos Maximiliano. É claro que os serviços prestados por esse periódico ao Departamento foram inúmeros, graças em parte por seus nobres redatores, reconhecidamente como os principais jornalistas que passaram por esta região, entre eles podemos destacar: Manuel Fran Pacheco, Belizário de Sousa Filho, João Craveiro Costa, João Alfredo de Mendonça, Manuel do Valle Silva, Olegário da Luz Castro e Esmeraldo Coelho. Este jornal era semanário, tendo às vezes saídas de duas vezes por semana, contendo de quatro a seis páginas.

O RIO JURUA - Publicado em Vila Thaumaturgo, de 5 de janeiro a 6 de março de 1907. Seminário literário e humorístico.

¹⁶ Cf. <http://memoria.bn.br>

O ALHO – Este sem muitas informações em registros históricos teve seu primeiro número publicado em Janeiro de 1908. Era quinzenal, crítico e humorístico, tendo o seu último número registrado em 7 de Setembro de 1908.

O MIMO - Foi mensal e bimensal, crítico, noticioso e literário e publicado na Vila Thaumaturgo em 11 de julho de 1909 a 30 de janeiro de 1910. Tendo como seus principais redatores: Leôncio Louzada, João Medeiros, Alexandre Sussuarana e José Castelo Branco.

O CORREIO DO JURUA - Semanário noticioso e literário, iniciando-se em 7 de março de 1916 e deixou de circular no ano seguinte, não se sabe o mês e o dia. Teve como Diretores Francisco Pereira e Homóbono de Figueiredo.

O ALTO JURUA - Publicado de 12 de agosto a 30 de setembro de 1913.

A NOTICIA - De 17 de janeiro a 7 de Fevereiro de 1915, teve como redator Odilon Augusto de Moura, jornalista renomado, conhecido nacionalmente, este teve significativa importância na imprensa da região, foi residente também em: Rio Grande do Sul, onde residiu por espaço de 40 anos e onde faleceu. Foi Diretor da Imprensa Oficial.

O JURUAENSE - Publicado de 24 de fevereiro de 1916 a 11 de fevereiro de 1923; foi seu Diretor Francisco Pereira da Silva e Redatores entre outros Odilon de Moura e Joaquim Manuel Nascimento e Silva.

A LUZ – este teve um curto espaço de vida, publicando apenas 10 números, que circularam de fevereiro a julho de 1916.

O IDEAL - O primeiro número deste circulou em 12 de março de 1916 e terminou a sua primeira fase em 22 de julho do mesmo ano, tendo ressurgido no ano seguinte em 5 de agosto, sob a direção de Júlio Sussuarana, publicando poucas edições no mesmo ano.

O ESTADO – Fundado por João Craveiro Costa, teve o seu primeiro número em 1916, foi órgão do Partido Autonomista do Alto Juruá e em 1932, ao retirar-se Craveiro Costa, do Acre, sucedeu-o na Direção do Jornal Odilon Augusto de Moura, não se sabendo ao certo quando circulara o último número.

O BACURAU - Humorístico, crítico e literário, teve como diretor Eulélcio Treófilo, tendo seu primeiro número em 3 de setembro de 1910, ficando suspenso ainda no mesmo ano.

A ORCHIDEA – Foi uma revista mensal lítero-humorística dirigida por Francisco Pereira da Silva, publicada de 8 de abril a 10 de junho de 1917.

A METRALHA - Quinzenário sob a direção de Antônio Alves de Magalhães publicando 16 números, de 21 de dezembro a 31 de julho de 1918.

CINE-JORNAL - Humorístico e literário dirigido por Francisco Pinheiro circulou a 11 de outubro de 1918 a 1 de maio de 1920.

A ALVORADA – Este teve sua circulação dividida em duas fases: a primeira de 28 de 1918 a 01 de janeiro de 1921; a segunda fase inicia em 24 de junho de 1922. A Alvorada foi dirigida por João Correia Neto, Raimundo Augusto de Araújo, Nelson Ribeiro, Antônio de Lima e João Theófilo. Não se sabendo ao certo quando deixou de circular.

O MOMENTO – Tendo poucas informações sobre este, sabe-se apenas que seu primeiro número é datado de 22 de julho de 1920 e o último de 04 de novembro do mesmo ano.

O INDEPENDENTE – fundado em 01 de junho de 1920, tendo suas atividades encerradas em 10 de outubro do mesmo ano. Foi dirigido por Manoel Pinheiro de Abreu, conhecido por Padué Pinheiro.

O REBATE – Jornal de maior expressão e que mais tempo circulou na cidade de Cruzeiro do Sul, completou cinquenta anos de circulação na cidade em 1971, fundado em 19 de junho de 1921, esteve até o seu número 16 sob a direção de

Eulélio Theófilo, quando passou para a direção de Antônio Alves de Magalhães, que em 1946 vendeu-o ao atual diretor e outros associados, ficando logo depois sob a propriedade e direção de João Mariano da Silva, responsável por editar 1167 números quando veio a falecer em 03 de Abril de 1972.

O THAUMATURGO - Circularam apenas cinco números de 07 de setembro a 01 de outubro de 1922.

JORNAL DO COMÉRCIO – Esteve sob a direção de Antônio de Holanda onde seu primeiro número foi publicado em 29 de junho de 1923. Não se sabendo até quando este circulou, o que evidencia uma provável curta duração.

O RIO JURUÁ - propriedade de João Pinheiro de Abreu e direção de Manuel Pinheiro de Abreu (Paduê). Não foi possível encontrar informações mais precisas.

O CLARIN – Sob a direção de Francisco Thaumaturgo, segundo se sabe circulou apenas um número, não se sabendo ao certo a data.

O JURUÁ - Fundado por João Mariano da Silva em 31 de janeiro de 1953, fato curioso sobre este é que além de ser propriedade do mesmo dono do Jornal “O Rebate” o que é no mínimo curioso para as dificuldades que enfrentava a imprensa na época, fosse por falta de dinheiro ou pelo o difícil acesso, este era impresso e funcionava no mesmo espaço em que o Jornal já citado era editado.

ABC- Este circulou apenas um número em 28 de Julho de 1923.

O REPORTER – Conta-se que seu primeiro número foi publicado em 29 de Março de 1925, desaparecendo no ano seguinte.

Além dos jornais citados acima, circularam outros periódicos, de efêmeras existências, assim como duas revistas, a VIA LÁCTEA, em janeiro de 1926, sob a direção de Wenceslau Costa, trabalho importante – literário e noticioso e a REVISTA COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL, trabalho que focalizou a situação local da época (1954), editada em nossas oficinas sob a direção do nosso Diretor. (cf. Jornal O Rebate, n. 1167 de 19 de junho de 1971 - <http://memoria.bn.br>).

É válido destacar que tamanha efervescência da imprensa na época servia para cumprir papéis dos mais variados, como um espaço de divulgação do trabalho dos jornalistas locais, arena das disputas políticas entre os candidatos das várias agremiações político-partidárias, instrumento de acesso à cultura, aos costumes, à moda, aos valores de habitantes de outras localidades brasileiras. Enfim, estes jornais sem dúvida fazem parte da história do Alto Juruá, eles serviram e ainda servem para mostrar para o mundo e para nós mesmos quem somos.

1.2 AS NOTÍCIAS E SEUS OBJETIVOS

Na cidade de Cruzeiro do Sul e no alto Juruá, notamos que desde cedo estes periódicos contribuíram para o desenvolvimento da região. Para comprovar tal afirmação, foi levado em consideração matérias publicadas em jornais tanto independentes como oficiais do departamento do Alto Juruá. Apesar de reconhecermos o papel estratégico destes periódicos em suas publicações, estes buscavam constante reconhecimento popular.

[...]Estes se constituem, em uma espécie de “diário oficial” dos Departamentos do Território do Acre. Desse modo é possível flagrar nesse suporte, aquilo que se inscreve como determinações legais [...] recebem informações, comunicações e, em especial, acompanham a ação de seus governantes, através da leitura desses jornais. (DANTAS, 2015, p. 186).

O objetivo aqui não é negar de forma alguma a intenção que tinham os jornais em formar uma mentalidade, fosse para cumprir um papel político-ideológico seguido pela linha editorial do jornal, ou para meios mais concretos, como a propaganda de determinada mercadoria, loja, etc. Sabe-se que desde cedo estes foram implantados com objetivos já bem definidos, mas é possível notar que apesar de tal intencionalidade percebe-se ao longo dos anos que a sociedade em geral era servida, mesmo que de forma indireta por estes periódicos, e com o passar do tempo essa sociedade foi encontrando formas de utilizar os jornais com mais “intensidade”.

Dentre as várias publicações feitas ao longo dos anos em dois jornais específicos, “O Cruzeiro do Sul” e “O Rebate”, encontramos matérias de todos os gêneros, o que sem dúvida serve para reafirmar que serviram sobremaneira para o desenvolvimento da cidade, já que era através da leitura desses jornais que se tinha uma noção das principais necessidades. Matérias, como as que podem ser vistas na primeira edição do jornal “O Cruzeiro do Sul” são esclarecedoras para consolidar o que o estudo já vem apontando. Pode-se notar na própria divulgação de lançamento do jornal as contribuições que este teria para a região, visando sempre seu desenvolvimento e o bem estar da população local.

E assim, ao iniciar a cidade do Cruzeiro do Sul, os marcos inapagáveis que nela se assentam são **o jornal, a escola, a eletricidade**, - o jornal que orienta e propaga as boas novas, a escola que instrui e disciplina, a eletricidade que ameniza e robustece o trabalho, jornal, escola e eletricidade que ligam os continentes e confraternizam as nações, instrumentos inestimáveis de aproximação e de riqueza, de cultura e de pacificação, de tolerância e de solidariedade. O Cruzeiro do Sul, despontando com a garridente cidade que lhe deu o nome, surge aparelhado para uma salutar propaganda valorizadora desta zona e para os debates leais e serenos em prol do departamento do Juruá em particular e do Território do Acre em geral, esperando merecer o apoio da população da região acreana e contando, na exposição das suas legítimas aspirações, que são as de um povo até ontem menosprezado, com o prestigioso concurso de seus prezados confrades de toda a República. (cf. O Cruzeiro do Sul, Ano I, nº. 1, p. 1, 1906).

Apesar de ser “O Cruzeiro do Sul” órgão oficial do governo, não podemos negar o papel fundamental exercido por ele durante a implantação da cidade, período este em que o referido jornal serviu não só para informar, mas também para cobrar do governo federal melhorias na região, o que esclarece a preocupação deste para com o desenvolvimento da região, desligando-se mesmo que “aparentemente” de questões políticas e visando o bem-estar da população. Situações como essas podem ser presenciadas em quase todas as edições deste e de outros jornais publicados no departamento, o que dá a possibilidade de verificar a cobrança do periódico por melhorias junto ao poder público. O caso abaixo citado explicita a preocupação dos impressos com a educação dos moradores, utilizando-se das “folhas de papel” para chamar a atenção das autoridades competentes.

Em todo o território que constitui o atual Departamento do Juruá, nos bons tempos em que o Amazonas arrecadava os impostos de seus habitantes, nunca existiu uma escola primária. (cf. O Cruzeiro do Sul, n. 04, p.03, 1906)

Veja que as cobranças realizadas pelos “prefeitos” de cada Departamento Administrativo do Acre eram quase que em sua totalidade realizadas por meio dos jornais. Isso, além de dar legitimidade às cobranças, fortalecia o governante local dando-lhe a credibilidade de que este necessitava perante o povo. A leitura desses periódicos permite perceber a importância da circulação das informações para a população local, a despeito do pequeno número de habitantes na região.

O jornal, neste momento, fosse ou não órgão oficial do governo local, fazia publicar desde a relação dos aniversariantes do mês, à quantidade de alunos matriculados em cada escola, tornando assim visível a estatística escolar, o anúncio da visita de uma personalidade civil ou militar à cidade, inauguração de escolas, abertura de licitações, exonerações de pessoal, contratação de empregados da prefeitura, cobrança de limpeza de ruas, obituários, nascimento de crianças e notícias nacionais e internacionais. Essas notícias eram mescladas com reclames por melhorias no serviço público ou ainda a defesa da autonomia do território acriano.

A pluralidade de informações demonstra a fertilidade da vida cidadina na região e as várias possibilidades investigativas que se abrem ao pesquisador. Na leitura de um periódico, pode-se compreender como se estruturavam as relações locais, o que se dava a ler aos seus habitantes e, sobretudo, como tais informações eram dispostas aos seus leitores, fossem elas

relativas às ações dos governantes locais, notícias nacionais e internacionais ou ainda restritas aos acontecimentos cotidianos.

Um fato curioso é o vocabulário sempre muito formal e pacífico (ou seria ironia?) que era utilizado pelos editores dos jornais. Mesmo que a publicação fosse uma cobrança ao prefeito do referido departamento, ainda assim esta era feita em uma tonalidade sempre pacífica, sem “xingamentos” ou algo parecido. Esta afirmação pode ser verificada ao lermos o texto publicado no jornal “O Rebate” ainda em 1927, onde o prefeito do departamento do Juruá é cobrado para que seja feita a limpeza de ruas e matas.

Os moradores da Avenida 17 de Setembro notando o interesse que vem tomando o Sr. Intendente do Município pela limpeza do matagal da cidade por nosso intermédio pedem de SS as vistas para aquele trecho que se vem tornando quase uma espessa floresta no sentido de também o terçado da Intendência por ali passar abem do transito noturno. Contou-nos um dos interessados que em uma dessas noites passadas, confundindo a escuridão a estreitíssima vereda que resta com a intensidade do matagal, por um tris não se despejou nas pontas de uma vasca ao longo do pseudo caminho, não sabendo como de susto não passou a sofrer do coração. Assim acontecendo convém S.S o Sr. Intendente beneficiar a 17 de setembro e outras mais em igual estado de serração. (cf. O Rebate, ano VII, n. 140, p.1, 1927).

Os jornais, além de cobrarem ações das autoridades competentes, fosse para limpeza de ruas como é o caso citado acima, também eram utilizados para efetuarem denúncias, fosse dos habitantes do lugar, militares e até mesmo de funcionários públicos. No caso a seguir, o jornal “O Rebate” faz uma denúncia de maus tratos sofridos por alunos de uma determinada escola, tal denúncia acaba por gerar um certo atrito entre o jornalista e o professor envolvido, porém o caso acaba sendo resolvido servindo o jornal mais uma vez para defender o interesse do povo.

Já existem alguns professores que ensinam errado porque não sabem ler suficientemente; outros, a despeito de serem competentes e zelosos, possuem um coração excessivamente liberal; mas outros que, depois de forrarem bem o estomago, se dirigem à escola, escolhendo um passo banzeiro, onde chegam às 8h e às vezes 8:12h descontando em seguida a sua ausência no enfraquecido estomago dos alunos que somente os solta no meio dia, sabendo naturalmente que muitos ali vão com uma chávena de chá de abacate apenas; ainda outros, castigam as crianças, obrigando-as a ajoelharem-se sobre bagos de chumbo ou grãos de milho! Nestas condições, onde iremos parar? (cf. O Rebate, ano VII, n. 143, p.1, 1927).

O interessante é que observando denúncias como essas desmistificamos o castigo como sendo algo aceito pelos os pais. Muitas vezes o que ouvimos em nossos dias são expressões como: “no meu tempo era na palmatória”, normalizando algo que na época não

era aceito. Contudo, é possível mais uma vez notar os jornais como importante ferramenta pela qual o povo era ajudado na luta para a conquista de seus direitos. Os periódicos buscavam em sua maioria defender o interesse da população. Certo que às vezes estes se esquivavam, mas na maioria delas cumpriam o seu papel de advogar em prol do povo, pelo menos aparentemente, saindo em defesa até mesmo de questões estruturais da própria cidade, como nos mostra o trecho a seguir, publicado no jornal “O Rebate” em 1960.

Há poucos dias, S. Excia. o Sr. Prefeito do Município Fernando Perez Nobre nos falou do seu desejo de lotear o Boulevard Thaumaturgo, visto tratar-se de uma via pública muito larga (180 metros de largura por 3.000 de comprimento). Naquela oportunidade fizemos ver, que embora sem querer fazer oposição a S. Excia. não podíamos manifestar a nossa opinião favorável, visto que sempre fomos contrários as alterações na planta da nossa cidade. Hoje, vimos explicitar as nossas razões, demonstrando, assim, que não é uma oposição sistemática ao atual prefeito, moço que muito admiramos e que nos tem dispensado muitas considerações. (cf. O Rebate, ano XL, n. 1.131, p. 2, 1960).

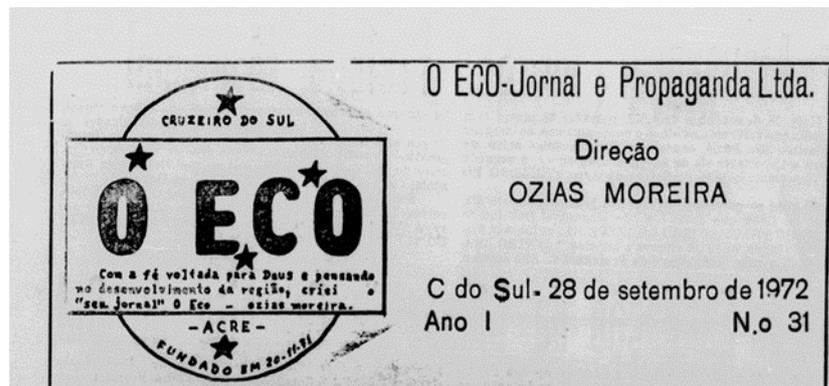
Podemos perceber que as cobranças feitas nos jornais no período em questão acabam que acompanhando o desenvolvimento da cidade. É possível notar que as cobranças ganham cada vez mais notoriedade, crescendo o número destas dentro dos jornais e ganhando mais espaço nos periódicos. Às vezes em um único número de jornal existia quatro ou cinco matérias chamando a atenção das autoridades para as necessidades da região.

Na própria edição já citada acima (O Rebate, n. 1.131, p. 2, de 1960), nota-se que além de reportagens chamando a atenção do prefeito para questões estruturais, traz também em suas páginas publicações onde as autoridades se utilizam do jornal para pedir autorização para utilizar uma caldeira a lenha (deixada pela Petrobrás) no fornecimento de energia. Solicitam também a construção de uma hidrelétrica na cidade, para “resolver de uma vez por todas” o problema de energia, além de chamarem a atenção para a necessidade de ser feito um furo no rio Juruá, e assim diminuir a distância percorrida pelas embarcações oriundas de outras regiões do país.

Gostaria aqui de abrir um parêntese e esclarecer um fato que vai de encontro com tudo o que vem sendo exposto, principalmente neste capítulo. Não posso deixar de mencionar que os jornais funcionam como “porta-voz” de um determinado grupo, estes se utilizam daquele para cumprirem aquilo que seja de maior interesse. Servindo para fortalecer ou enfraquecer um projeto, um político, um município, um estado ou até mesmo uma nação. Este é um fato que não podemos esquecer, afinal de contas nenhum jornal apontado durante

este estudo era capaz de sustentar-se com seus próprios recursos, o que de certa forma, mesmo que indiretamente, o faz refém daquele que o mantém.

Dando continuidade ao debate que venho abordando, outro jornal também que cito aqui é “O Eco¹⁷”. Este voltava-se principalmente para a divulgação de propagandas e anúncios, mas ainda assim não deixava de trazer em suas páginas matérias relevantes como aumento salarial, cobrança do governo federal para equiparação salarial do mestre a outros profissionais da saúde, engenharia e etc. Trata-se de uma publicação que mescla notícias com propaganda de comerciantes locais e anúncios de serviços diversos.



Fonte: www.hemerotecadigital.br

Outro importante jornal editado e impresso na cidade de Cruzeiro do Sul é “O Tropical”¹⁸, que passa a circular na década de 1970. Este periódico mantinha-se fiel ao traço inaugurado com o jornal “O Rebate”. As matérias eram dispostas ao longo de suas páginas sem a indicação de colunas fixas. Mesclavam-se ao longo do jornal notícias da cidade de Cruzeiro do Sul, a página policial, reclames e propagandas de casas comerciais e de profissionais liberais, textos que cobravam do poder local providências relativas aos serviços da prefeitura, aliados às efemérides do lugar.



Fonte: www.hemerotecadigital.br

¹⁷ O jornal O Eco - Jornal e Propaganda Ltda, é de propriedade de Ozias Moreira, que também assume o cargo de diretor do jornal. No frontispício do jornal está anunciado a função do mesmo quando o editor anuncia que ‘com a fé voltada para Deus e pensando no desenvolvimento da região criei o ‘seu jornal’, O Eco. Na hemeroteca da Biblioteca Nacional só contam dois números desse jornal.

¹⁸ No banco de dados da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional só consta um número do jornal O Tropical. A pesquisa não conseguiu revelar qual o seu período de circulação.

Dirigindo-se ao proprietário do jornal, Sr. Ivan de Castro Melo, um dos leitores expõe, de forma muito positiva, a importância da edição dos dois novos jornais que estão a circular na cidade de Cruzeiro do Sul e afirma a importância de José Mariano para a imprensa local e para a organização da cidade, assim como a dos jornais por ele editados. Em seu comunicado José Noronha Rebouças afirma:

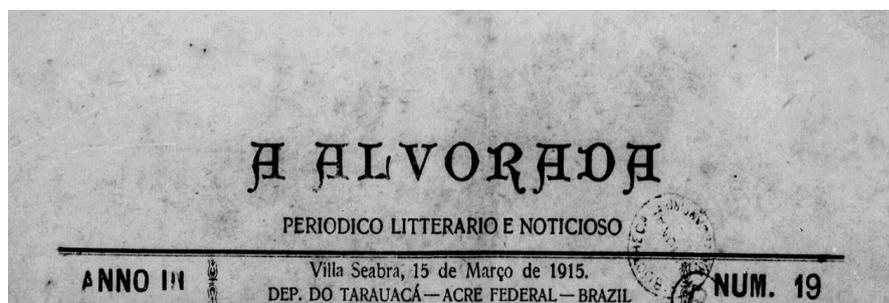
Há dias tomei conhecimento do falecimento do Prof. João Mariano da Silva (...) ao receber tal notícia, lamentei (...) a perda irreparável ao setor da imprensa (...) senti que desaparecia também O REBATE e O JURUÁ. E por reconhecer o quanto era útil tais jornais, lancei aos céus uma blasfêmia, de que levasse João Mariano, mas que deixasse viva, a semente de O Juruá e O Rebate. (cf. O Tropical, n.7, 1972)

Aqui o jornalista reafirma a importância do editor do “O Rebate” e indica a necessidade de que a importância da imprensa não desapareça com sua morte. Os jornais “O Eco” e “O Tropical” são saudados pelo jornalista como tributários dos ideais de João Mariano, revelando a importância deste para a sociedade local.

Os jornais editados no território acriano eram saudados de forma efusiva pelos colegas jornalistas, como se pode observar na publicação presente no jornal “O Juruá”, que anuncia a circulação de um novo jornal na cidade de Rio Branco.

Novo Jornal a circular no Acre – Recebemos e agradecemos a remessa do 1º número de “O Bandeirante”, que estar circulando em Rio Branco capital do Território, sob a direção do Snrs: João Donato e Octávio B. de Oliveira. Auguramos ao novo periódico vida longa e de reconhecida significação para o Acre. (cf. O Juruá, ano. I. n. 7, p. 1, 1953).

Um outro impresso que tem significativa importância é “O Alvorada”, caracterizado como literário e noticioso, voltava-se suas colunas para a descrição de prosas, versos, logogrifos, enigmas e charadas, contos e história dos moradores da região.



Cf. www.hemerotecadigital.br

O jornal “A Alvorada” é editado nas oficinas do jornal “O Município”, sendo este último de cunho autonomista que advogava a separação da Vila Seabra do Departamento do

Alto Juruá. A leitura do jornal indica que este, a exemplo dos jornais da época, mantinha ligações com outros periódicos de fora do território acriano, estabelecendo parcerias e permutando exemplares desses jornais. Essa permuta lhes servia como fonte de informações e em alguns momentos as matérias eram publicadas na íntegra, extraídas de outro jornal. Na coluna nominada os colegas, o editor do jornal anuncia aos leitores a chegada de dois jornais à sede do Juruá.

Pela mala do Sorocaba recebemos pela primeira vez as visitas dos ilustres colegas: ‘o Antigal’, folha de propaganda e conhecimentos uteis, que se publica na cidade do Salvador – Bahia.

‘A Idéa’ periódico literário e noticioso que surgiu a luz da publicidade há pouco tempo na cidade de Therezina.

Ambos são bem redigido e bastante variados

Gratos – permutaremos (cf. A Alvorada, 1915, p. 02).

Na segunda edição do Jornal “O Cruzeiro do Sul” é possível observar a defesa intransigente que o editor faz da “ofensa” dirigida às terras acrianas. Essa ação é responsável pela indicação do tamanho da produção do novo território, recém anexado ao Brasil, revelando assim a sua importância econômica, a despeito da forma jocosa como o jornalista se referiu as terras acrianas.

O regulamento geral da prefeitura constitui o decreto n. 4. Por ele repartiram-se harmonicamente os serviços departamentais, tendo-se criado um gabinete do prefeito, uma secretaria geral, uma diretoria do interior, com uma repartição central de polícia anexa, uma diretoria do comércio, com uma repartição central de terras anexa, e uma diretoria da fazenda, com uma repartição central de estatística anexa. Dirão alguns, como disseram “Os Annaes” do Dr. Domingos Olímpio, que esta estrutura é luxuosa, porque aqui só há barracões e tartarugas. Mas estes barracões e tartarugas, cada departamento de per si, produzem mais rendimento do que o Maranhão, do que o Ceará, do que o Piauí, Santa Catharina, Paraíba, etc. E o Território todo rende mais que Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, etc. (cf. O cruzeiro do Sul, Ano I, nº. 2, p. 2, 1906).

O trecho assinalado revela um traço comum entre os jornais editados em terras acrianas, qual seja, a defesa do território. Amparado na sua fertilidade econômica, essa condição é indiscutivelmente o elemento que ordena os discursos autonomistas presentes em vários periódicos.

Assim como as mídias cumprem importante papel político hoje, no período pesquisado não era diferente. Em muitos desses periódicos encontrava-se matérias referentes a

candidaturas de políticos, notícias enaltecendo e protestando contra o golpe militar, defesa de posicionamentos e ideologias político-partidárias, cobrança de parlamentares, fosse prefeito, governador, deputado, ou senador, feitas diretamente para o presidente da república através dos jornais.

Dito isso, é importante entender como se estruturavam esses discursos, levando-se em consideração os jornais que se anunciam como *imparciais* e aqueles que se apresentam aos seus leitores como *órgãos oficiais* dos governos departamentais ou do território unificado. É certo que, no que concerne aos jornais independentes ou autônomos, o posicionamento admitido como linha editorial mudava dependendo simplesmente de quem era o proprietário deste noticioso. Assim, este podia ser mais enfático em sua crítica ao governo local, ou apresentá-la de forma mais suavizada sem, no entanto, se filiar abertamente ao governo local. “O Rebate” opera de modo muito interessante ao permitir conviver num mesmo espaço as notícias oriundas da administração do município de Cruzeiro do Sul com aquelas que se apresentam como elementos de defesa dos direitos da comunidade cruzeirense.

O papel da imprensa fica bem acentuado numa publicação do jornal “A Alvorada” de 1915. Sob o título O Jornalista, o editor do jornal define a função da imprensa e a sua importância para a sociedade.

O papel da imprensa não é de um dia, mas de todos os dias. Sua atividade não deve nunca enfraquecer, sua consciência não dobra nunca, sua vigilância nunca adormece. Há descanso para todas as outras funções, não para a imprensa. A fadiga é permitida em outras partes; aqui, porém ela nunca deve se manifestar.

É preciso estar acordado enquanto outros dormem; em meio a indiferença e a apatia; é mister conservar o calor das próprias convicções, a energia de sua alma, desprezar a calúnia, arrostar desgostos, fazer face as hostilidades, lutar contra o ódio de uns, contra o desleixo de outros e até contra as injustiças dos próprios amigos.

A imprensa é a comissão permanente da justiça popular do processo sumário, da opinião. (cf. A Alvorada, ano III, p. 1, 1915)

A ideia de vigilância e arauto das questões locais é sobrelevada, ao mesmo tempo em que anuncia o seu papel de defensor das questões populares. Ao logo da pesquisa é possível identificar esse traço no “O Rebate”, especialmente quando este se dispõe a ser o porta-voz da população do Juruá.

A pesquisa revela ainda o uso político feito pelos governantes, ao transformarem suas folhas em anunciadoras de seus feitos, ao publicarem relatórios de governo, relatórios ministeriais, a correspondência travada com a União, com especial ênfase nos pedidos

encaminhados às pastas ministeriais solicitando providências quanto às ações necessárias ao desenvolvimento da região.

Isso fica explicitado quando o prefeito do Departamento, Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, chama a atenção das autoridades competentes para a necessidade da implantação de uma escola na região e indaga que essa seria de fundamental importância para formar mão de obra adequada para o desenvolvimento da região, e principalmente para alfabetizar os moradores, que em sua maioria não sabiam ler.

De acordo com Neves (2000), a educação nas terras juruaenses naquele período ainda era muito insípida, ficando restrita a escolas de primeiras letras, destinadas a população local.

A exceção ficava por conta dos mais ricos. Não era raro os seringalistas, os poderosos coronéis de barranco, contratarem os poucos que sabiam ler e escrever para ensinar sua prole. Pelo menos enquanto eles não cresciam o suficiente para serem enviados às grandes escolas das capitais brasileiras. Não se poderia esperar nada diferente de uma terra sem governo e sem direção definida. (NEVES, 2000, p. 4)

Diante da situação local, o primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá faz publicar no jornal “O Cruzeiro do Sul” o que acredito ser um dos primeiros manifestos políticos da época, representado pelo Relatório do Prefeito¹⁹, espaço destinado a narração de seus primeiros anos como prefeito do Departamento do Alto Juruá.

Dirigindo-se ao Ministro do Interior e Justiça, Thaumaturgo de Azevedo, ao tratar da instrução pública no Departamento do Juruá informa que “em todo o território (...) nunca existiu a mais humilde aula de primeiras letras”. Procurando sanar tal situação, anuncia então,

Que fazer em face dessa irregularidade do solo, tão fértil para umas coisas como ingrato para outras. Ocorre-me transplantar de Portugal para aqui uma instituição que ali funciona com imensas vantagens, inclusivamente nos quartéis, e que convém sobremodo aos países de vasta imigração estrangeira como o nosso. Refiro-me as Escolas Moveis. (...) Ora uma escola móvel, pelo método João de Deus, ensinaria os discípulos agregados em cada barracão a ler, escrever e contar em três a quatro meses. Com seis professores contratados em Portugal, que trabalhariam no verão nas escolas fixas e de inverno nas escolas móveis, sanar-se-ia esta dificuldade. (...) estes mesmos pioneiros da civilização encarregar-se-iam de dirigir uma biblioteca ambulante, que os acompanharia por toda a parte e que além de reforçar o ensino, despertaria o hábito da leitura nas classes baixas, arrancando-as da distração do álcool. (O Cruzeiro do Sul, n. 05, p.02, 1905).

¹⁹ Cf. O Cruzeiro do Sul, n. 13, p. 02, 1906.

Importa ainda observar que, a despeito da pesquisa circunscrever o período de 1921 a 1931, o traço identificado nos jornais da época permanece presente nos anos posteriores em outros periódicos, seja para sobrelevar a causa autonomista acriana, seja para articular uma posição xenófoba ao manifestar “temor” ao estrangeiro, como no caso das eleições disputadas por José Augusto e Guiomard dos Santos, seja para apresentar ao leitores os feitos dos governantes locais, as necessidades que a população reclamava e, acima de tudo, serviam os periódicos para dar a ler o modo como se estava a organizar o território acriano em seus vários aspectos.

Uma outra característica que já podemos apontar nos impressos, mesmo que em seus primeiros números, é a preocupação dos governantes em trazer para a região um projeto que ajude na escolarização dos moradores, nem que seja minimamente. Veja que é possível notar uma ideia clara que revela planos para tornar possível a alfabetização rápida e eficaz dos moradores de Cruzeiro do Sul. Apontando métodos e traçando os percursos a serem percorridos para se atingir o objetivo. Através das escolas ambulantes é nítida a preocupação do intendente da região do juruá para com a educação e inegável o importante papel que cumpriram os impressos durante este salto no desenvolvimento político e educacional do território acriano.

Um outro acontecimento intrigante e que demonstra com bastante clareza o papel político e de grande influência que tinha os jornais é o fato de este servir para propagação de uma mentalidade política, por mais que essa não fosse a mais coerente para o povo, ainda assim aquele a adotava como sendo a melhor, frente as justificativas e posicionamentos dados a ler pelos impressos. Quando digo isso, me refiro a um acontecimento singular: a primeira eleição para governador do estado do Acre, disputada entre Guiomar dos Santos e o Prof. José Augusto, que aconteceu em 1962²⁰.

Guiomard dos Santos foi inclusive autor da lei que elevou o Acre a categoria de estado²¹. No entanto, observa-se aqui o papel dos impressos para a proliferação de um discurso que na opinião de muitos cidadãos da época foi crucial para o rumo que as eleições tiveram, discurso defendido inclusive pelas crianças, onde se dizia que o primeiro governador do Acre tinha que ser um acriano genuíno, e este foi o único entrave que para muitos não

²⁰ A primeira eleição estadual no Acre ocorreram em 1962. Estas foram realizadas em 7 de outubro, onde disputavam o posto de primeiro governador eleito pelo voto popular no Acre, José Augusto de Araújo, e o senador José Guiomard dos Santos. Tendo como vencedor e primeiro governador a ocupar o cargo, José Augusto. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições_estaduais_no_Acre. Acesso em: 13 de Outubro de 2018.

²¹ Em 15 de Junho de 1962 foi sancionada pelo Presidente da República João Goulart a Lei 4.070, que elevou o Acre a categoria de Estado.

levou Guiomard dos Santos à vitória da primeira eleição democrática para governo do Acre. Veja que tal discurso foi divulgado para as grandes massas da época através dos jornais. É o que elucida João Mariano através do Jornal “O Rebate”, quando aponta a vitória do jovem governador, atribuindo a eleição deste a três motivos.

No entanto, forçoso é afirmar que não foi somente a transformação que estabeleceu esse clima. É, também responsável por isso um erro político. Para eleger o atual professor José Augusto de Araújo, conjugaram-se elementos de todos os partidos, como porem a bandeira na legenda era PTB. O partido embriagou-se com a vitória chamando a si, exclusivamente a paternidade do sucesso. A vitória do jovem governador deveria a vários motivos.

1º pela sua origem de José Augusto de Araújo, pela sua capacidade de trabalho, pelo seu modo de tratar a todos, criou-se em torno de sua pessoa uma auréola de simpatia, atraindo elementos de todas as fileiras.

2º o outro candidato Gen. José Guiomar dos Santos apesar de ter sido o autor do Estado. Com fundamento ou não, muita gente afirmava por todo Acre, que ele preferia ser senador a ser governador e que só aceitara a candidatura a governador para satisfazer alguns amigos.

3º tendo o Acre que eleger o seu primeiro governador constitucional, criou-se o tema de que devia ser um acreano o primeiro dirigente, e isso sem nenhuma desdouro para o outro candidato pois, assim vinha confirmar a sua afirmativa de tantos anos, doutrinando que o Acre tinha maturidade e condições para ser um Estado. Essa foi de tal forma aceita que até crianças de famílias pessedistas pediam aos pais: “Papai vote no Professor José Augusto que é o acreano como eu”.

O PTB não tinha condições para fazer governador pois, se tivesse teria feito maior número de deputados e até na votação pra senador só não o fez dois senadores porque o voto é ali nominal. Ninguém pode negar a capacidade do jovem governador; porém, como poderá ele produzir se lhe faltam recursos e meios propícios? (Cf. O REBATE, ano XLI, n. 1.144, p. 1, 1963).

Neste trecho retirado do jornal “O Rebate” são muitas as conclusões políticas que podemos tirar, tanto em relação ao posicionamento político do jornal ditato, é claro, por seu proprietário que é claramente adepto ao PSD, como do panorama político que se passava na época.

O trecho começa afirmando que José Augusto não merecia ganhar as eleições para governador, atribuindo maior capacidade para tal tarefa ao outro candidato. Também afirma que esse só ganhou por três motivos; primeiro por ser a família e ele mesmo naturais do Acre; em segundo lugar por se propagar o discurso que Guiomar dos Santos preferia ser senador a governador, o que não era verdade aos olhos de João Mariano, autor da matéria; e por último, proliferou-se durante toda campanha o slogan “Um Acreano governando o Acre” na mente da maioria das pessoas, servindo os jornais adeptos também ao PTB para a formação dessa mentalidade, o que na visão do redator do periódico não era errado, mas este atribuiu a vitória

de José Augusto a esse “simples” fato, e não mais que isso, rebaixando assim os trabalhos de José Augusto para com a região.

Um discurso parecido com o utilizado pelos jornais para eleger José Augusto notamos também nos anos posteriores, na candidatura e eleição de Jorge Kalume para governador do Acre. Acredito que pelo fato de José Augusto ter sido deposto pouco tempo depois de assumir o cargo de governador pelos militares é que esse discurso voltou a vigorar e surtir efeito em meio ao povo Acriano, já que aparentemente todos pareciam estar dispostos a eleger um conterrâneo como primeiro governador do Acre.

Um Acreano Dirige Acreanos. Em magnífica solenidade realizada na Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Omar Sabino de Paula, Vice Presidente daquele Poder, o Deputado Federal Jorge Kalume tomou posse no cargo de governador do Estado do Acre, prestando o juramento de praxe. Além das mais elevadas autoridades estaduais e federais, incalculável multidão correu às dependências da Assembleia Legislativa para assistir a ascensão de mais um acreano à primeira magistratura de sua terra, no momento em que o povo, apesar de todas as dificuldades deposita uma forte dose de esperança na administração que ora se inicia. (cf. O IMPARCIAL, ano 1, n. 6, p. 1, 1966).

Está mais do que comprovado que o discurso proliferado na campanha de José Augusto serviria para eleger quantos candidatos fossem necessários, desde que estes fossem Acrianos. É sem sombra de dúvida pelo menos intrigante a força política que tinha os jornais impressos para divulgar uma forma de pensar, de agir, etc. Influenciando assim, sem sombra de dúvida, nos processos de decisões, fossem elas políticas ou não.

O discurso “Um Acreano dirige Acreanos” é de longe o maior exemplo que podemos dar de como os jornais serviam para formar e convencer os cidadãos no processo de tomada de decisões. Veja que mesmo 4 anos depois da primeira eleição para governador em 1966, o mesmo discurso acabou prevalecendo para que assim fosse eleito o segundo acriano a assumir o posto de governador do estado do Acre.

Contudo, podemos perceber o papel fundamental que tiveram e ainda tem os impressos para a proliferação de um discurso político a ponto de influenciar de maneira geral na campanha de um governador, senador, etc. Trechos como os citados acima demonstram que apesar de se autodenominarem imparciais alguns periódicos, isso pouco queria dizer na prática, sendo que chegada as eleições todos eles acabavam que escolhendo um dos candidatos ou até mesmo alguma das várias ideologias adotadas nesse período conturbado que foi desde a anexação do Acre como território Federal até sua elevação à categoria de estado.

Não posso aqui exagerar e dizer que o jogo político realizava-se apenas por meio dos jornais, isso seria um erro. No entanto, o que nota-se ao ler os periódicos que circularam no Acre como um todo, é que esses eram responsáveis por influenciar o maior número de pessoas a votarem ou não em algum candidato no dia das eleições. Esses cumpriam na época o mesmo papel (ou até maior), que as emissoras de telecomunicação cumprem nos nossos dias.

Esses formavam uma mentalidade através de propagandas e divulgação dos atos realizados pelos candidatos com o intuito de eleger o que estavam apoiando. O jogo político sempre existiu, e as mídias sempre fizeram parte dele, isso é fato.

CAPÍTULO II

O JORNAL O REBATE E O SEU PROPÓSITO: “O INTERESSE DA COLETIVIDADE”

Neste capítulo busco dar ênfase ao jornal escolhido como principal fonte de pesquisa. Me retenho, portanto, ao primeiro recorte feito durante esta pesquisa, que é a escolha de buscar apenas no jornal “O Rebate” respostas e apontamentos que foram já elencados durante o percurso até aqui descrito. É importante ainda salientar que obstando o recorte temporal delimite-se aos anos de 1921-1931, busquei fazer os apontamentos das características físicas e subjetivas do jornal, levando em consideração todos os 50 anos de circulação do mesmo. Isto irá auxiliar o leitor a entender um pouco da história e das intenções do jornal ao longo dos anos, além de lhe dar ferramentas para trazer contrapontos quando mais a frente afinar a pesquisa e trazer as contribuições políticas e educacionais do “O Rebate” para o desenvolvimento de cruzeiro do Sul, levando em consideração apenas sua primeira década de circulação.

A forma como os impressos são organizados, suas colunas, onde posicionam-se as propagandas divulgadas, os avisos, os atos do governo, os protestos, todas essas características são extremamente relevantes em relação a mensagem que estes periódicos querem passar. Frequentemente as notícias de maior importância para o diretor do jornal, ou aquela notícia que ele quer que tenha maior notoriedade para o leitor, era colocada parcialmente na primeira página do jornal, chamando assim a atenção do leitor logo no início.

Em alguns periódicos, por exemplo, os objetivos comerciais em si mesmos podem ser secundários, com a função no segmento social que representava e/ou atingia sendo mais relevante. Um periódico que tinha o claro objetivo de defender uma perspectiva ou tomar parte em um debate, dando visibilidade a propostas e ideias, posiciona os textos que são objeto de análise de forma diferente quando comparados a textos de periódicos com fins estritamente comerciais. (TOLEDO, 2012, p. 262).

Apesar de a intenção do tópico em questão ser a de fazer uma breve consideração de como os jornais da época eram configurados estruturalmente, darei maior importância a este tema “materialidade” no subtópico posterior, quando estiver descrevendo configurações específicas do Jornal “O Rebate”.

De maneira bastante abrangente a maioria dos periódicos que circularam no Alto Juruá eram compostos de 4 – 6 folhas, onde nelas dividiam-se várias colunas, alguns compostos de duas colunas por página, outros com 4 colunas e outros com 6 colunas por página. A primeira

página de todos os jornais sempre especificava o nome, o número do periódico, a data de impressão, o proprietário, o diretor do jornal e sempre deixava claro se o periódico era independente ou órgão oficial, ou pelo menos dando a primeira indicação para o leitor de quais assuntos seriam abordados e o provável posicionamento destes em relação às discussões da época.

Os periódicos, além das muitas funções que tinham, também funcionavam como uma espécie de diário oficial do governo territorial, divulgando as matérias relativas ao governo territorial em todas as áreas, fosse despachos, protocolos, demissões, posses, avisos, licitações, nota dos alunos, protestos contra prefeitos, insatisfações populares, telegramas, assuntos judiciais, chegada de autoridades, aniversariantes, matrículas de alunos, incentivo à produção, obituários e é claro as propagandas.

Ao analisar a imprensa acriana no período territorial, Dantas (2011) observa elementos comuns entre os jornais editados em seus departamentos.

Além da seção denominada *Actos Officiais*, comum a todos os jornais analisados, a pesquisa determinou a existência de seções que dão conta da vida social dos habitantes locais, uma seção que publica pequenas resenhas de livros e revistas recebidas pela Prefeitura, o boletim da associação comercial local, os acontecimentos policiais. Na seção denominada *notícias* é possível verificar a divulgação de matérias publicadas em jornais de circulação nacional e em jornais que circulam nos Departamentos Territoriais. Os *reclames* ocupam um espaço considerável nos jornais e não se restringem as divulgações relativas a casas comerciais, muitas são as publicações em que médicos, advogados e professores oferecem seu trabalho à comunidade local. (DANTAS, p. 30, 2011)

Outras seções acabam agregando-se a essas, como as dedicadas às notícias sobre os habitantes locais, coluna social, notificação dos aniversários, viagem, chegadas e partidas de figuras conhecidas nacionalmente e dentro do território do Acre, além de outras matérias, divulgadas através de propagandas de médicos, advogados, engenheiros, comércios, etc. essas eram pagas em sua maioria, e de certa forma era a garantia que os jornais tinham para não deixarem de existir.

Em relação às folhas oficiais é importante salientar que por mais que estas pertencessem ao poder público, não eram distribuídas gratuitamente, e a publicação de qualquer matéria era paga, devendo ser aprovada pelo editor do jornal. Essa informação pode ser conferida ao observarmos o que diz no jornal “O Cruzeiro do Sul”, quando afirma que tais notícias só seriam publicadas acompanhadas das devidas requisições assinadas.

[...] de requisições e assinadas pelos respectivos chefes declarando o número de vezes que devem ser publicados ‘e os serviços de impressões, e publicações particulares, só serão executados depois de previamente pagos na Contadoria da Prefeitura. (Cf. Departamento do Alto Juruá, O Cruzeiro do Sul, n. 449 de 24/10/1915).

O sustento de cada jornal dependia muito da quantidade de números impressos, a maioria dos números eram disponibilizados por meio de assinaturas que variavam de valor a depender se o assinante fazia uma assinatura anual, mensal, semanal ou se preferia comprar o número avulso com valores sempre diferenciados para quem pagasse a vista.

Outra fonte de renda dos impressos eram as propagandas, essas se faziam necessárias para que o jornal continuasse vivo, os valores de cada propaganda dependiam do tamanho da letra utilizada, da página em que este ficaria e, é claro, do jornal que fosse feita tal divulgação. Obviamente, os jornais de maior notoriedade eram os mais procurados pelos empresários e pessoas comuns, fosse para divulgar seu negócio ou dar algum aviso.

Com o passar dos anos a imprensa aprimorava-se cada vez mais, melhorando graficamente fosse pela qualidade do papel, por novos métodos de impressão adotados, ou por melhoria nas máquinas topográficas que eram substituídas sempre que possível por aqueles jornais com maiores condições financeiras, o que não é o caso dos jornais do Alto Juruá. Esta região já desde o início sofreu para manter vivo e em circulação os periódicos que por ali passaram, fosse por seu difícil acesso, fato este que dificultava a compra e o envio de materiais fundamentais como papel, o óleo utilizado nas prensas e até mesmo na reposição de peças quando quebravam, o que tornava tudo muito mais dispendioso.

“O Rebate”, como já bem salientado anteriormente, se autodenominou independente por pelos seus 50 anos de existência. Em sua primeira década de circulação, recorte no qual limita-se esta pesquisa, o impresso teve apenas um diretor e proprietário, o Sr. Antônio Alves Magalhães, responsável pela sua criação e primeiros números a circular na região. No ano de 1968 na edição de nº 1159 o jornal “O Rebate”, através de uma nota de falecimento nos faz conhecer um pouco da história do fundador do jornal.

Natural de Parnaíba, no Piauí; aqui chegara muito jovem tendo contraído matrimônio com Da. Maria de Oliveira Magalhães, nascendo do casal vários filhos, todos naturais desta cidade. Amigo da imprensa, logo que aqui chegara, fora penetrando nos periódicos locais escrevendo crônicas humorísticas, para isso contava com uma boa dose de recursos. No dia 19 de junho de 1921 fez circular pela primeira vez O REBATE, impresso, porem em impressora alheia não lhe sendo possível fazer aquisição de uma máquina para editar o seu jornal, resolveu fabricar uma impressora. E de tentativa em tentativa conseguiu realizar o seu desejo. E é naquela máquina mais tarde aperfeiçoada um pouco pelo atual diretor, e que ainda

hoje se faz este jornal. Funcionário de Saúde do então território por espaço de 18 anos serviu nesse setor em Cruzeiro do Sul. Ao fazermos esta triste notícia elevamos uma prece aos Céus pela sua alma e enviamos as mais sentidas condolências à desolada viúva e familiares. (Cf. O REBATE, ano XLVIII, n. 1.159, p. 1, 1968).

Fica evidente que além de uma grande motivação, “O Rebate” é possuidor de uma rica historia. Além de buscar soluções para ajudar esta pequena cidade em expansão, o jornal é o grande responsável por muitas das conquistas que o Acre obteve. Se levarmos em conta apenas a contribuição intelectual por exemplo, já seria sem sombra de dúvidas algo a se destacar. Ainda assim, veremos mas a frente que este tornou possível a materialização de conquistas como escolas, segurança, desenvolvimento econômico, energia elétrica, entre outras, dando dessa forma corpo ao discurso de modernidade que tomou conta do território acriano principalmente durante o ciclo da borracha. Antônio Alves de Magalhães ainda permaneceu por 25 anos como diretor e proprietário do jornal, findando sua passagem no ano de 1946. Durante os seus cinquenta anos de existência o jornal “O Rebate” trocou várias vezes de diretor e redatores²².

Em sua primeira página trazia o slogan “o jornal de maior tiragem no município”, e autodenominava-se órgão independente. Já nos primeiros 10 anos alcançou uma tiragem de 360 números impressos e postos a circular, o que nos dá um total em média de 36 jornais por ano, e aproximadamente 3 por semana, o que não deixa de ser impressionante levando em consideração as dificuldades vivenciadas pelos moradores desta cidade, considera uma das mais isoladas da época. Veja que este dado é de fato impactante se considerarmos o número de habitantes, e o grau de instrução que aponta para uma grande estatística de analfabetos.

2.1 O REBATE “OFICIAL”

É importante também ressaltar que apesar de a região dispor de vários jornais, “O Rebate” foi o único a cumprir a função de “órgão oficial” nos anos de 1921-1931, o que acabou facilitando para se estabelecer o debate empreendido durante a referida pesquisa. No entanto, a partir de 1932 outros jornais passaram a negociar com o governo e também trazer em suas páginas os “atos oficiais”.

²² O rebate em pequeno formato ficou sob direção de Antônio Alves de Magalhães até 1946, quando passou a ser dirigido por Francisco Thaumaturgo, três anos depois passava para direção do Dr. Hermínio Alves filho até Janeiro de 1948, quando suspendeu temporariamente a circulação, passando depois a circular sob exclusiva direção de João Mariano da Silva que tendo reformado suas máquinas o jornal ainda teve longa existência. (Cf. O Rebate ano XXXIX, n. 1124, p. 1, 1959)

Apesar de não ser relatado pelo jornal “O Rebate”, é de se supor que este fez uma importante negociação para se estabelecer como espaço de divulgação de medidas do governo, o que lhe proporcionava a possibilidade de uma renda a mais, além do que lhe colocava como um item de leitura quase que obrigatória, por serem as divulgações do governo de interesse a todos que viviam na região.



www.hemerotecadigital.br (Cf. O REBATE, ano IV, n. 183, p. 1, 1925)

A agregação dos atos oficiais no jornal “O Rebate” está longe de ser um empecilho para os proprietários e diretores. Embora fosse levada em consideração a perda de autonomia que sofria o jornal em agregar os atos do governo em suas páginas com as outras notícias de características diferentes, é sem sombra de dúvida uma escolha fácil de se fazer, na medida em que o volume de jornais vendidos seria muito menor se os atos oficiais não fossem publicados junto a este jornal.

O referido impresso monopolizou as notícias oficiais do governo do território por pelo menos 10 anos, em parte por só existir um impresso circulando com periodicidade regular, publicando de três a quatro vezes por semana. É importante ainda frisar que as notícias, como também os relatórios dos intendentes, além das notícias oficiais, eram passadas à edição do jornal com pelo menos duas semanas de antecedência, e às vezes precisavam ser publicadas em edições diferentes, fosse pela demora na impressão, atraso do órgão do governo no repasse dos relatórios ou até mesmo por falta de espaço na mesma edição.

“O Rebate” tinha sua configuração em tela e sobrevivia basicamente dos anúncios divulgados. Composto por quatro folhas em sua maioria, era dividido em colunas que se espalhavam por todo o jornal. Buscava-se sempre situar as notícias de maior importância na parte central, ou seja, na primeira página, despertando assim o interesse do consumidor para que este viesse a adquirir o número avulso.

Pode-se perceber ainda que o jornal “O Rebate” cumpria a mesma função antes ocupada pelo jornal “O Cruzeiro do Sul”. Apesar de não existir um jornal essencialmente oficial, “O Rebate” em todos os seus números, principalmente em sua primeira década,

reservava de uma a duas páginas aos *Actos Officiais*²³. Nestes, podiam ser acompanhados os atos do governo da época como expedição de decretos, contratações e demissões, petições dos intendentes aos presidentes da época, autorizações, acréscimos de impostos sobre determinados produtos e serviços dentre outras funcionalidades.

Fato é que mesmo sem existir um jornal diretamente vinculado ao governo, “O Rebate” cumpria essa função, o que torna ainda mais intrigante sua tão autoproclamada independência, já que por todos os seus anos de existência sempre existiu uma dualidade em suas colunas, o que aqui determino como a existência de “um jornal dentro de outro”. Conviviam no mesmo espaço as notas oficiais com as notas de um jornal que se autoproclama imparcial.

Além da seção dedicada aos atos oficiais da prefeitura de Cruzeiro do Sul, “O Rebate” também trazia em suas colunas assuntos que tratavam sobre protestos da população ou do governo da época, aumento e diminuição do preço da borracha, telegramas, assuntos judiciais, chegada de autoridades, aniversariantes, matriculas de alunos, incentivo à produção, obituários e é claro as propagandas. Em quase todos os seus números impressos na primeira década por exemplo, havia informações da cotação do preço da borracha e a quem vendê-la, o que de certa forma justifica-se por ser a extração da borracha a maior fonte econômica da região norte e até mesmo do Brasil na época e essa extração ocorria principalmente no Acre, em seus seringais.

Durante a primeira década de circulação do referido jornal as seções pouco sofreram alteração. As divulgações e as intenções destas sempre tinham o mesmo objetivo, podemos afirmar que isso acontecia pelo fato que em seus primeiros 15 anos de existência a diretoria do jornal permaneceu intacta, sem alteração, e isso de certa forma influenciava diretamente na sua formatação, na divisão das seções e também nas colunas que davam estética ao mesmo.

Observa-se, portanto, que em datas comemorativas ou em algum evento especial da cidade o jornal dava uma ênfase maior para tal, o que não deixa de ser comum, já que este era um dos poucos noticiosos que relatava os acontecimentos da cidade de forma regular.

Apesar de “O Rebate” ser bastante enfático quando se refere a sua independência, fica difícil lê-lo e não ficar pelo menos intrigado na condição de pesquisador, como essa independência poderia ser confirmada ou acontecia, já que este periódico também era responsável por divulgar os atos do governo da época e era pago para isso. Em seu primeiro

²³ Significado de atos oficiais do governo. O que é atos oficiais do governo: Obrigações estabelecidas, decretadas pelo governo. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/atos+oficiais+do+governo/> Acesso em: 08 de Maio de 2018

número com o título “para que surgimos”, os redatores do jornal são enfáticos quando esclarecem sua função como um jornal independente.

De há muito se torna preciso um **órgão independente** que, **sem ligações políticas**, portanto analise com o devido critério os fatos da administração pública do país, do território e do município, e ainda dos assuntos que dizem a respeito à região. Propomo-nos com sinceridade a isenção de animo, sem paixões, a medida dos nossos recursos intelectuais, suprir essa lacuna reclamada, podendo, sem rebuscos, dizer pela maioria dos habitantes do alto Juruá. Não queremos fazer censuras aos dois periódicos, um quinzenal outro semanal que se publicam nesta terra. Defensores dos ideais dos seus partidos, certo, tem suas conveniências políticas, cada qual na defesa de seus interesses. Não lhe vamos a palma por isto. Nos porem, sem ligações de nenhuma espécie, colimamos somente os interesses da coletividade, prestando lhe o serviço de criteriosamente, sem paixões, ouvindo sempre a voz da razão, fazer a nossa crítica sobre a administração, emitindo a nossa opinião franca, desinteressada, aplaudindo os bons atos e reprovando aqueles que não julgarmos acertados. Não pretendemos fazer oposição nem tampouco tecer elogiosa este ou aquele. Seremos ou por outra, procuraremos ser justos, pois de outro modo falseariam os fins que nos propomos de ser independentes sem outra preocupação que não seja a de defender a causa pública. Em nossas colunas não terão guarida os ataques pessoais, nem também servirão para desabafo de paixões alheias. O anonimato fica inteiramente prescrito, como também o humorismo descomedido. Traçando a nossa conduta nestas ligeiras linhas, dela não pretendemos nos afastar, afim de bem corresponder à sentença do público, de quem unicamente, esperamos merecer também convicto da nossa ação em seu proveito. (Cf. O REBATE, ano I, n. 1, p. 1, 1921).

Levando em consideração que “O Rebate” é um instrumento de comunicação, e que como qualquer outro do gênero tem influência sobre a vida das pessoas, é bastante comprometedor o que se propõe a fazer já em seu primeiro número. A possibilidade de este não assumir um “ponto de vista” é no mínimo difícil de se cumprir, afinal acredita-se que seus redatores têm e deixam transparecer pensamentos e posicionamentos em determinados assuntos quando escrevem as colunas.

Não quero aqui levantar críticas em relação ao jornal quando se autoproclama independente, até porque não é esta a intenção desta pesquisa, mas ao afirmar que este não possui posicionamento político, sendo ele basicamente o único responsável como instrumento de informação em divulgar e informar a população os atos do governo, já o deixa pressionado a cumprir uma tarefa quase que impossível, levando em consideração a grande influência sobre a vida de todos os cidadãos.

Se fosse o caso de este não envolver-se em debates políticos ou até mesmo não rebater determinadas insatisfações, não estaria deixando de cumprir com o seu papel divulgado logo em seu primeiro número? Fato é que “O Rebate”, por mais que se autodenominasse independente, não poderia se satisfazer com tal título, levando em consideração

principalmente o duplo papel exercido por este ao cumprir as mesmas funções de um órgão oficial e ser um jornal de propriedade privada.

A dualidade vivenciada quando uma empresa privada assume o papel de um jornal oficial o deixa de certa forma a mercê daquilo que havia proposto inicialmente, o que não diminui nem um pouco a sua importância para com o povo da época.

Abro aqui um parêntese para ressaltar que os posicionamentos políticos assumidos pelo jornal em questão se tornam mais visíveis e mudam de lado a depender do proprietário. Tal fato pode ser observado com maior clareza quando os outros proprietários assumem o jornal no decorrer dos anos. Nota-se, portanto, que dependendo do dono as críticas a partidos políticos, a intendentos indicados pelo presidente da república, a senadores, a jornais e até mesmo defesas pessoais feitas através do próprio jornal aumentam ou diminuem.

A proposta do jornal “O Rebate” em ser imparcial e não deixar as vontades individuais sobressaírem ao desejo coletivo o torna sem sombra de dúvidas intrigante, já que este apesar de não declarar-se como tal, também pode ser considerado um órgão oficial, a partir do momento que passa a cumprir esta função em todas as suas edições, até finalmente ser extinto. Contudo, é importante a análise de como esse irá se portar em sua primeira década de existência frente a dualidade de notícias destinadas ao público em geral e ao governo.

Um outro ponto interessante é quando o jornal se coloca como auxiliar da administração do referido departamento, pois afirma que quando existe um jornal para cobrar e divulgar os atos administrativos, esses acabam que funcionando melhor.

O nosso fim, os administradores precisam ser vigiados para melhor pautarem os seus atos nos moldes da retidão e da justiça. Nem sempre os administradores são moralizados, quando ao seu lado trabalha um jornal independente, para analisar os seus erros, às vezes cometidos sem reflexão. É, não há dúvida, **a boa imprensa é uma grande auxiliar do governo**. Os elogios sistemáticos dificultam os bons governos e põem-nos em aperturas como as acusações infundadas e violentas. O fim do jornal não é elogiar nem tão pouco acusar. É muito diferente do que julgamos, a ação do jornalista. Os fatos que a primeira vista parecem capazes de uma devassa são em muitas ocasiões elogiáveis. Com isso mesmo é que só se deve lançar nas colunas do jornal verdades que não possam ser destruídas. **Aparecemos com o fim único de velarmos pelo bem da coletividade, auxiliando as administrações locais e territorial**. A nossa linguagem terá comedida, os nossos argumentos serão criteriosos e enérgicos. Esperamos que o público nos acolha com satisfação porque o nosso fim será útil à coletividade. (Cf. O REBATE, ano I, n. 1, p. 2, 1921).

Note que mesmo quando o jornal autodenomina-se independente, este em nenhum momento afirma ser oposição à administração local, nem tampouco desgostoso com essa, pelo contrário, O Rebate se dispõe a ser um auxiliar para que o “governo” funcione da melhor

forma possível. Isso de certa forma demonstra que pelo menos em sua primeira década o jornal cumpriu sua dualidade já salientada anteriormente, agradando ao povo e também ao governo.

De fato, ser um órgão independente não indica uma postura “crítica” do jornal, principalmente quando se refere ao governo, notasse que as cobranças acontecem, mas sempre deixando transparecer os grandes esforços dos administradores da região para o seu desenvolvimento. Foi assim que em sua primeira década o Jornal O Rebate, coexistiu com essa dualidade de intenções, buscando sempre transparecer que estava agindo a favor da população, mas sempre cuidadoso para não desagradar os Intendentes que por ali passavam, nem seus superiores.

Depois de observar essa dupla função exercida pelo jornal pesquisado, é de se imaginar que o conceito estratégico não era simplesmente entendido por parte dos diretores e proprietários do referido impresso, mas estes também eram praticados de forma bastante pontual e eficaz. Repito aqui mais uma vez que “O Rebate” durante os seu cinquenta anos foi um dos grandes responsáveis em formar e formatar a mentalidade do povo Cruzeirense, este adaptava-se constantemente às tendências da época e se utilizava do discurso impregnado em suas páginas para se fazer ouvido.

Mas uma vez é importante ressaltar que apesar de transparecer que o jornal em questão sempre esteve interessado em obter melhorias para “o seu público e a sua região”, é necessário estabelecer contrapontos e repensar se o que o jornal de fato defendia, mesmo que de forma indireta não seria o que considerava melhorias do ponto de vista de seus donos e do estado, e não da população. O fato de entender esta verdade foi importantíssimo para que a pesquisa em questão não ganhasse contornos imprecisos no sentido de transparecer para o leitor uma falsa realidade.

2.2 A CORDIALIDADE NAS PALAVRAS: A “CRÍTICA”

Além de fontes riquíssimas em todo tipo de informação, os impressos também dão conta de transmitir a realidade vivenciada em uma comunidade e as relações presentes dentro desta. Fato curioso é imaginar a realidade do departamento do Alto Juruá em um período onde o Brasil vivenciava uma grande instabilidade por conta da crise econômica e dos conflitos políticos e revoltas armadas que se intensificaram neste período. No entanto, “O Rebate”,

como sempre, estava a postos para informar notícias importantes como o fim do “estado de sítio”²⁴, iniciado ainda em 1922 no governo de Artur Bernardes²⁵, findando somente em 1927.

Pelo regime constitucional. Foi suspenso o estado de sítio. Consoante às notícias do governo do território ao Sr. Intendente deste município, aqui recebido no dia 21 do corrente mês, foi, por ato do senhor presidente da república, suspenso o estado de sítio, sob cujo regime se encontrava o país desde 1922, em consequência da revolta que desde aquele ano, trazia perturbada a ordem pública em vários pontos da nação, tendo os revoltosos, finalmente, deposto as armas e submetendo-se ao regime legal. Esta notícia é de molde a encher de alegria todos os corações brasileiros e nós a transmitirmos aos nossos leitores com máxima satisfação felicitando a todos por tão importante acontecimento que vem marcar-nos uma nova era de paz e prosperidade. (Cf. O REBATE, ano VII, p. 1, n. 140, 1927).

É inadmissível retirar do jornal “O Rebate” a função primordial que este exercia tanto no que se refere a informação passada para a população como sua função em retratar de forma bastante clara a realidade vivenciada por todos os cidadãos. Notícias a nível nacional como essas eram constantes, o impresso não deixava a desejar no que diz respeito a deixar a população informada dos acontecimentos mais recentes.

Na notícia acima citada apesar de ser dirigida principalmente ao intendente do município, o jornal não deixa de frisar a importância desta para um promissor futuro político e para desenvolvimento da região. Nota-se também através do cordial linguajar sempre utilizado em suas colunas, a intencionalidade do jornal “O Rebate” em formar uma mentalidade de progresso, mentalidade esta pronunciada desde a fundação da cidade, onde notava-se uma grande preocupação em formar mão de obra, criar escola e alfabetizar a população.

A estratégia do jornal para agradar o governo (políticos) e a população pode ser notada também observando o cordial linguajar utilizado por este em suas colunas. Fosse para criticar ou para elogiar sempre buscava demonstrar-se respeitoso para quem se dirigia. O que de certa forma não tira o poder de alcance das informações transmitidas por ele.

²⁴O Estado de Sítio é um instrumento burocrático e político sobre o qual o chefe de Estado – que, no Brasil, é o(a) Presidente da República – suspende por um período temporário a atuação dos poderes legislativo (deputados e senadores) e judiciário.

²⁵ A gestão de Artur Bernardes à frente do Governo Federal foi marcada por uma permanente instabilidade política, derivada da crise econômica e dos conflitos políticos e revoltas armadas que se intensificaram neste período. Nessa situação, Artur Bernardes só pôde governar o país valendo-se do dispositivo constitucional denominado "estado de sítio", que ampliou os poderes do Executivo federal em detrimento dos direitos e das liberdades individuais. O estado de sítio foi uma escolha política de um chefe da Nação não disposto a negociação política e a escuta de anseios populares. **Fonte ..?**

A título de lembrança. Posto julgarmos desnecessário fazer qualquer apelo direto do Sr. Intendente do Município, quando sabemos que S. S., na medida das possibilidades financeiras vem satisfazendo as necessidades de caráter público administrativo, a título de lembrança apontamos-lhe o estado miserando e vergonhoso, para nós mesmo, em que se acha aquele mictório de serventia pública, ao lado direito do mercado. Além de muito pequeno que o é, comportando muito mal uma pessoa ainda assim, está imprestável ocasionando desta forma justas reclamações de quem ali vai. Uma sentina na parte externa do mercado seria também de grande eficácia, livrara assim de notáveis apertos em que muitos tem se visto a noite, quando tudo fechado, mormente os soldados que fazem o serviço de patrulhamento da cidade. Desta arte, aqui fica a nossa lembrança, certos de que o Sr. Intendente tomara a encarecedora providencia. (Cf. O REBATE, ano VII, p. 1, n. 140, 1927).

Observe que mesmo quando o jornal se propõe a fazer uma cobrança ele a faz de forma respeitosa, sendo de se estranhar tamanho rodeio feito por este para se chegar ao que realmente importa, que no caso citado acima é a cobrança de melhoria ou a construção de um novo banheiro público para a população. É possível notar que primeiro “O Rebate” elogia o excelente trabalho feito pela atual administração do município, diz que sabe que se não fez ainda foi por falta de recurso, e por fim conclui dizendo mais uma vez que está só lembrando, mas não estar cobrando.

Esta postura em ser cordial nas palavras é, sem sombra de dúvida, uma postura estratégica do jornal para com seus dois públicos alvo. Em um primeiro momento não é vantajoso para “O Rebate” se omitir dos anseios ou das cobranças feitas pela população local, afinal de contas são eles os principais responsáveis pela notoriedade alcançada por este durante anos; em um segundo momento o jornal também não pode ser agressivo a ponto de desagradar o governo, pois este por outro lado além de suporte financeiro importante, lhe dá também a oportunidade de transmitir os atos oficiais, o que de certa forma lhe serve de garantia de venda dos números impressos, levando em consideração as importantes e indispensáveis informações que estes trazem para o comércio, para os funcionalismo do governo e também para a população de modo geral.

Depois de observar essa dupla função exercida pelo jornal pesquisado, busco a partir dos próximos capítulos fazer alguns apontamentos bastantes pontuais em relação às suas notícias advindas do governo e aquelas que se distanciam desta característica, levando em consideração a filosofia assumida pelo jornal em seu primeiro número a circular. É importante também ressaltar que todo debate levantado a partir desse momento buscará apontar como se deu a organização político-administrativa e educacional do Alto Juruá, através da leitura do referido impresso.

CAPÍTULO III

A NOVA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE: A “CRÍTICA”

Um dos motivos pelo qual esta pesquisa delimita-se apenas aos anos de 1921 – 1931 justifica-se pelo fato de ser a partir de 1920 que começou a vigorar a segunda forma administrativa exercida no território acríano, onde unificou-SE todos os seus departamentos e instituiu-SE a cidade de Rio Branco como a capital do ainda território. Esta forma administrativa perdurou até 1962, ano em que o Acre finalmente é elevado a categoria de estado.

Procuo, portanto, neste capítulo trazer a tona alguns debates ocorridos dentro do recorte já especificado referentes a esta nova administração que passara a vigorar no estado. Um fato que não pode passar despercebido são as críticas e as preocupações presentes no jornal “O Rebate” referentes a este “novo” modelo administrativo que passava a vigorar a partir de então no território acríano, tais críticas são apontadas pelo jornal como sendo de certa forma uma preocupação generalizada de todos os moradores da região.

Além de críticas e debates sobre quem deveria administrar o território acríano, existia e ainda existe um debate (claro que nos dias de hoje com menos força) sobre o futuro do departamento do Juruá, questionamentos ganhavam forma quando para muitos este passou a ser prejudicado com a unificação dos departamentos, e quando houve a transferência da sede administrativa do departamento do Alto Juruá para Rio Branco muitos passaram a questionar se seria melhor para o povo que habitava a região e para o próprio departamento, se não seria melhor criar um estado/território do Juruá independente dos demais. As justificativas para tais afirmações podem ser observadas na matéria denominada “Nossa Opinião” publicada pelo jornal “O Rebate” em 1927.

Desde a unificação do Acre num só governo, sediado em Rio Branco, em 1920, o vale do Juruá, outrora próspero desenvolvido (para a época), viu nisso o seu declínio; o que já previra o próprio Barão do Rio Branco, com as suas textuais palavras: "É uma temeridade passar de quatro para um". E o previsto aconteceu: O município perdeu a comarca do alto Juruá. a sua Inspetoria Agrícola Federal desapareceu, a nomeada cultura do Juruá Federal declinou lamentavelmente. Sem acesso e capital, sem intercâmbio cultural, comercial nem social, foi Cruzeiro do Sul, assim como a região de Tarauacá e Envira, administrado pelo telégrafo, e se este ficava interrompido. Como algumas vezes aconteceu, então reinava o silêncio, pois a correspondência fluvial demorava três meses ou mais. Diversas tentativas se fez para desdobrar o Acre em dois Territórios — Mensagens aos presidentes da República, Memoriais, representações na Conferência de Petrópolis. Na reunião das

Classes Produtoras se levanta às mesmas em Araxá, campanha difundida pela imprensa do país tudo de balde a "TEIMOSIA" de um só governo prevaleceu: a região do Juruá a viver ao Deus dará. Basta citar que nove anos após a unificação, ainda Cruzeiro do Sul liderava em determinados setores, especialmente na lavoura e instrução: Naquele ano 1925, Rio Branco matriculara no seu curso primário, 620 alunos enquanto a matrícula em Cruzeiro do Sul se elevava a 1050 alunos; a nossa lavoura formava o maior núcleo agrícola do Acre, como de todos os altos rios da Amazônia. Produto de um erro administrativo: pois os quatro Departamentos, nos dois vales, tivessem constituído dois Territórios, e a bacia do Juruá não teria entrado em tão estarrecedor declínio. Em todas as oportunidades que os cruzeirenses pleitearam a justa medida, a nossa voz fez eco com aquelas pretensões. Hoje, Tarauacá, que sempre se mostrara indiferente ao caso sob o argumento de que a capital lhe ficaria sempre distante, pois seria em Cruzeiro do Sul, hoje Tarauacá se levanta as mesmas pretensões, embora reconhecendo tal erro, ratifico, achamos que a ocasião não é propícia. O território apenas começa a engatinhar; a situação política administrativa do país não aconselha reações. Mais tarde, quando tudo estiver normalizado, teremos que ver, o Território do Juruá, e sim o estado do Juruá, abrangendo a bacia amazônica do mesmo rio. Não precisa ser um adivinho para prever que todos os altos rios da Amazônia irão constituir outros tantos Estados para preenchimento dos incomensuráveis vastos que, hoje, ai estão. Sem que isso sirva de censura aos promotores do movimento, é a nossa opinião. A época reclama união e concentração de forças. (Cf. O REBATE, ano VI, p. 1, n. 130, 1927)

Fica evidente a crítica apontada pelo jornal referente à unificação de todos os departamentos, e como tal acontecimento foi prejudicial ao departamento do Alto Juruá, hoje cidade de Cruzeiro do Sul. Apesar de entender que o posicionamento do jornal "O Rebate" não pode ser entendido como uma opinião generalizada, ainda assim fica evidente observando os motivos apontados no trecho acima que muitos foram os prejuízos para a administração de Cruzeiro do Sul com essa nova forma administrativa que passava a vigorar a partir de 1920.

Posso por assim dizer que as mudanças por mais bruscas e prejudiciais que tivessem sido para o departamento na época foram aceitas por um bem maior, por assim dizer. Cruzeiro do Sul sempre esteve dentro das mais fervorosas discussões sobre o futuro do território acriano, e como era de se esperar, participou ativamente do progresso político e educacional ajudando no desenvolvimento do estado como um todo. O que pode ser notado aqui são as críticas vivenciadas a partir da adoção desse novo modelo administrativo que passava a vigorar no território, o que de certa forma influenciou nos rumos políticos e administrativos que foram tomados na região do Juruá a partir de então. Vê-se também que o jornal utilizado como fonte trás ricos trechos que além de facilitar o entendimento dos acontecimentos políticos da época dão conta da preocupante discussão que tomava de conta da mentalidade política, sendo de como e quando se daria o desenvolvimento de Cruzeiro do Sul, levando em conta os novos entraves trazidos por esse novo modelo administrativo.

Veja que na opinião contida no jornal são levados vários aspectos e setores em consideração, desde setores voltados para a educação até outros referentes ao desenvolvimento agrícola, apontando o maior desenvolvimento destes setores no departamento do Juruá como servindo de justificativa para se criar um estado independente dos demais territórios unificados recentemente, juntando-se a este os departamentos de Tarauacá e Envira. Apesar de os impressos defenderem um ponto de vista de um grupo ou servir para consolidar uma ideologia, ainda assim não deixa de ser pelo menos curioso o fato de estes trazerem opiniões como estas já citadas anteriormente, o que pode ser entendido como formação de mentalidade de interesse particular e até mesmo social.

Mas uma vez me deparo aqui com situações um tanto embaraçosas vivenciadas pelo jornal “O Rebate”. Vê-se nesse momento de definição do modelo político-administrativo do recente unificado território acriano um posicionamento que pode ser considerado no mínimo “independente” posto por um jornal financiado também pelo poder público na época. Assim, fica ainda mais evidente em acontecimentos como estes que vez ou outra o jornal vai fazendo esse movimento em prol do governo, a favor da sociedade e também em prol de seus próprios interesses.

A constituição político-administrativa recentemente adotada foi aceita, mas as críticas estavam sempre vivas e mudavam de foco, atingindo setores do governo em geral, levantando dúvidas sobre as características dos governadores indicados para gerir o território acriano, ou até mesmo enaltecendo determinadas indicações. Frente às afirmações feitas trago abaixo citação do jornal “O Rebate”, referente a personalidade do novo governador²⁶ do território, indicado pelo presidente da república.

O novo governo do acre. Estar empossado desde ontem, num cargo que apesar de recentemente criado; já teve vários ocupantes, o novo governador do Acre. O fato de se ir inaugurar naquele território uma outra situação administrativa oportuniza algumas considerações sobre a necessidade da realização de uma obra capaz de assegurar à região de que ocupamos um estado de coisas auspicioso. As circunstancias especiais que se caracterizam o amplo exercício do cargo de governador do Acre, simplificam consideravelmente a tarefa de administrar o aludido território. Infelizmente a despeito disso, não se pode dizer que a ação administrativa ali se tenha exercido como deveria, sendo fonte de benefícios para uma coletividade que, muito distancia dos principais centros do país, quase não dispõe de meios habes e próprios para fazer sentir as necessidades que a preocupam. Ora, em semelhantes circunstâncias, um homem público que para ali vai cumprir um mandato do governo federal, munido de atribuições tão amplas, só não realizará uma obra verdadeiramente proveitosa aos interesses acreanos se a sua mentalidade e educação política constituírem um estorvo á compreensão dos deveres do cargo e das necessidades da região quase sempre desatendida. A situação do Acre na vida administrativa do país, tem sido mais ou menos anômala. Depois de uma luta

²⁶ Nos anos 1920, o Território do Acre foi unificado, o Governador sendo indicado pelo Presidente da República.

travada durante anos a fio, cujo objetivo essencial consistia na demonstração dos direitos acreanos a sua representação própria e regime de autonomia completa, conseguiu a referida região que se lhe desse nova organização administrativa sintetizada na nomeação de um governador. Se se trata realmente de um grande passo, e a esse respeito merece uma referencia o excepcional interesse com que a presidência do sr. Epitacio Pessoa encarou a situação do Acre, todavia, não há duvida de que, principalmente se considerarmos o assunto do ponto de vista da capacidade de contribuição do território, seria possível a outorgade um sistema administrativo revestido de maiores franquias. A circunstância da posse do senhor Hugo Carneiro, no cargo de chefe do governo do Acre, impõem-nos o dever de chamar atenção do novo dirigente para a solução de problemas acreanos que a sua exclusiva autoridade exercida quase em contraste, pode francamente solucionar. O sr. Hugo Carneiro vae assumir o seu cargo, depois de haver vivido sempre no Distrito Federal, estando por conseguinte, habilitado a julgar e a medir a profunda diferença que medeia entre as condições de vida na metrópole carioca e as enormes lacunas de que essa mesma vida se recente naquele remoto trecho do território nacional. Somos de opinião de que a natureza dessa escolha permita melhores perspectivas ao progresso acreano, porque muito mais fácil será a um homem cuja atividade se desenvolveu ininterruptamente na capital da república, ter a percepção dos problemas que se abrem a uma região ainda meio inculta como é o Acre, sem transportes, sem serviços de assistência higiênica outros ligados a saúde do povo, de alcance comum nos grandes centros do litoral. De modo que nada amanhã o inocentará, se o seu período governativo decorrer de uma inercia, fechado para não ver as necessidades do povo, cujo destino vai dirigir. Essa é precisamente a hipótese em que se enquadra a nova administração do Acre. Por isso que o sr. Hugo Carneiro dispões de requisito pessoais para realizar alei, alguma coisa de útil e só não o fará se o seu patriotismo o conservar surdo á voz do cumprimento dos deveres para com a região que sem dúvida nutre esperanças quanto a lucidez do seu novo dirigente. (Cf. O REBATE, ano VII, p. 2, n. 115, 1927).

No trecho acima é possível observar o jornal enaltecer as características e capacidades do recente nomeado governador do território acriano. Assegura-se a este uma certeza de progresso, já que é possuidor de grande influência na capital da república onde morou por muito tempo e também é profundo conhecedor de como e o que poderia ser melhorado no território, na época carente de muitas coisas.

O Governador Hugo Carneiro²⁷, de acordo com o jornal, seria capaz de suprir as necessitadas mais urgentes da região, completando o plano do governo de fazer funcionar o novo modelo administrativo que vigorava, onde todos os departamentos eram agora orquestrados por ordens dadas pelo governador residente na capital Rio Branco. É possível notar ainda na citação anterior que toda exaltação a pessoa do Sr. Hugo Carneiro acaba por servir estrategicamente para que o jornal o coloque em “cheque” frente a um possível fracasso de seu governo, dizendo que se de tudo o que foi salientado, levando em consideração sua grande capacidade administrativa, se algo não desse certo seria simplesmente por falta de

²⁷ Hugo Ribeiro Carneiro era paraense, de família cearense. Foi deputado pelo Ceará e juiz no Departamento do Tarauacá antes de ser nomeado governador do Território Federal do Acre. Sua gestão, de 15 de junho de 1927 a 3 de julho de 1930, foi marcada pela modernização da capital e do Território. Disponível em: Acesso em: <http://www.jorgeviana.com.br/personalidades> . 02 de Outubro de 2018.

vontade e inércia do próprio Hugo Carneiro. Criou-se assim uma certa expectativa na pessoa do referido governador, onde depositava-se em sua experiência e influência um salto no desenvolvimento do território acriano.

3.1 A GRANDE ASPIRAÇÃO: A DIVISÃO DO TERRITÓRIO

Um discurso extremamente recorrente presente em quase todas as edições da primeira década do jornal “O Rebate” é o de divisão do recém-unificado território acriano em dois departamentos independentes. Este acontece por vários motivos, a princípio já apontados brevemente no tópico anterior. Um deles é a distância geográfica da capital para o município do Juruá, o que acaba tornando difícil uma administração mais eficaz.

Agita-se de novo nos círculos sociais e políticos deste município e do de Tarauacá, o grande problema palpitante de múltiplos interesses regionais, da divisão do Território em duas circunscrições administrativas independentes. Se a situação geográfica do leste e oeste acreano, zonas inteiramente distintas, cujo sistema hidrográfico esta naturalmente indicando a necessidade de seu desmembramento, não bastasse, seria suficiente a ausência de intercambio comercial, econômico e social entre as suas populações para realização da medida da sua separação. Além disso, um dos maiores imperativos para efetivação desse desmembramento, é imposto pela inadaptabilidade às condições de vida do território, sob todas as modalidades por que forem encaradas, do sistema administrativo vigente. Ai está. À luz meridiana dos acontecimentos, a experiência de mais de um lustro do regime de centralização do governo que a reforma Epitácio Pessoa planejada pela alma displicente do Sr. Epaminondas Jacome implantou no Acre, para levar ao espirito do governo da União a prova eloquente da falência da organização que ora nos entrava os surtos de desenvolvimento. Agora estamos informados de que se crê nas altas esferas do governo Federal um ambiente de normas favoráveis à implantação neste território de um sistema administrativo, que venha ao encontro de suas presentes necessidades. Em torno, porem da aprovação desse projeto que tem por medida primordial a divisão do Território do Acre em duas circunscrições sejam elas Juruá – Tarauacá e Acre – Purus, com regime preparatório para um estado, em época não remota, cuja oportunidade os acontecimentos determinarão, é que se deve unir os habitantes deste e do vizinho município acreano, conjugando esforços, harmonizando interesses, conciliando pontos de vista, em suma despersonalizam-se para unicamente convergirem todas as vontades para um só ponto – a realização do objetivo comum tão bem enquadrados nos moldes aludidos. O entendimento que já se vem mantendo entre os nossos valores políticos e sociais e os do Tarauacá, é um indício veemente e conformativo de que as mão estão dadas para uma cooperação comum na campanha em prol da divisão. A hora, portanto, é de ansiosa expectativa. Segundo nos informaram, dois próceres do atual governador da república já se pronunciaram lisonjeira e favorável as nossas pretensões. (Cf. O REBATE, ano VII, p. 1, nº149, 1927).

O discurso de divisão apontado pelo jornal acaba se tornando balizador nas decisões políticas. Este assunto perdurou por décadas e acabou por determinar os rumos de projetos e decisões que influenciaram diretamente no desenvolvimento da região. Fosse no desenvolvimento educacional, agrícola, econômico etc. As edições do ano de 1927 tratavam

basicamente da expectativa do povo juruaense em tornar-se um departamento independente, juntando-se ao departamento de Tarauacá. A intenção seria criar um estado independente que facilitasse a administração.

A notícia transmite o início dessa discussão enfatizada pelo referido jornal como sendo uma preocupação de todos os habitantes desta região. Com o discurso voltado sempre para o desenvolvimento do Juruá buscava-se dessa forma justificar esta polêmica petição. Entende-se, de acordo com o discurso citado em um dos trechos do jornal “O Rebate”, que a unificação dos territórios acrianos e o fato de o polo administrativo ser em Rio Branco foi um enorme fracasso, e esse seria um dos motivos de Cruzeiro do Sul e outros departamentos nas proximidades não estarem crescendo tanto como antes.

A notícia acima também dá a entender que muitos especialistas de direito, autoridades e a maior parte da população estavam apostando que a criação de dois territórios independentes seria a solução para os entraves administrativos enfrentados desde 1920, ano no qual foi unificado o território acriano. A partir de então criou-se uma expectativa através de incentivos de deputados federais²⁸ que entraram com petições na câmara federal para que houvesse uma nova formatação na organização política e administrativa do recente território.

É importante ainda ressaltar que a ênfase dada por mim a este discurso de separação adotada pelo referido jornal se dá pelo fato de eu entender que este tornou-se balizador e influenciador direto nas decisões tomadas em prol do território, este discurso sendo efetivado ou não acabou por se tornar tema central do “O Rebate”, e influenciou diretamente no desenvolvimento político e educacional de Cruzeiro do Sul. Assim, é possível identificar uma preocupação constante do jornal “O Rebate” em tornar possível a efetivação da tão discutida divisão do território acriano, e para isso se utiliza de suas páginas em quase todos os números para abordar notícias referentes ao assunto. Os títulos são os mais diversificados possíveis, sempre buscando consolidar a ideia de separação como sendo de fundamental importância para a retomada do desenvolvimento da cidade de Cruzeiro do Sul. Abaixo, trago recortes dos títulos de algumas das centenas de notícias referentes à separação do departamento do Juruá trazidas pelo jornal “O Rebate” ao longo de sua primeira década.

²⁸ Projeto de lei apresentado pelo deputado Federal Luiz Silveira em 1923. (Cf. O Rebate, ano VII. Nº 149, p. 2, 1927)



Figura 1: www.hemerotecadigital.br (Cf. *O Rebate*, ano VII, p.1, nº150, 1927).

O tema citado no recorte acima trazia assuntos do tipo jurídico, fazendo os apontamentos das normas da petição do deputado Silveira, autor da lei que propunha a separação do departamento do Juruá do território, criando assim um estado e circunsprudência independente. A intenção principal deste tópico era de situar o leitor e convencer da legalidade das referidas pretensões.

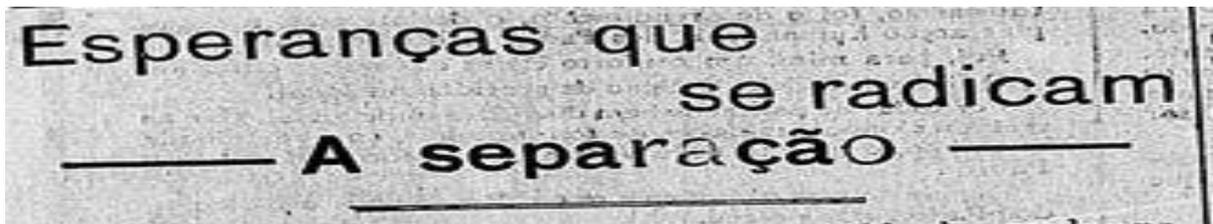


Figura 2: www.hemerotecadigital.br (Cf. *O Rebate*, ano VII, p.2, nº152, 1927).

Neste recorte, mais uma vez o jornal faz uma breve discussão dos percursos já realizados e a situação burocrática em que se encontra o projeto de divisão do território em dois departamentos distintos. Nesta mesma edição do jornal “O Rebate” é publicado na íntegra o projeto do deputado Luiz Silveira, como descrito abaixo.

Projeto do deputado Luiz Silveira. Artigo 1. O Território será dividido em dois departamentos Juruá e Tarauacá. (sede a cidade de Cruzeiro do Sul) e Purus e Acre (sede, a cidade de Rio Branco). Cada departamento será administrado por um delegado do governo federal cuja ação administrativa será estabelecida no regulamento que for expedido. **Art. 2.** Cada departamento terá doação anual de dois mil contos, destinados aos serviços de instrução pública, saúde e assistência, policia militar e civil, melhoramentos e de mais encargos de uma administração regular e eficiente. Além dessa verba o Governo Federal manterá em cada departamento um serviço de profilaxia rural, um aprendizado agrícola, uma escola de aprendizes artífices, um posto zootechnico, um serviço de fiscalização da borracha, continuando a seu cargo as despesas com a justiça local. **Art. 3.** Fica o poder executivo autorizado a reconhecer a propriedade das terras ocupadas no Território por particulares, mediante o registro dos títulos expedidos pelo Estado do Amazonas, pelo Governo da Bolívia e pelo Estado independente do Acre, anteriormente no Tratado de Petrópolis, e as de volutas, que estiverem sob domínio particular bastantemente beneficiados, cinco anos antes do regulamento onde for expedido. Este serviço será executado e custeado pelos governos dos departamentos. **Art. 4.** O governo Federal por seus delegados no território, reservará em cada departamento uma ou mais áreas de terras

devolutas próprias para lavoura e as entregará por lotes demarcados, a trabalhadores nacionais, para que os cultivem em benefício próprio com direito de propriedade ao fim de um ano de cultivo efetivo e residência habitual. **Art. 5.** Será mantida a atual organização municipal devendo ser o chefe do executivo ser eleito conjuntamente aos membros do conselho. **Art. 6.** Em cada departamento haverá uma assembleia regional, de quinze membros, eleitos trienalmente, com incumbência de fixar as despesas, dando à dotação Federal uma aplicação em harmonia com as necessidades locais, tendo o Prefeito o direito de veto nos termos da Constituição Federal, fiscalizar pela tomada de conta, a execução da mesma fixação. **Art. 7.** Será restaurado o extinto Tribunal de Apelação de Cruzeiro do Sul, aproveitando-se os magistrados em disponibilidade observada quanto ao mais, a organização judiciária vigente. **Art. 8.** O Governo Federal considera isenção de impostos e custeará o transporte do gado destinado a reprodução de todo material necessário a indústria extrativa da borracha, de ferramentas e máquinas adquiridos por particulares mesmo nas praças do país, procedendo informação dos prefeitos, entrará em acordo com a “Amason River” e firmas proprietárias de vapores, relativamente a isenção de fretes da borracha e gêneros agrícolas destinados a praça de Manaus ou de Belém, promoverá o incentivo, por meio de prêmios para a cultura metódica da “havea brasiliense”, de arroz, de cana, do milho e da mandioca, do açúcar e da farinha, beneficiamento do milho e do arroz, concedendo transporte gratuito e isenção do imposto ao material que for importado por particulares, para abertura de campos pastoris, e finalmente concederá mais favores a particular ou empresa que se organizam para o beneficiamento da borracha e fabricação de artefatos em qualquer dos dois departamentos. **Art. 9.** O governo federal subvencionará um serviço de navegação mensal, entre Cruzeiro do Sul, Seabra, Sena Madureira e Rio Branco. **Art. 10.** Esta organização durará até setembro de 1926, quando o congresso Nacional decretará, a incorporação do Território do Acre a Federação Brasileiro como estado Autônomo. Sala das seções 19 de Julho de 1923. Luiz Silveira, Dionisio Bentes, Hugo Carneiro, Eurico Valle. (Cf. O REBATE, ano VII, p.1, nº152, 1927).

É possível observar que o projeto não trata apenas da divisão do território em dois departamentos independentes, este trás a tona diversos assuntos como a doação de mil contos pelo governo federal para ser utilizado na instrução pública, na agricultura, saúde, segurança e outras áreas, o que demonstra de certa forma preocupação para com o desenvolvimento da região. Nota-se ainda uma discurso voltado para a preparação de mão de obra, através de escolas destinados a agricultura, artífices, além de cursos técnicos voltados a melhorias na técnica de extração da borracha.²⁹

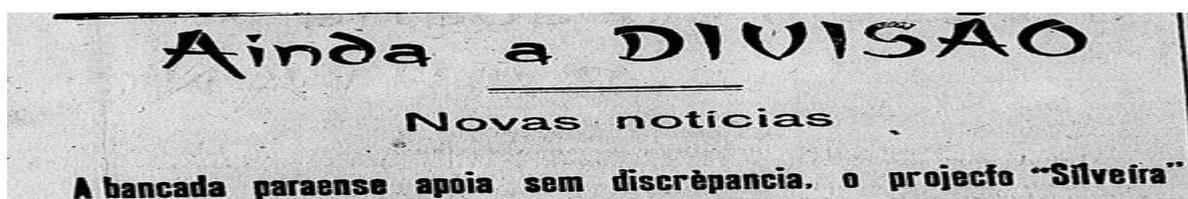
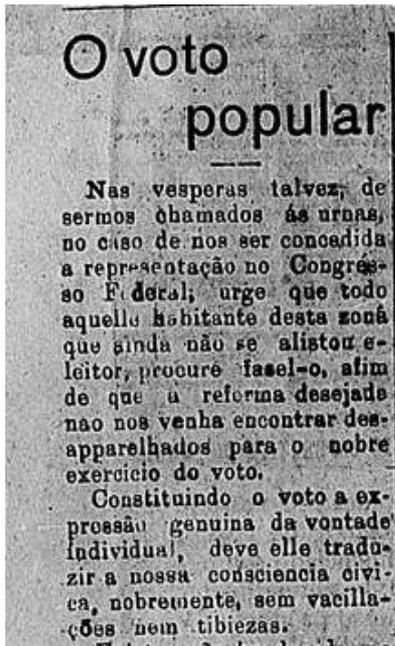


Figura 3: www.hemerotecadigital.br (Cf. O Rebate, ano VII, p.3, nº153, 1927).

²⁹ A borracha natural é o produto primário da coagulação do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Borracha>. Acesso em 05 de Outubro de 2018.

Existia uma preocupação constante do jornal “O Rebate” em trazer notícias que fizessem jus a questão da divisão do território em dois, o que demonstra mais uma vez o recorte acima, este retrata um telegrama expedido de Tarauacá, transmitindo apoio ao projeto Silveira, e também às causas defendidas por “todos” em Cruzeiro do Sul. O telegrama também destina-se a outras autoridades, que por sua vez são incumbidas de levar o desejo dos cidadãos do Juruá até as autoridades políticas superiores.



Fonte: www.hemerotecadigital.br (Cf. *O Rebate*, ano VII, p.1, nº155, 1927).

O recorte ao lado alerta a população sobre a necessidade de alistar-se como eleitor caso haja necessidade de votar a favor da criação de dois departamentos independentes no território. O autor da coluna ainda deixa uma mensagem enfatizando a importância do voto como sendo a expressão genuína da vontade individual, sendo este o responsável por traduzir a consciência cívica de um povo. Na matéria em questão é enfatizado o fato de a maioria dos cargos eletivos serem ocupados por políticos corruptos, o que para o autor acaba desvirtuando os sentidos do voto, e fazendo um desfavor

ao país na medida em que cresce a corrupção e as fraudes em alguns setores recentemente criados, como é o caso do conselho municipal, ocupado por alguns que não mereciam estar lá, ditando o ritmo em que se desenvolve o município.

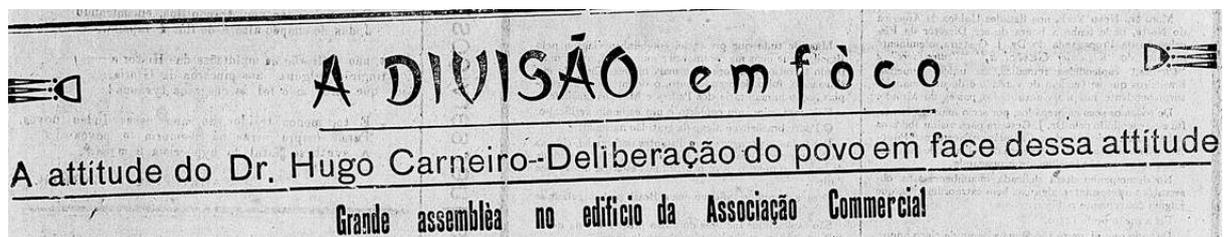


Figura 4: www.hemerotecadigital.br (Cf. *O Rebate*, ano VII, p.1, nº156, 1927).

Esperançosos que a divisão do território acriano ocorresse e também cientes de que tal iniciativa melhoraria a atual administração exercida no Juruá, cientes em um melhor desenvolvimento, alguns dos líderes deste movimento que orquestrou a dinâmica político e administrativa do Juruá realizaram em Cruzeiro do Sul, na sede da Associação Comercial,

uma assembleia para discutir o projeto “Silveira”, e assim ouvirem a deliberação de algumas personalidades políticas, entre elas o então governador do território, Dr. Hugo Carneiro.

Crentes no apoio do Dr. Hugo Carneiro, atual governador do território, por ser um dos que apoiou o projeto “Silveira”, inclusive votando a favor, alguns do que defendiam esta causa reuniram-se esperançosos de ouvir uma resposta positiva vinda da capital Rio Branco, já que o governador não pôde estar presente, além de terem a oportunidade de apelar para o governador intervir junto aos poderes da república no sentido de esse projeto ser convertido em lei.

Durante a assembleia o então governador do território sofreu grande rejeição quando propôs que não fosse feita a desmembralização por completo do Juruá, deixando ainda este como dependente da administração da capital. A opinião não agradou aos presentes na assembleia, que pediu que o governador reconsiderasse seu posicionamento um tanto centralizador e voltasse atrás, favorecendo o projeto Silveira, e aceitando as recomendações de alterações propostas pela assembleia. Abaixo constam as recomendações feitas pela assembleia que discutiu sobre a divisão do território:

Outras Notas. A grande assembleia resolveu, unicamente propor as seguintes alterações a serem aduzidas ao projeto “Silveira”, ora em andamento na câmara: a) – conseguir a representação federal para o Território na Câmara dos Deputados; b) – Criação de agências do Banco do Brasil, com carteiras hipotecárias, nas cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul; c) – Alfandegamento das despesas de renda do Território do Acre; d) – Aumento da nomeação de integrantes da Assembleia Regionais de 5 para 7. Essas medidas que constam no telegrama dirigido ao exmo. Governador, foram transmitidas via radio, aos nossos delegados no Rio, Senador Pinho Ferreira e Deputado Luiz Silveira e Derval Porto. O Telegrama do exmo. Sr. Hugo Carneiro dirigido ao coronel Mâncio Lima, Presidente do Partido Autonomista, e a que acima nos referimos, é concebido nos seguintes termos. (Cf. O REBATE, ano VII, p.1, nº156, 1927).

O apelo feito por todos durante a assembleia é apontado aqui como elemento primordial para o desenvolvimento de Cruzeiro do Sul e Tarauacá. Este aqui publicado reflete um desejo assumido pelo jornal “O Rebate” desde seu primeiro número, onde critica o modelo administrativo que passou a vigorar no território acriano após sua unificação e os movimentos realizados ao longo da primeira década da unificação do território e publicados no referido jornal. As lutas e debates ocorreram em todos os âmbitos. Fato é que este discurso de independência criado ao longo dos anos no Juruá acabou se tornando ponto chave nos rumos que passaram a vigorar na educação e na organização administrativa da região.

É possível notar na leitura das centenas de impressos publicados na primeira década do jornal que criou-se uma expectativa referente a este assunto, e que o apego a tal discurso acabou tomando o espaço de algumas outras importantes discussões que pudessem favorecer o desenvolvimento de Cruzeiro do Sul em muitos outros aspectos. É claro que esse fato não desmerece em nada a luta dos juruaenses por sua independência, pelo contrário, a história e beleza da cidade acaba se engrandecendo ainda mais. Pode-se observar ainda que ao longo dos anos a crítica estabelecida sobre o atual modelo administrativo de Cruzeiro do Sul só aumenta, como pode ser observado na matéria abaixo descrita.



Figura 5: www.hemerotecadigital.br (Cf. *O Rebate*, ano VII, p.1, nº161, 1927).

Uma das críticas mais ferrenhas redigidas contra a configuração política e administrativa vivenciada no território acriano pode ser lida na matéria indicada no recorte acima. Retrata o desânimo vivenciado no Juruá como sendo causado pela injustificada teimosia por parte de “alguns” em manter o modelo administrativo implantado em 1920.

Ostracismo³⁰ prematuro. O desânimo cada vez crescente que e vem acentuando no município, é o melhor atestado, o atestado mais palpável da deficiência do regime administrativo instituído para o Território pelo Decreto 14.383 de 1º de Outubro de 1920. É para lamentar que um homem como o sr. Epaminondas Jácome, velho conhecedor do Acre, onde viveu por muitos anos e até chegou a ganhar fortuna, tenha sido o inspirador de organização que nos vem infelicitando. Não menos lamentável foi o ato presidencial que nomeou o sr. Jácome 1º Governador do Território. Homem sem ação de visões estreitas, sem a mínima ideia das coisas públicas, o sr. Jácome trouxe para o Acre, de par com o seu aniquilamento, a crise administrativa, tudo desorganizado, tudo desbaratado, nada fez e por cima de tudo recolhe ao tesouro avultado saldo, em detrimento das necessidades gerais do território enquanto que, no crepúsculo desse desgoverno cria escolas de 12000 \$. Estamos certos que se o sr. Epitácio Pessoa, que é um estadista primoroso, travasse conhecimento de um só dia com o sr. Jácome não o teria nomeado nem tão pouco sancionado a reforma inspirada pelo descaso clínico Xapuriense. Entra o Juruá no seu período de decadência, e, Cruzeiro do Sul, a cidade predileta, apresenta aspectos de órfão de cão na rotina. Anos mais tarde a pasmeira revolta e elementos daqui e Tarauacá pedem ao governo para salvar o Acre do aniquilamento completo a que está condenado a um projeto neste sentido é apresentado à Câmara Federal em 1923.

³⁰ Ostracismo significa isolamento ou exclusão. É um termo proveniente da Grécia antiga e era uma forma de punição aplicada aos cidadãos suspeitos de exercerem poder excessivo e restrição à liberdade pública. Disponível em: www.significados.com.br/ostracismo Acesso em: 08 de Outubro de 2018.

Nada se conseguiu então, mas a esperança não fora perdida, até que afinal surge este movimento animador, o mais importante que já tivemos em prol da única organização que realmente consulta os magnos interesses acreanos – a divisão em dois governos. Esta salutar medida é combatida por elementos do extremo territorial, sob o fundamento de não desejarem ver o Território fracionado, como se estes mesmos elementos que agora se insurgem contra nós, ignorassem que este mesmo Território já foi dividido, não em duas, mas em quatro Prefeituras que digamos de passagem, foi um regimento muito mais útil, mais consentâneo com a nossa conformação geográfica, do que a centralização injustificável, inconcebível, que se alguma coisa tem feito esta circunstância à capital do Território. E para lamentar que estejamos condenados a assistir o epílogo dessa marcha de aniquilamento em que ingressarmos, vai para 7 anos sem que tenhamos elementos para um dique à sua fatal conclusão! E quem se arrogará a dizer que a reforma inspirada pelo sr. Dr. Epaminondas Jácome não nos trouxe o ostracismo prematuro? (Cf. O REBATE, ano VII, p.1, nº161, 1927).

Além do descontentamento com os rumos que estava tomando a causa referente à criação de um departamento independente, inclusive a divisão administrativa em dois governos, a discussão acima citada fica mais agressiva quando os editores do jornal apontam algumas pessoas que, por serem contrárias ao desenvolvimento desta região, acabam por inflamar “outros desavisados” a não apoiarem a causa que tinha um único objetivo na visão de “O Rebate”: o desenvolvimento de Cruzeiro do Sul.

As discussões referentes à organização administrativa do território ultrapassava àquelas estabelecidas em solo juruaense, é o que retrata o trecho recortado de “O rebate”, onde um jornal da região divulga como sendo monstruoso um comício realizado na região, contrário aos anseios de Cruzeiro do Sul e de Tarauacá. “O Rebate” prontamente se manifesta a favor da população de Xapuri, alertando que tal grandioso comício foi realizado por um punhado de amigos que, combinando-se, marcaram dia e horário para tentar dar grandiosidade a um ato que não passava de falácia e invenção, pois sabiam que todo o Xapuri era a favor do projeto que divide o território para ser regido por dois governos independentes.

“Comício monstro”

Um radio procedente da distante cidade de Xapury, assignado por um jornal cuja existencia desconhecemos—«Acre Unido»—dirigido ao sr. Intendente deste municipio, annuncia a realisão de um “comício monstro” naquella cidade, com o qual os principaes elementos locais teriam combatido a magna idéa patrioticamente defendida pelos abenegados habitantes do Juruá e Tarauacá. Annuncia o signatario que 3 mil pessoas tomaram parte nesse fantastico comício, verberando a idéa de divisão que reputam de regional e defendendo a maisinada unificação que somente aos desinteressados pelo progresso territorial se aligura magnilica.

Quando o sr. Napoleão Ribeiro seguiu de Belem ultimamente para o Acre, previmos mais ou menos essa fita bi-colôr em que o director da “Voz do Acre” se poria em campo de acção na propaganda de seu jornal, que em tempo, digamos, surge com idéas louvaveis. Não nos enganamos. Chegado a Xapury o nervoso jornalista promove um comício a que talvez comparecesse uma centena de amigos seus e depois manda espalhar a noticia de um “comício monstro”, aliado tão propicio dos repórteres boateiro.

Em Xapury existem tambem outros elementos que estão ao lado dos que trabalham pelo engrandecimento do Acre; com o seu desdobrar em dois governos, e, entre elles podemos apontar o dr. José Alves Maia, advogado de nome feito no Territorio, jornalista de convicções firmadas, proprietario de um jornal de conceito como é *A Ordem*. Porque o sr. Maia não tomou parte nesse comício que segundo nos parece foi promovido por elementos adventicios á cidade de Xapury?

Os habitantes do Juruá e Tarauacá não vão na onda, nem esse *Monstro* lhes faz arrefecer de idéas.

Os que estão agindo do lado de cá, teem a absoluta convicção de que, vencidos ou vencedores, estão procurando o bem geral do Territorio. Si, em tudo isto, ha algum regionalismo, este certamente está do outro lado.

Durante todos os anos que o Jornal “O Rebate” esteve presente nas discussões referentes à divisão do território, este sempre se posicionou a favor do projeto apresentado ao parlamento federal como sendo a melhor opção para o desenvolvimento de Cruzeiro do Sul e do território acriano como um todo. Assim como na maioria dos embates políticos, os interesses pessoais de alguns e coletivos de outros acabavam por entrar em conflito, e não foi diferente durante este “violento” embate vivenciado pelo já tão sofrido território ao longo dos anos. Uma reforma administrativa já havia acontecido há tempo, quando o Acre suprimiu todos os seus territórios e criou uma sede para ser a base de toda a administração dos departamentos, antes independentes. Tudo isso, como já visto através dos recortes apresentados anteriormente, gerou uma insatisfação, principalmente por parte do território de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, que “compraram” uma guerra por apontar desfavorecimento para o desenvolvimento da região, apontando a distância da sede administrativa do Território e os entraves burocráticos decorrentes desta como sendo os principais empecilhos para seu contínuo desenvolvimento até 1920 onde, de acordo com o jornal “O Rebate”, foi a partir daí que a região do Juruá entrou em decadência.

Desfavorecendo o desenvolvimento da região, fosse em melhorias de saneamento, saúde, agricultura, educação, econômica e outras, muitos eram os motivos apontados pelo referido jornal, para que a região não se desenvolvesse mais como antes. A cobrança exercida pelo “O Rebate” só foi mudar de teor em 1929, quando é divulgado através do próprio jornal a negativa dada pelo presidente da república, onde deixa claro que não



³¹apoiará nenhum movimento separatista do território. O que também acabou me chamando a atenção foi o fato de após tal pronunciamento o autor do projeto de lei Luiz Silveira, optar por retirar de pauta o seu projeto já tão debatido ao longo dos anos.

O município do Juruá não conquistou de fato a divisão defendida de forma tão ferrenha, principalmente na primeira década de circulação do Jornal “O Rebate”, mas deixou um legado que sem sombra de dúvidas contribuiu para muitas conquistas que aconteceram no município durante estes embates. Uma das melhorias que posso citar é o funcionamento do serviço topográfico, antes bastante deficiente e sendo apontado como um dos motivos de tanta desorganização no que se refere à administração do território.

Entre dois próceres autonomistas discutia-se o gesto do deputado Silveira, que retirou o projeto de reforma do Acre, que havia apresentado ao Congresso Nacional num momento de irreflexão, e que, depois de muito pensar, isto é de saber que o presidente da República não lhe era simpático, acabou por arrepender-se do que tinha feito e se salvou. – nunca tive dúvidas sobre o resultado do nosso movimento em prol da divisão territorial desde que lia parte da mensagem presidencial que trata do Acre. – Ora, o presidente quis dizer simplesmente: No quadriênio não quero saber de movimentos divisionários. (Cf. O REBATE, ano VII, p.1, nº 213, 1927).

Após a negativa do presidente e a retirada do projeto “Silveira” de pauta do congresso nacional o foco dos juruaenses mudou. Antes voltado basicamente para a questão do movimento separatista a população passava a partir daí a experimentar, apesar de não concedida a tão sonhada autonomia, grandes investimentos e conquistas, antes fora de cogitação.

Outra conquista importante que pode ser atribuída à tentativa de divisão vivenciada no Juruá é o repasse da verba enviada pelo governo federal aos intendentess de cada município. Antes essa verba era utilizada pelo governo do território de acordo com aquilo que ele mesmo julgasse necessário. Agora gerida pelo intendente, acabou ajudando na implantação de escolas, reformas, pagamentos de cursos particulares, pagamentos de professores dos grupos escolares, etc³².

³¹ Figura 6: Cf. O Rebate, ano VIII, nº 176, p. 2, 1927

³² Cf. O Rebate, ano VIII, nº 176, p. 2, 1927

Os esforços empreendidos pela divisão do território não tinham surtido o efeito desejado de fato, fosse pela inexistência de força política acriana, levando em consideração a falta de representatividade deste no congresso nacional, ou pela a influência de autoridades importantes, o que pode se confirmar observando a citação a seguir.

Na campanha que o desembargador Vieira Ferreira vem fazendo pelo jornais do Rio, contra a divisão deste Território sustenta S. Exa. que o Juruá não precisa do governo em separado, nem de Tribunal de Apelação nesta cidade. (Cf. O REBATE, ano VII, p.1, nº 166, 1927).

Assim, é possível observar que o discurso de divisão, apregoado em especial na primeira década pós extinção do período departamental não conseguiu ganhar força, o que não quer dizer que não serviu. Pelo contrário, o que poderá ser observado no decorrer do texto é um grande movimento político crescer em todo Acre, agora não mais por separação, mas por direito a voto, e mais ainda por representatividade acriana no congresso nacional.

3.2 DIREITO A VOTO AOS ACRIANOS

Logo após a negativa do presidente da república em relação ao movimento separatista vivenciado no Juruá e a retirada do projeto Silveira de pauta, começou a emergir em todo o Acre e em especial no Juruá um movimento político que foi abraçado por todos os intendentes dos municípios acrianos. Os municípios até então não tinham direito a votar para presidente, elegiam apenas conselheiros municipais, onde na maioria das vezes tinha apenas uma pessoa concorrendo ao cargo, assim o povo votaria apenas para confirmar a aceitação ou a recusa ao cargo indicado.

A eleição do amanhã. É chamado amanhã a preencher o mais lindo dos deveres na democracia, como a nossa o corpo eleitoral do município do Juruá. Nas terras adiantadas, em que a civilização corre paralela com a educação cívica do povo, o dia em que se fere um pleito eleito. Aqueles em que vibra o civismo a alma dos verdadeiros patriotas, cômicos dos deveres sagrados de serem guardas vigilantes, pelo exercício do voto, da grandeza e propriedade da Pátria. Como a função de jurado a de eleitor é nobre. Só naquela o cidadão dispõe da liberdade do seu semelhante, nesta tem que mostrar o amor pelo seu próprio interesse, concatenado na grandeza de prosperidade de seu país. Países à em que o voto é obrigatório a todos os homens validos e capazes, sendo um dever é ao mesmo tempo um direito que o cidadão adquire e por coisa alguma, deve alienar das suas prerrogativas. **No Território do acre, o dever eleitoral ainda se acha restrito à eleição de conselheiros municipais.** É uma aprendizagem á maiores surtos; é um entrinamen aos amplos direitos que teremos depois. Que portanto o colégio eleitoral do Juruá se desempenhe em cabal consciência do encargo, muito nobre e muito digno a que é chamado amanhã. É candidato único na eleição de amanhã, para uma vaga no conselho municipal o cidadão Alexandre de Faro sobral. Independentes que somos,

sem ligamentos políticos partidário, sentimo-nos bem em recomendar e aplaudir o candidato apontado. Moço trabalhador e honesto é Alexandre Sobral uma das figuras mais representativas do nosso alto comércio. Fazendo-se a si mesmo na vida social, com trabalho perseverante e árduo chegou, após longos e porfiados tentamens, à situação que atualmente desfruta no comércio e na vida social. Um homem com tais predicados, em que se integram o patriotismo e a dedicação pelo lugar que elegeu para centro de sua proveitosa atividade, é bem digno e merecedor do voto de seus concidadão. E eles, certamente, não faltarão amanhã ao único e digno candidato apresentado que o Conselho Municipal, não desmentirá um passado de trabalho e de amor pela terra em que vive. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 215, 1928).



³³A citação acima é esclarecedora no sentido de informar a situação política do território acriano na época. Como o período prefeitural ainda não estava em vigor, a organização política do município encontrava-se composta basicamente pelo intendente do que respondia diretamente ao governador do território e pelo **conselho municipal**, órgão que respondia ao intendente do município, auxiliando através de petições voltadas na maioria das vezes para o governo federal, além de ser responsável direto por acompanhar a

prestação de conta feita normalmente uma vez ao ano, e exposta através de reuniões ordinárias, e também dos relatórios dos intendentes publicados em quase todos os números do jornal "O Rebate". Além de ser nessas oportunas reuniões que os conselheiros teriam a oportunidade de chamar a atenção do intendente para as necessidades mais urgentes do município.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 5 de Outubro de 1929. Srs. Vogaes do Conselho Municipal do Juruá. No desempenho de minhas funções e em observância ao que preceitua o nr. 1º do art. 19 do decreto federal sob nr. 14.373, de

³³ Figura 7: Cf. O REBATE, ano VII, p.3, nº 146, 1927

1º de Outubro de 1920, que nos rege, **venho mais uma vez dar-vos conta dos públicos negócios do município** e entregar-vos a proposta de orçamento para exercício financeiro de 1930. Não tendo nos reunido no primeiro turno dos vossos labores legislativos deste ano, tenho que reportar-me ao movimento do 4º trimestre de 1928 e ao respectivo período adicional. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.3, nº 255, 1929).

É a partir daí que pode-se observar as primeiras petições dos acrianos para ter direito de votar para a escolha de presidente da república. Assim, o que antes começou no município de Cruzeiro do Sul como sendo um movimento de separação do território acaba mudando de foco e percebe-se uma união por todo o Acre na luta por direito ao voto. O jornal “O Rebate” mais uma vez torna esclarecedor como e quando esse movimento ganhou força.

O direito ao voto aos cidadãos do Acre, é uma força que se impõe, é um direito que eles possuem, dada a maneira desmedida por que têm sabido se conduzir através ás mil intempéries do destino. Destemidos e patrióticos, a história deste povo é uma bíblia de altivez e de resignação, onde o valor de cada cidadão acreano brilha como a bravura máscula dos reinados povos de Roma, Sparta e de Carthago. Em um ciclo como o que atravessamos quando se arregimentam forças para o pleito eleitoral, justo será que se repare o erro que vem tolhendo o acreano de sufragar nas urnas os candidatos espontâneos da Nação. O acre que tem a orientação polida do Dr. Hugo Carneiro, necessita de libertar-se desse elo impatriótico. E os vivos ideais que defende dentro de uma altivez e de um direito que lhe assiste, não são nascidos de absurdos, são bem paradoxais. O direito ao voto ao cidadão do Acre, que hoje reclama pela influência de seus representantes na metrópole é um direito de que o próprio Acre procura a adquirir pelo seu patriotismo, pela sua bravura, pelo seu heroísmo, esculpidos nas páginas da sua história. – Lauro Juruá. (Cf. O REBATE, ano X, p.3, nº 308, 1931).

Apesar de os juruaenses votarem apenas para escolha de seus conselheiros, estes desempenhavam como já dito antes o papel fundamental de aprovar e auditar as despesas do município. Nota-se com isso, que já existia conforme assim como em outros municípios, a exemplo o Distrito Federal, uma pré-configuração administrativa ganhando forma, faltando apenas aos acrianos de forma geral, serem reconhecidos não como estado, mas como cidadãos que entendiam muito bem a importância do voto como sendo este o que o qualifica como sendo um homem e uma mulher pertencente a uma nação e reconhecido por esta.

Direito de voto aos acreanos. O projeto do deputado Azevedo Lima apresentado á câmara Federal sobre concessão do direito de voto aos acreanos nas eleições para Presidente e vice-presidente da República, vem de encontro a uma velha aspiração dos habitantes do Território que nunca se conformaram com a situação de verdadeiros párias em que tem vivido. Não é esta, aliás, a primeira vez que esse palpitante assunto de interesse nacional é abordado no Parlamento da República. Já em 1922, ao tempo da “Reação Republicana”, o seu saudoso chefe o

eminente senador Nilo Peçanha, aceitando uma sugestão do chefe político local. Sr. Cel. Mâncio Lima, fizera apresentar na Câmara um projeto resolvendo o caso, segundo a nossa aspiração. Partindo da minoria a medida não logrou êxito, praticando assim, o governo de então, evidente injustiça. Agora é um ardoso parlamentar do Distrito federal membro da maioria, que toma essa iniciativa que, por certo será vitoriosa. Não se diga que a medida é inoportuna. Ela é oportuníssima e vem nos arraigar um direito de que somos privados pela má compreensão dos que falam em nome da Nação. **Não é tanto o Valor e Peso do voto acreano que no momento será uma pequena manifestação, mas o valor da nossa conquista a um direito líquido de que vivemos injustamente privados.** O Juruá sempre trabalhou por essa, por essa medida e agora mesmo, em começo deste mês, a Associação Comercial dirigiu oportuno apelo ao Sr. Presidente da República conforme o telegrama que a seguir publicamos: “em 4 de Novembro de 1929, a Associação Comercial alheia a politicagem e interesses subalternos, pugnando exclusivamente pelos reais interesses desta região e coletividade, **desejaria que os votos dos acreanos fossem também extensivos a eleição do supremo magistrado do país, não como atualmente circunscritos simplesmente a dos Conselheiros Municipais**, excursando argumentar cujas razões deixa aos critério e senso jurídico de V. Exa. Respeitosamente saudações. (a) Mario Lobão, Presidente. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 260, 1929).

É possível observar na citação acima quatro informações que demonstram o processo de desenvolvimento político e administrativo no qual o Juruá e porque não dizer o Acre, estavam envolvidos. Em um primeiro momento fica evidente a luta constante que o território enfrentava nas instâncias políticas do país, pelo direito ao voto. As petições são apontadas como existentes desde 1922, quando o então senador Nilo Peçanha, a pedido de Mâncio Lima, intendente do município de Cruzeiro do Sul, fez a primeira tentativa apresentando um projeto que dava aos acrianos o direito de votar para presidente, que no mesmo ano foi negado.

Agora mais uma vez através do deputado federal do Rio de Janeiro, o projeto “Azevedo Lima” é apresentado à câmara federal sobre a concessão do direito de voto aos acrianos nas eleições para presidente, desta vez com mais possibilidades de ser aprovado pelo fato de ser o deputado em questão integrante da maioria no congresso.

Através da leitura da citação acima também é possível ter noção do quão importante era conquistar esse direito. Todos tinham noção de que a quantidade de votos para presidente extraída do Acre pouco ou quase nada teria de efeito nas votação para presidente. No entanto, o jornal aponta como se concretizada, a conquista do voto sendo o resultado de uma luta há muito tempo travada por todo o território, e em especial pelo departamento do Juruá, por se sentir prejudicado e injustiçado desde cedo por não conseguir aprovar o projeto de o Acre ter dois governos em separado.

Por último, a citação retirada do jornal “O Rebate” no ano de 1929, torna bastante evidente a luta constante pelo direito de votar, esta assumida não apenas pelas as instâncias governamentais, mas também pelos comerciantes e moradores da região do Juruá. Contudo,

nota-se a partir de então que a luta dos cruzeirenses por uma divisão que não ocorreu acabou por gerar e motivar um sonho já desde cedo existente: a luta por direito de exercer o papel de cidadão brasileiro votando para as eleições presidenciais.

Como era de se esperar, a conquista do voto para os acreanos, apesar de uma positiva sinalização, não foi fácil. Mesmo após a notícia de que o projeto de Azevedo Lima seria convertido em lei em poucos dias através de uma seção extraordinária³⁴, o verdadeiro cenário de quão doloroso seria a conquista deste tão sonhado direito só viria a público meses depois, quando os embates na câmara federal ganharam outros rumos e tonalidade, o que pode ser confirmado através dos telegramas recebidos e publicados pelo “O Rebate”, citados abaixo:

A aliança liberal deseja que o Acre se faça representar no congresso nacional. – Perante a comissão de Justiça da câmara federal o representante mineiro s.r. Francisco Valadares leu o seu parecer Favorável sobre o projeto que concede o direito de voto aos acreanos nas suas eleições presidenciais. – O deputado Francisco Valladares **apresentou uma emenda ao projeto Azevedo Lima, sobre o Acre, dando ao Território a prerrogativa de eleger três senadores e quatro deputados, participando assim, diretamente da política nacional.** Um que discordou. **O deputado João Mangabeira em vibrante discurso discordou da emenda do Sr. Francisco Valadares,** sobre o direito de representação do acre no Parlamento Nacional, taxando-a de inoportuna, tendo essa atitude do representante baiano provocado debates calorosos em torno do caso. Pediu vista. **O deputado gaúcho sr. Flores da Cunha,** após os debates em torno do projeto sobre o Acre, pediu vista do mesmo sabendo-se que s.s. está de acordo com a medida. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 262, 1929).

A apresentação do deputado carioca Francisco Valladares, que concedia ao Acre o direito além de votar para presidente, eleger também três senadores e quatro deputados, colocando o Acre de uma vez por todas com representatividade no cenário nacional, acabou por gerar discursos inflamados de alguns que se colocaram contra e outros a favor, gerando o adiamento da aprovação do tão esperado projeto.

O desembargador Fernando Vieira Ferreira, membro aposentado do Tribunal de Apelação do Acre, respondendo a uma entrevista de jornal daqui, aplaude o projeto do deputado Azevedo Lima concedendo aos acreanos o direito do voto nas eleições presidenciais, discordando em absoluto do substitutivo Francisco Valladares, por entender que o Acre, por muitos motivos, por sua própria situação geográfica, não está em condição de formar um estado autônomo. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 263, 1929).

³⁴ (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 260, 1929)

— —
 Não se podendo por em dúvida o exito da suggestão do vibrante parlamentar carioca, que certamente teria agido entre altos entendimentos, apelamos para todos os juruaenses ainda não alistados e em condições de se alistarem, que peçam a sua inclusão no alistamento eleitoral do municipio, dando assim prova do seu civismo.
 A redacção do O REBATE indica pessoa que gratuitamente se encarrega do preparo de papeis eleitoraes.

deputados, cargos esses inexistentes até então.

Ainda retratando sobre a movimentação que acontecia no território referente ao direito do voto aos acrianos é importante registrar a campanha abraçada por todos os intendentes dos departamentos existentes no território. Pode-se observar um movimento que se fez na época para dar força política e apoio aos projetos referente ao Acre, incluindo o apoio do governador. É possível perceber ainda uma campanha maciça feita pelos jornais da época chamando a população para o alistamento eleitoral, dando assim ainda mais força e credibilidade aos projetos acrianos que tramitavam no congresso nacional. O recorte ao lado representa a esperança depositada no projeto Azevedo Lima, e demonstra o esforço empreendido por todos para tornar o Acre conhecido e representado no âmbito nacional. No final do recorte ver-se o jornal “O Rebate” disponibilizando inclusive uma pessoa que estaria disponível a ajudar gratuitamente com o preparo dos papéis necessários para se fazer o alistamento eleitoral.

ALISTAMENTO ELEITORAL
 Com a cooperação de varios amigos do progresso local, reiniciou o sr. cel Mancio Lima, operoso chefe politico local, eficiente propaganda em prol do alistamento eleitoral neste municipio, já tendo sido alistados nestes ultimos dias varios eleitores.
 Estamos seguramente informados que a lista das pessoas capazes de serem incluídas no alistamento do municipio já se eleva a mais de cem continuando as diligencias no sentido de ser a mesma augmentada.

³⁵O que pode ser observado aqui é que os debates inflamados se deram apartir do momento em que foi apresentada uma emenda ao projeto de Azevedo Lima, o que acabou causando a divisão de opiniões, colocando de um lado os que apoiavam apenas a concessão do direito a voto dos acrianos para presidente, e de outro os que apoiavam tanto o direito ao voto a presidente, como em tornar o Acre participante das decisões em cenário nacional, elegendo senadores e

³⁶Mesmo com todo o esforço empreendido pelos intendentes, deputados e governo do território, a conquista do voto não foi como esperado. As campanhas para alistamento eleitoral surtiram o efeito esperado, mas ainda assim não foram suficientes para que o parecer em relação ao projeto referente ao voto acriano fosse positivo mesmo após quase um ano de debate calorosos.

³⁵ RECORTE: Cf. O REBATE, ano VIII, p.3, nº 268, 1929

³⁶ RECORTE: Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 261, 1929

Acabamos de receber a notícia de que o Projeto Azevedo Lima, sofreu empecilho, o que resultou na não passagem deste pela a Câmara Federal. Notícia de nossos colegas ali domiciliados, bastando, contudo, o conforto de recebermos maioria parlamentar que apoiam a causa cívica do Acre, o que o tornou ainda mais reconhecido pela repercussão nacional e pelos novos eminentes patronos que acabou conquistando no congresso e na imprensa brasileira. (Cf. O REBATE, ano X, p.1, nº 285, 1930).

A organização político-administrativa acriana passou de fato por lutas incontáveis, mas em especial na década de 1920-1930, período ao qual este ensaio se propõe a debater. Foi a década na qual pode-se notar grandes avanços políticos-administrativos que findaram por contribuir nas outras conquistas que vieram mais a frente, através do Movimento Autonomista do Acre³⁷, conquistado por completo somente em 1962.

Verificando os debates e publicações dos impressos é possível identificar ainda que o direito ao voto ficou para um outro momento. Somente com a constituição de 1934 o Acre obteve o direito de eleger dois deputados para representá-lo na câmara federal, sem alterar o regime de indicação dos governadores pelo presidente, este ainda vigente no território. A partir de então seguiu uma longa luta pela conquista da autonomia acriana, onde foi possível notar uma crescente de títulos de jornais com apelo autonomista, o que pode ser notado não apenas na principal fonte de pesquisa deste estudo, mas também em outros impressos da época como “A Reforma”, “O Estado”, “O Autonomista”, “O Estado do Acre”, “O Juruá” etc.

Com tudo o que foi debatido até aqui, este capítulo se faz esclarecedor, sendo capaz de situar o leitor no sentido de esclarecer que o debate inicialmente proclamado em torno da divisão do território em dois departamentos independentes, sendo eles Departamento do Juruá e Departamento do Alto Acre, por mais que não tenha se concretizado foi o pontapé inicial para as demais transformações, principalmente aquelas de cunho político, que ocorreram pós movimento separatista do Juruá. Um outro aspecto que não pode ficar de fora é o fato de o discurso apregoado em torno de um provável governo independente para o departamento do Juruá se torna balizador no sentido de determinar outras questões que, a partir de agora, ganharão prioridade neste estudo no sentido de buscar esclarecer como se deu o desenvolvimento educacional de Cruzeiro do Sul em meio a este conturbado cenário que foi a década de 1920, retratada através do Jornal “O Rebate” na região do Juruá.

³⁷ Movimento político responsável pela emancipação do Acre à condição de Estado. Disponível em: <http://www.ac.gov.br> Acesso em 10 de Outubro de 2018.

CAPÍTULO IV

A ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL DADA A LER NO “O REBATE”

O ultimo capítulo desta dissertação busca ressaltar como se deu a organização educacional de Cruzeiro do Sul, especificamente nos anos de 1921-1931, tendo o jornal “O Rebate” como fonte de pesquisa. Assim, os dados aqui colocados serão debatidos tendo como principal referencial o impresso ora estudado.

No entanto, é importante ainda deixar claro que por mais que o jornal em muitos momentos não seja entendido como um documento oficial, este por vários motivos é norteador em fazer conhecer os contextos em que tais princípios foram desenvolvidos, o que acaba por elevar sua significância ainda mais, sendo que o que busquei aqui foi principalmente elucidar como este desenvolvimento educacional ocorreu, levando em consideração os embates já bastante discutidos anteriormente.

A educação no departamento do Juruá inicialmente estava voltada para formar/preparar mão de obra. A nova organização que vivia o Acre exigia mão de obra preparada, se o alvo do departamento fosse realmente crescer, no caso do departamento do Juruá, este detalhe, acabava se sobressaindo frente ao conturbado ambiente em que os moradores estavam envolvidos. Antes inclusive de o Acre extinguir seus departamentos e unificar o território, tendo como centro do poder Rio Branco, de onde partiam todas as ordens referentes à administração, o Juruá havia tentado há alguns anos criar à força um estado independente na região. Foi com a imposição do poder que se estabeleceu no Acre, que o departamento de Cruzeiro do Sul ensaiou uma revolta³⁸, onde chegou-se inclusive a proclamar o estado independente do Juruá, ficando assim por alguns dias até as tropas federais chegarem à cidade e retomar o poder.

Foi nesse ambiente conturbado onde buscou-se estabelecer um regime escolar, que fosse capaz de atender as exigências de um departamento que inspirava desenvolvimento e por outro lado combater o analfabetismo tanto dos adultos que já moravam na região como das crianças, que aumentava em número a cada dia. Foi por esse motivo que o primeiro dirigente e fundador da cidade (apesar de não estar dentro de meu recorte temporal) buscou logo nos primeiros meses de gestão solucionar este problema crescente já em 1904.

³⁸ Essa subjugação causou intensas revoltas da população. Foi o caso da revolta de Cruzeiro do Sul, em 1910, que depôs o Prefeito Departamental do Alto Juruá e proclamou criado o Estado do Acre (a chamada Revolta do Alto Juruá). Disponível em: <http://www.ac.gov.br> Acesso em 10 de Outubro de 2018.

Outro aspecto importante observado nesta região que merece uma breve argumentação é o fato de o auxílio advindo do governo federal para o departamento do Juruá ser facilmente disponibilizado quando solicitado pelos intendentess que por aqui passaram. Durante as leituras fica fácil entender que tal fato se dava pela grande contribuição que o Acre, e em especial o departamento do Juruá, tinha para com a economia do país, impulsionada pela extração da borracha.

Todos estes fenômenos pelo qual passou o departamento do Juruá determinaram os ciclos positivos (de grande investimento) e negativos (de pouco investimentos) pelo qual passou o departamento de forma geral. Assim, os investimentos em educação como veremos nos próximos tópicos dependiam de como se dava as negociações da borracha e principalmente dos caminhos dos discursos acirrados que se passavam no congresso federal em prol da separação ou não do departamento do Juruá.

A criação de dois governos independentes no Acre foi uma ideia forte e de grande repercussão nacional e internacional. Esta separação defendida por alguns e contrariada por outros acabaria influenciando diretamente nos lucros advindos da extração da borracha. No entanto, os discursos apresentados e dados a ler no jornal “O Rebate” são esclarecedores no sentido de possibilitar o entendimento de como, quando e porque as lutas pela divisão não surtiram o efeito esperado, além de tornar possível a identificação de nuances na história educacional da região, o que acabou me motivando a trazer uma explanação de como essas variáveis lidas neste impresso em sua primeira década de circulação acabaram influenciando na organização político-administrativa e educacional de Cruzeiro do Sul.

Apesar de eu entender que esta pesquisa não é capaz de por si só caracterizar o sistema educacional prestigiado no Juruá, seja pela sua delimitação temporal ou apego a uma única fonte de pesquisa, esta é no mínimo esclarecedora no sentido de situar o leitor sobre como e quando este desenvolvimento do sistema educacional se formatou na região a ponto de formar o que vemos hoje no presente. Assim, os próximos tópicos buscam de forma bastante despretensiosa elucidar um pouco mais dessa intrigante passagem pela qual Cruzeiro do Sul fez parte.

4.1 CONCEDENDO DIREITOS: INTENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Sobre a implantação e funcionamento da instrução pública do Juruá é importante esclarecer a preocupação existente junto à administração e seus respectivos intendentess que desde muito cedo havia uma notória preocupação em conceder ou se fazer cumprir os direitos dos profissionais que desta já faziam parte. Nota-se, portanto, durante os números dos jornais

vários momentos, podendo serem estes confirmados observando na coluna de “Portarias Publicadas” a preocupação dos intendentes em conceder as férias, as licenças para tratamento de saúde, as nomeações etc., o que pode ser confirmado observando as citações abaixo.

Portarias Registradas. O intendente do Município do Juruá, Território do Acre, por nomeação legal, etc. usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve conceder à professora da escola de terceira entrância “Joaquim Nabuco”, D. Maria do Carmo Corrêa de Oliveira, seis meses de licença para tratamento de sua saúde, nos termos do § 1 – do artigo 12 da Lei 115, de 30 de Junho de 1922, conforme requereu. Registre-se e cumpra-se. Gabinete do Intendente do Município do Juruá em Cruzeiro do Sul, 31 de Janeiro de 1925, 106º da independência e 39º da Republica. *Miguel Teixeira da Costa* – Intendente. ((Cf. O REBATE, ano V, p.3, nº 112, 1925)).

Observando o trecho acima é possível concluirmos que já existia uma lei consolidada referente aos direitos que tinham os professores e todos os profissionais vinculados à educação. Esses direitos, apesar de concedidos conforme o querer do intendente, não deixavam de ser atendidos quando solicitados. Um outro aspecto que conclui em seguida é a preocupação em preencher o cargo vago e assim facilitar o caminhar do ano letivo com normalidade e não prejudicar os alunos.

Portarias Registradas. O intendente do Município do Juruá, Território do Acre, por nomeação legal, etc. usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve nomear a senhorinha Severina Pereira dos santos, para exercer o cargo de professora da escola de terceira entrância “Joaquim Nabuco” em substituição à serventaria efectiva D. Maria do Carmo Corrêa de Oliveira, que se acha licenciada percebendo a gratificação por esta perda de acordo com a Lei. Registre-se e cumpra-se. Gabinete do Intendente do Município do Juruá em Cruzeiro do Sul, 31 de Janeiro de 1925, 106º da independência e 39º da Republica. *Miguel Teixeira da Costa* – Intendente. (Cf. O REBATE, ano V, p.3, nº 112, 1925)

Veja que além da preocupação em conceder um direito que foi perdido pela servidora e cumprir a lei, já havia sido feita uma escolha de outra professora para a substituir no cargo para que assim as aulas na referida escola não fossem prejudicadas. A escolha por notório saber se fazia necessária não apenas por facilitar o processo de preenchimento de vagas, mas também pela deficiência existente na região do Juruá de mão de obra especializada. Uma estratégia muito utilizada pelo governo da época era em recrutar as alunas que se destacavam nos estudos, e quando estas concluíam eram convidadas a fazer parte do corpo docente das

escolas. Isso acontecia principalmente na zona rural ou em comunidades mais afastadas do que era considerado o centro da cidade.

A Lei 115, de 30 de junho de 1922 não tratava apenas de casos como os citados anteriormente, também assegurava um salário concedido aos professores e outros profissionais, como porteiros, vigias do mercado público, fiscais, serventes, etc. Além de assegurar direitos, a lei de 1922 contribuiu para a revisão de direitos já perdidos por alguns profissionais, como é o caso do administrador, que há muitos anos não tirava férias e após a promulgação desta pôde usufruir de seu direito já conquistado há muito tempo.

Portarias Registradas. O intendente do Município do Juruá, Território do Acre, por nomeação legal, etc. usando das atribuições legais e atendendo ao que o cidadão Porfirio Theophilo, administrador do mercado municipal desde a data anterior a lei de nº 134, de 31 de Outubro de 1924, nunca se aproveitou das férias que estava assegurado a todo funcionário municipal, assistindo-lhe portanto, o direito de gosalas de uma vez, cumulativamente, “ex-vi” do disposto no artigo 7 da referida lei. que lhe são conferidas por lei, resolve deferir-lhe o pedido de 2 meses de férias, dando-lhe a faculdade de gosa-las dentro ou fora do município. Registre-se e cumpra-se. Gabinete do Intendente do Município do Juruá em Cruzeiro do Sul, 31 de Janeiro de 1925, 106º da independência e 39º da Republica. *Miguel Texeira da Costa* – Intendente. (Cf. O REBATE, ano V, p.3, nº 112, 1926).

As informações retiradas das portarias publicadas no jornal “O Rebate” tornam possível entender que a configuração educacional era regida já por leis consolidadas, levadas a sério por seus intendentes, entendidas por aqueles que eram contemplados por estas, e o mais importante, eram cumpridas. O elevado índice de portarias expedidas através do jornal “O Rebate” demonstra que todos os colaboradores com vínculo empregatício com o governo cumpriam normas e eram amparados por elas, tudo perante a lei.

Apesar de na época ser bastante forte ainda a indicação de professores por “notório saber”³⁹, aos poucos os concursos públicos foram ganhando prioridade e servindo como pré-requisito para assumir um determinado cargo. Veja que o período conturbado, politicamente falando, pelo qual passava a região na luta por direito a voto ou pela a divisão do território não era favorável para que uma provável meritocracia ganhasse terreno e passasse a vigorar no Juruá. Assim, um dos primeiros concursos publicados no jornal “O Rebate” pode ser visto já em 1926, podendo este ser entendido como uma resposta do governo para os moradores onde, mesmo que de forma subjetiva, pretendia incutir com esta medida uma provável preocupação com os autóctones e com o desenvolvimento da cidade.

³⁹ O “notório saber” é medida de caráter excepcional para reconhecimento público de conhecimento e erudição. Disponível em: www.cartaeducacao.com.br. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

EDITAL

Abre concurso para preenchimento de uma vaga no magistério municipal.

De ordem do Exmo. Sr. Intendente do Município faço publico que se acha vaga a escola municipal de primeira entrancia "Ruy Barbosa" e que para seu preenchimento licita aberta a partir de hoje ate o dia 3 de Outubro proximo vindouro, concorrência para apresentação dos candidatos que se queiram inscrever para o respectivo concurso que obedecerá as seguintes formalidades:

I

As provas para o concurso serão escriptas e oraes e versarão sobre portuguez arithmetica geographia geral, historia do Brazil, noções de pedagogia, geometria e sciencias naturaes.

II

Os candidatos ao concurso jurtarão aos seus requerimentos de inscripção certidão de ter mais de 18 annos, e attestados de serem vaccinados, não soffrerem de molestias contagiosas ou repelente e finalmente attestado de bom comportamento.

III

No concurso considerar-se-á approvedo o candidato que obtiver maioria de boas notas.

IV

Encerrado o prazo de 30 dias para a inscripção dos candidatos, a Secretaria da Intendencia designará então dia e hora para a realização do concurso que será effectuado no salão do Conselho Municipal.

O presente edital será affixado á porta principal da Intendencia municipal e publica. do pela imprensa para perfeito conhecimento dos interessados.

Secretaria da Intendencia Municipal do Juruá em Cru.

⁴⁰Nos preocupamos com o Juruá, queremos melhoria na educação, na agricultura, na saúde, etc., estas seriam as vozes escondidas em editais como esses, referente a concurso para professore. Além de criar vínculo, um concurso público acabava amenizando insatisfações e servindo como uma resposta aos duros questionamentos sobre a “eficácia” da atual administração exercida da sede do poder, em Rio Branco. A resposta dada era indireta, como querendo dizer: a administração está aqui, olhando para vocês, empregando, investindo no desenvolvimento da região, dando oportunidade a seus filhos, preparando os nossos jovens para o mundo, vocês não precisam ser independentes, eu estou aqui.

Assim, mesmo que indiretamente, nota-se mais uma vez os discursos intrínsecos presentes no impresso e influenciados diretamente na formação de uma mentalidade ou na tentativa desta. O cenário em que o Juruá estava imerso, acabava de certa forma influenciando diretamente para que um novo discurso referente à educação ganhasse corpo, já que entendia-se que o investimento nessa área seria de fato visto e reconhecido por todos, dando desta forma a credibilidade e reconhecimento a formatação administrativa da região, já bastante fragilizada pelos vários protestos e petições formulados diretamente ao governo federal.

Como já dito anteriormente, a luta pela divisão do departamento gerou frutos não esperados. É claro que não estou aqui atribuindo todos os investimentos

no Juruá a este fato especificamente, mas foi notório durante a leitura de “O Rebate” que investimentos como estes já citados tinham a intenção não apenas de normatizar algo que já

⁴⁰ Cf. O REBATE, ano V, p.3, nº 88, 1925

era legal, empregando os professores através de concurso, mas também a intenção de abafar os discursos, as lutas, as cobranças e etc. que estavam se levantando desde 1921 contra a nova forma administrativa de certa forma imposta no Juruá.

Foi então através de estratégias como essas que o governo tentou convencer que a reforma estabelecida no Acre recentemente era a melhor decisão que havia sido tomada. Veja que o mesmo acontece na política hoje, onde o descontentamento do povo em muitos casos é ofuscado por um novo investimento, um novo projeto, etc. Na realidade o que se pretende é mudar o foco do povo para que assim, tal atitude governamental seja esquecida paralisando qualquer questionamento.

Um outro aspecto importante a ser lembrado é o papel do jornal na divulgação do concurso. Num primeiro momento este o faz por ser o papel ao qual se propôs a fazer quando se autodenominou independente e favorável a vontade popular. Por outro lado, apesar de não poder afirmar aqui a real intenção deste em divulgar e exaltar tal concurso ou qualquer outra medida que seja, posso afirmar que sua publicação dos atos e relatórios governamentais também é capaz de gerar outros efeitos como os que já foram citados anteriormente, fosse a intenção de forma intencional ou não.

Uma outra esclarecedora informação que pode ser observada no recorte acima é sobre as exigências feitas para se ocupar um cargo de professor no município. É possível identificar no edital do referido concurso que este teria apenas duas etapas, que seriam: item I - *provas escritas e orais*; item II - *requerimento de inscrição, atestado de ter mais de 18 anos, atestado de vacina, não sofrer de nenhum tipo de doenças contagiosas e por fim o atestado de bom comportamento*. Veja que apesar de não se utilizarem da nomenclatura de “notório saber”, ainda assim é fácil concluir que não se exigia formação em áreas específicas ou um simples certificado de conclusão de curso. Percebe-se, no entanto, uma importância exacerbada nos documentos referentes às doenças contagiosas e também ao histórico de bom comportamento.

Um fato curioso que pode ser utilizado para explicar ainda melhor o recorte acima, é que ainda hoje na cidade de Cruzeiro do Sul é possível encontrarmos mulheres que estudaram somente até a quarta série (antigo primário) e ainda assim são aposentadas como professoras. É possível ainda ouvir alguns relatos destas, como o de dona Ivone, que estudou até a quarta série e foi professora no interior do Acre por muito tempo, dizendo ainda que a formação que obteve seria como um segundo grau hoje e atribui o seu sucesso como professora ao fato de conseguir alfabetizar todos os alunos a quem deu aula durante os 25 anos que docência. Diz ainda que só deixou o cargo para poder cuidar dos filhos ainda pequenos na época, mas que

nunca esqueceu de como era maravilhoso dar aula e contribuir para alfabetizar as crianças de sua comunidade. A mesma ensinava geografia, aritmética e outras disciplinas.

Contudo, pode-se concluir que a instrução pública em que pesa as dificuldades que serão mais a frente elucidadas, estava nem que seja minimamente amparada por lei. Pode-se notar já alguns direitos como as férias, licenças para tratar da saúde e até mesmo a cobranças por se cumprir o pagamento mínimo defendido em lei para cada professor. Todos esses direitos e outros mais estavam já pré-fixados e assegurados a cada profissional da educação e a outros que prestavam serviço público.

Todos estes estabelecimentos escolares, servidos por professores que se esforçam, vão preenchendo regularmente os seus fins, sendo de lamentar que o governo os dividindo em classes, tenha atribuído a alguns os insignificantes vencimentos de 120\$000 mensais, que nem sequer atende ao decoro a que todo professor é obrigado. Seria, portanto, medida salutar a elevação para 300\$000 que é o pagamento comum normalmente atribuído a todos os seus dignos professores. (Cf. O REBATE, ano VII, p.2, nº 170, 1927).

Acima, é possível confirmar o que já fora afirmado anteriormente. Trata-se de uma cobrança dada a ler no jornal “O Rebate” de alguns estabelecimentos escolares, onde a administração, fazendo um certo tipo de acepção de classes, estava deixando de pagar o que realmente era devido a tais profissionais. Enquanto o valor que deveria ser pago era o de 300\$000 (trezentos mil cruzados), estava sendo pago apenas 120\$000 (cento e vinte mil cruzados). Isso além de ser considerado imoral e ultrajante pelo editor do referido impresso, também era ilegal já que a lei predefiniu o valor a ser pago para um professor.

Veja que ainda que sejam considerados simplistas os argumentos aqui apresentados como sendo significativos na configuração e organização da instrução escolar do Juruá, eles ainda foram determinantes para que esta ao longo dos anos se tornasse ainda mais eficaz tanto no aumento de estabelecimentos escolares como na melhor capacitação de professores, reformas de escolas e possíveis aumentos salariais. Estes primários e tímidos avanços podem ser considerados o pontapé inicial de um desenvolvimento educacional vivido dos anos de 1924 a meados de 1927, período no qual é possível verificar uma grande decadência de toda a região, atribuída a confrontos políticos e à crise da borracha.

Contudo, é possível verificar que a Lei 115 de 30 de junho de 1922 pode ser considerada a pedra fundamental de uma forte e bem alicerçada política educacional que ajudou a formatar as conquistas que surgiram a partir de então. Apesar de ser um estado novo, hoje o Acre é referencial em programas educacionais, servindo de exemplo para outros

estados, o que mostra o grande desenvolvimento vivenciado na região, graças a leis como as de 1922 que serviram como um sopro de esperança para um futuro melhor.

4.2 AS FUNÇÕES DA ESCOLA: O CIVISMO E O COMÉRCIO

A escola dos anos em que o recorte temporal privilegia nesta pesquisa estava extremamente focada em duas funções específicas que neste tópico serão esplanadas de forma mais aprofundada. O civismo e a preparação para formar a mão de obra da qual a região era mais carente foram prioridade nestes dez anos (1921 – 1931). Assim, percebi a necessidade de esclarecer como e quando tais características foram colocadas em prática.



⁴¹ É claro que o civismo predominante e bastante trabalhado nas escolas da época, pode ser atribuído ao período no qual todo o país estava submerso, período este onde a instabilidade política tomava de conta da república, o que acabou contribuindo para vários golpes. Não quero aqui atribuir esta tão gritante característica da escola da época ao fato de o Brasil ser comandado em sua maioria por militares, que ocupavam os altos cargos. É preciso lembrar que o projeto de modernidade vivenciado e tão divulgado na época também abordava este tema, o de “formação de uma identidade” onde o brasileiro precisava identificar-se como tal, e nenhuma outra instituição seria capaz de fazer isso tão bem como a escola.

O recorte em questão trata da reabertura do recente reformado grupo escolar Barão do Rio Branco, e traz um relato que esclarece um pouco da rotina praticada nas escolas da época. O hasteamento da bandeira e canto do hino acreano era uma prática adotada não somente todos os dias antes da entrada para as salas, mas também em todos os eventos que seriam realizados na região. Um outro fenômeno que pode ser entendido através do trecho é a atribuição do professor em também ser formador do caráter de cada aluno, sendo estes últimos

⁴¹ (Cf. O REBATE, ano VIII, p.2, nº 176, 1927)

incumbidos de ouvirem os conselhos de seus mestres e os respeitarem como a seus próprios pais.

Este estilo de educação praticado em todo o território estava voltado a formação de uma identidade ainda não concretizada pelo brasileiro. O estado sentia a necessidade frente às inúmeras culturas existentes, de criar uma mentalidade geral de que o povo aqui residente era brasileiro como qualquer outro cidadão residente em qualquer outro estado de nosso vasto país.

Mesmo com o esforço empreendido por todas as escolas na região do Juruá em prol do civismo, pude identificar a falência deste sistema ao decorrer dos anos. Tal fato se deu pela saída de muitos professores que ajudavam e davam prioridade a esta característica da escola. “Não se pode ocultar, sob pena de se cometer uma grave injustiça aos homens do passado, a nossa instrução popular falta aquele traço de civismo que foi uma das maiores preocupações dos que dirigiam o ensino primário juruaense pré-reforma” (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 185, 1927). Veja que o civismo aqui já não é mais visto como uma característica da escola, pelo contrário, a falta de civismo é atribuída à saída de antigos professores e também a prioridade de alguns intendentos em se fazer valer os rituais como: hasteamento da bandeira, canto do hino nacional e do Acre, antes praticados nas escolas. Para solucionar este problema apontado pelo jornal é criado o cargo de inspetor escolar, que tinha a função de cobrar e vistoriar se as rotinas consideradas importantes estavam sendo cumpridas.

Assim salienta-se o fato da criação dos cargos dos inspetores escolares nos municípios acreanos, com o fim de controlar o ensino público regional, dar-lhe nova diretriz, resgatar e melhorar a prática cultural do civismo, enfraquecida durante os anos, além de preencher lacunas de práticas pedagógicas seguidas por um prenúncio de uma época em que novos padrões escolares surgiriam para o aprimoramento de nossa educação popular. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 185, 1927).

Apesar do esforço, é possível observar que com o passar dos anos o civismo, assim como outras características da escola da época acabaram desaparecendo, a ponto de o hino e hasteamento da bandeira restringirem-se a eventos muito raros como festa de aniversário do município e também a apresentação de companhias militares. Apesar dos esforços empreendidos pelo jornal “O Rebate” criticando a falta de civismo, este não consegue surtir o efeito aguardado, a ponto de nos dias de hoje rituais como hasteamento da bandeira e canto dos hinos, seja do Brasil ou do Acre, estarem basicamente extintos.

As prioridades, como era de se esperar no Juruá, mudam com uma certa constância. A escola antes voltava-se principalmente para alfabetizar, e com rotinas bastante tradicionais perdem espaço para uma outra crescente preocupação que passa a tomar de conta do município. Com as grandes demandas de mão de obra frente ao desenvolvimento que a região estava vivendo, passa agora a fundar escolas voltadas para o comércio e para a tecnificação de pessoas, qualificando-as para as crescentes demandas do território.

É importante ainda lembrar que tudo isso acontecia diante de um cenário não muito favorável para Cruzeiro do Sul, levando em consideração as discussões pelo direito de votar, além da ainda discutida ideia de separação do território em dois governos distintos com o argumento de facilitar a administração do isolado município do Juruá, além de ser esta a melhor opção para seu desenvolvimento. Foi assim que, mais uma vez atendendo aos pedidos dos intendentos que por ali passavam, o governo do território libera verbas consideráveis para a implantação de novas escolas.

⁴² Levando em consideração os dez anos em que me delimito a estudar, o ano que mais se destaca na abertura de escolas voltadas para o aperfeiçoamento ou formação de mão de



obra 1927. *Dentre as várias escolas criadas neste ano, destacam-se as escolas de; música, costura e bordado, comércio, carpintaria e eletricista, datilografia e contabilidade*⁴³.

Foi principalmente através dos despachos emitidos pelo intendente do Juruá ao governo do território, que foi possível identificar a preocupação deste no que diz respeito a falta de pessoas qualificadas para trabalhar no comércio como fiscais. “Solicito de vossa excelência, um olhar especial e se possível liberação de recurso, para formar e qualificar pessoas para o exercício de atividades voltadas para conhecimento aritmético, voltado principalmente para o atendimento de comerciantes que sentem dificuldade na prestação de contas junto aos órgãos

⁴² Cf. O REBATE, ano VIII, p.3, nº 191, 1927

⁴³ Cf. O REBATE, ano VIII, p.3, nº 260, 1929

governamentais”. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.3, nº 177, 1927). A dificuldade dos comerciantes em prestar de conta referente aos impostos do governo estava dificultando o desenvolvimento da região. Assim, percebendo tal dificuldade o intendente solicita a ajuda do governador para formar uma turma de novos aprendizes das regras que os comerciantes deveriam seguir e assim resolver este problema.

A escola de costura, voltada para mulheres, já existia na região desde 1916, mas ainda assim esta recebia todos os anos um número elevado de inscrições, fato este que facilitou a sua sobrevivência por muitos anos. Eis uma escola que tem se revelado de grande utilidade, entre nós. Dela todos os anos, com os exames finais, saem para a vida prática, volumosa turma de mocinhas, na maioria filhas de proletários, aparelhada dos conhecimentos a toda senhora, para a luta pela vida. A costura e o bordar são o motivo do sustento de muitas das senhoras o que é motivo de regozijo, já que são elas responsáveis pelo sustento de muitos dos seus familiares. (Cf. O REBATE, ano VII, p.3, nº 170, 1927).

Apesar de ser considerada simples, foi essa a única profissão que buscou desde muito cedo trazer honra a todos os que desejavam o primeiro emprego. Some-se ainda o fato de serem estes cursos responsáveis por fazer as meninas cruzeirenses sonharem com algo a mais. O curso de costura e bordado já estava tão bem consolidado que as moças que se destacavam eram frequentemente enviadas para outros municípios e estados, o que de certa forma era inimaginável há alguns anos.

Diante da falta de mão de obra especializada para construções de prédios públicos, infraestrutura e repara que o município do Juruá estar passando, solicito com estimas que temos a administração de vossa senhoria e saudoso Dr. Hugo Carneiro, providências para resolver esta grave deficiência em nossa região. Acredito que a implantação de uma escola preparatória ou a ministração de alguns cursos seria de muita ajuda. Certo de que prontamente nos atenderá, desejo felicidade e sabedoria param nos guiar para o crescimento. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.3, nº 179, 1927).

A mensagem enviada pelo intendente do Juruá demonstra a preocupação crescente para a necessidade que tinha o município em encontrar pessoas capazes para realizar as tarefas de carpinteiro, pedreiro, encanadores, eletricitas, engenheiros e outros tantos ofícios necessários para suprir as demandas de uma cidade em pleno desenvolvimento como a de Cruzeiro do Sul. A preocupação em mostrar-se em pleno desenvolvimento se dá também pelo fato de a cidade buscar constantemente causar boas impressões da região para o governo

federal, além de mostrar-se preparada para ter o que alguns tanto almejavam, um governo independente.

Apesar de subjetivo o entendimento aqui descrito, o fato de ser o governo do território quem ditava o ritmo que Cruzeiro do Sul cresceria é no mínimo intrigante, sendo que este era o menos interessado que tal proposta de separação viesse a ser aprovada. Assim, entendo como que uma luta, onde quem lhe dava e retirava as forças para o empenho desta batalha era seu próprio “inimigo”, o que acaba se tornando meio lógico diante dos acontecimentos narrados.

Ainda assim, o interesse em trazer o desenvolvimento para o Juruá através da educação perpassava os limites de uma luta política que ocorria há alguns anos. Pois além de notarmos o interesse da maioria dos intendentess para implantar escolas, estes entendiam que dar a possibilidade de os moradores da região aprenderem a ler, escrever, contar e se tecnicarem em uma determinada área era algo que fortalecia não o povo, mas também os governos, a quem eram atribuídas às conquistas nessa área. Vê-se então, que por mais forte que sejam os discursos de separação e de autonomia política empenhados pela maioria dos moradores, eles não retiravam o valor social que tais governos acrescentavam na região. Afirmavam apenas que se autônomos cresceriam ainda mais, fosse na área da educação como em qualquer outra.

4.3 DO ÁPICE À DECADÊNCIA

É possível notar quando observamos as notícias enunciadas no Jornal “O Rebate” que tão rápido quanto se deu o desenvolvimento educacional foi também sua decadência por assim dizer. Observando os relatórios dos intendentess do município do Juruá é possível ter uma noção quase que precisa do alcance que tinha a instrução pública.

Esses relatórios dispunham da quantidade de escolas no município, número de alunos matriculados em cada escola, colocando inclusive o total geral que estava matriculado. Esses dados além de serem extremamente importantes no sentido de nos servir de referencial, também possibilitava aos próprios intendentess fazerem estatísticas anuais, onde comparavam os números de matriculados no ano anterior com o atual, o que lhes dava uma noção do avanço da escola na região.

O recorte abaixo traz números importantes que demonstram a preocupação da administração em ter uma noção clara da real situação da instrução pública na região. É possível observar que em 1927 a região do Juruá tinha 17 escolas subsidiadas pelo governo do território, 15 escolas municipais e 3 particulares. Somando o número de alunos matriculados

em cada escola tínhamos um total de 1.185 alunos, o que era considerado um bom índice levando em consideração o curto período de tempo em que foi implantado um sistema educacional no Acre e também a quantidade de moradores.

Vê-se também uma preocupação constante dos inspetores em manter os dados sobre a instrução pública atualizados. Para isso, eram feitas frequentes cobranças aos professores, como as referentes aos boletins de frequência dos alunos que alguns profissionais estavam deixando de fazer. O fornecimento de dados à “diretoria geral de instrução pública” nos dá uma noção de como os intendentess e o próprio governo do território consideravam importante a educação para o desenvolvimento do Juruá.

Movimento da Instrução pública no Município do Juruá Território do Acre		
ESCOLAS DO GOVERNO DO TERRITÓRIO		
Mez de abril de 1927		
		alunos
Grupo Escolar "Barão do Rio Branco"	180	"
Escola "Cinco de Novembro"	58	"
• "Thaumaturgo"	46	"
• Bellarmino Mendonça	40	"
• Olavo Bilac	45	"
• Castello Branco	33	"
• Absolon Moreira	32	"
• Muniz Varella	80	"
• Princesa Izabel - Vaga	34	"
• Djalma Mendonça (nocturna)	—	"
• Miguel Teixeira	35	"
• Epaminondas Jacome	56	"
• Joanna Varella (Profissional)	—	"
• Seabra	—	"
• Coronel Rondou	16	"
• D. Pedro II	—	665
• Pereira Braga - Vaga	—	
ESCOLAS MUNICIPAES		
Escola Marechal Hermes	56	
• Wenceslau Braz	55	
• Craveiro Costa	47	
• Sete de Setembro	44	
• Joaquim Nabuco	31	
• Commandante Braz	34	
• Cunha Vasconcellos	30	
• Placido de Castro	23	
• Almirante Ferreira da Silva	22	
• 1.º de Maio	21	
• Ruy Barbosa - vaga actualmente	—	
• Nilo Peçanha	32	
• Antonio Geraldo	27	
• Rego Barros - subvencionada	30	
• Soares de Britto - idem	13	
ESCOLAS PARTICULARES		
Externato "Placido de Castro"	9	
• General Gurjão	14	
• A Mascote, ensino profissional	30	
		53
		1.185

A Junta de Inspeção e propaganda da Instrução chama a atenção dos professores que tem deixado de remetter os boletins de frequencia das escolas a seu cargo, advertindo-lhes que essa remessa deve ser feita até o dia 5 de cada mez, afim de não interromper o fornecimento de dados escolares á Directoria Geral da Instrução Publica do Territorio, conforme preceitos do respectivo Regulamento.

Cf. O REBATE, ano VI, p.2, nº 150, 1927

Os relatórios além de servirem como prestação de contas dos serviços empenhados em cada escola, também davam um feedback se os investimentos estavam gerando o efeito desejado. Esta configuração de prestação de contas era regular, mantendo assim informadas as

secretarias responsáveis do cenário em que se encontrava a instrução pública em todo o município.

Os avanços educacionais que o município do Juruá obteve nos dez anos nos quais essa pesquisa se propõe a debater devem-se muito a extração em massa da borracha na região e também aos embates travados por muitos anos dentro e fora do território para uma possível divisão do Acre em dois governos autônomos. Anteriormente já expressei a impressão que me causou estes investimentos e seus objetivos abstratos, nos quais era possível notar uma segunda intenção, a de gerar conformação com a organização administrativa em vigor.

Um outro aspecto aqui retratado referente à organização educacional é o fato de ser expresso por este relatório o papel do inspetor da instrução pública, cargo criado com o objetivo de exigir o máximo dos diretores e professores, ficando este responsável por supervisionar todo o ensino geral, visando os melhores resultados possíveis. A criação do cargo de inspetor, responsável direto pela “Junta de Instrução Pública”, uma espécie de secretaria de educação, acaba servindo como indicador dos grandes avanços vivenciados no sistema educacional de Cruzeiro do Sul, o que pode ser confirmado observando a citação seguinte:

O Governo do Território criou em cada Município um inspetor escolar, superintendendo o ensino geral. O pensamento do operoso chefe da administração territorial foi inspirado naturalmente, no sentido de melhorar isso tudo. De certo escolheu dentre os seus administrados aqueles que reuniam maiores e melhores requisitos para o desempenho de não delicada função, e que, compreendedores da sua árdua responsabilidade procurassem indicar aos professores os meios mais condizentes ao aperfeiçoamento do ensino, dos conselhos e da orientação dos novos auxiliares administrativos muito tem o que esperar as gerações futuras, que estão se preparando para substituir as que aqui estão envelhecendo. Não se compreendia que um aparelhamento tão vultoso, e relativamente caro, como o da instrução pública juruaense, não fosse fiscalizado, orientado, assiduamente, no sentido da sua finalidade educativa. (Cf. O REBATE, ano VIII, p.1, nº 181, 1927).

É possível notar as esperanças depositadas neste novo e importante cargo, ao qual foi delegada a função como que de “resgate da instrução pública”. Estes seriam os responsáveis diretos pela preparação dos professores e também pelo melhor funcionamento da escola, fosse através de uma boa estrutura física ou pedagógica. O inspetor da época seria os olhos do governo do território, fiscalizando se de fato os grandes investimentos empreendidos pelo governo estavam surtindo o efeito esperado.

Um outro aspecto que podemos observar através dos relatórios apresentados como prestação de conta ao conselho municipal era que além de divulgar o número de alunos de

cada escola, estes também davam conta de esclarecer com detalhes outros aspectos importantes, fosse o nome dos professores responsáveis por cada escola, as séries que a escola dispunha e quais eram as mantidas pelo município. A citação a seguir demonstra que o município além de investir em abertura de novas escolas também subvencionava outras particulares, a fim de acelerar seu desenvolvimento e agregar o máximo de alunos na escola.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. A instrução pública custeada pelo município abrange 3 escolas primárias, das quais 5 de 3º entrância nesta cidade, 1 de 2º entrância e 7 de primeira no interior do município. Na sede são professores D. Luiza de Oliveira Lima, Ulysses Rodrigues Coelho, D. Anna da Cunha Oliveira, D. Nair Correia de Araujo e Francisco das Chagas Rosas; no interior, D. Maria Anelia da Silva, D. Leopoldina Oliveira, Francisco Vito do Couto, José Gentil Theophilo e Deocleciano Telles de Menezes. Todos zelosos e esforçados funcionários no cumprimento de seus deveres. O Município ainda subvenciona as escolas particulares “Rego Barros” e “Soares de Brito”, mantidos respectivamente pela Loja Maçônica “Fraternidade Acreana” e Centro Operário, com 600\$000 cruzados anuais. (Cf. O REBATE, ano VII, p.4, nº 161, 1927).

O compromisso do intendente e de forma geral de toda a administração em fazer da instrução pública uma grande aliada do “desenvolvimento” da região é algo que não se pode negar. A regra aqui estabelecida era simples: como se desenvolver se o povo não crescer junto? Assim, frente às necessidades de atender um município que estava em pleno desenvolvimento não era de se estranhar que investimentos educacionais ocorressem.

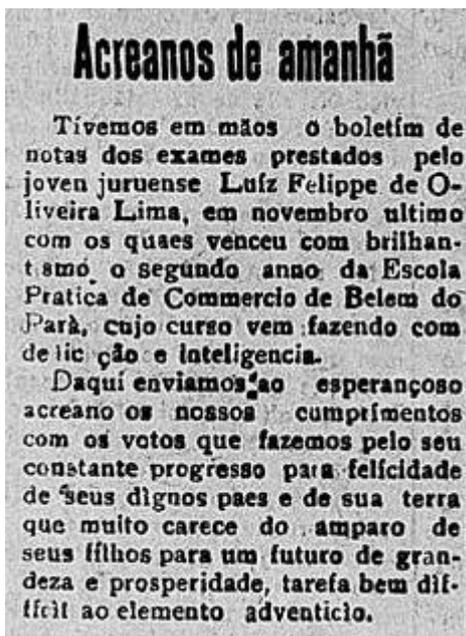
Lembrando que por um lado estavam os grupos que defendiam a separação, proclamando que um povo “esclarecido” facilitaria a consolidação de tal medida. Já por outro lado existiam os grupos políticos que tentavam demonstrar através dos investimentos e consequentemente dos avanços administrativos, que o Juruá não precisava ser independente para se desenvolver. A atual administração do governo do território, com sede em Rio Branco, afirmava isso de forma subjetiva divulgando os avanços na região, fosse na educação ou em outro setor.

Assim, o intendente ainda que defensor de uma provável divisão do Acre⁴⁴ em dois governos independentes, como foi o caso do coronel Mâncio Lima que chegou inclusive a pedir demissão do cargo de intendente duas vezes como protesto a favor da divisão (Cf. O REBATE, ano VII, p.4, nº 161, 1927), eram de certa forma colocados em cheque quando

⁴⁴ Como foi o caso do intendente de Cruzeiro do Sul Coronel Mancio Lima, sendo inclusive um dos líderes do movimento autonomista, mas que apesar de favorável, não conseguiu agrupar defensores para aprovar tal medida. Cf. O REBATE, ano VII, p.7, nº 158, 1927)

outras autoridades políticas demonstravam através dos números que os avanços eram notórios, o que na verdade não era a realidade, pois como já dito anteriormente, se o departamento de Cruzeiro do Sul estava em pleno desenvolvimento, era por conta principalmente das grandes quantidades de borracha que a região fornecia, exportando para os estados brasileiros e para o mundo. No entanto, combater tal argumentação e também os posicionamentos do governo federal não era a atitude mais sábia a se fazer, pois como sabemos o Acre não escolhia seu representantes a nível nacional, muito menos estadual, fato este que influenciava diretamente naquilo que passaria a vigorar neste território.

A falta de representatividade acriana no congresso nacional foi por muito tempo e principalmente nos anos de 1921-1931, motivo pelo qual todos os acrianos em um dado momento despacharam críticas e petições ao governo federal, fazendo com que os olhos do Brasil se voltassem para esta região. Como já explanado, esse movimento em sua maioria era de certa forma ofuscado com os investimentos do governo do território com recursos vindos direto do congresso nacional.



⁴⁵Quando me referi que os números eram utilizadas por autoridades políticas para comprovar a evolução de um setor (educacional) ou o desenvolvimento de Cruzeiro do Sul de forma geral, afirmo isso com base nas diversas matérias publicadas no jornal “O Rebate” que exaltavam tal sistema, fosse por conta da aprovação de um aluno em determinado curso fora do Acre, ou até mesmo pelo aumento de alunos matriculados nas escolas na época, o que de certa forma não pode ser contrariado, já que por um certo período a instrução pública no Juruá prosperou grandemente.

Conforme os dados publicados no jornal “O Rebate”, o número de alunos apresentou uma crescente durante mais ou menos sete anos, onde saltou de 437 para 1187⁴⁶ alunos frequentando a escola. Quando publicado esses dados e apresentado esta crescente, mesmo que de forma subjetiva, ficava difícil apresentar argumentos que justificassem a divisão do Acre em dois departamentos com sede administrativas independentes e dois governos distintos.

⁴⁵ Cf. O REBATE, ano VII, p.2, nº 151, 1927

⁴⁶ Cf. O REBATE, ano VII, p.4, nº 161, 1927

O que foi exposto até este momento deixa evidente o período de prosperidade pelo qual passou a instrução pública no Juruá, com a abertura de novas escolas, o lançamento de editais de concurso para professores, a criação de novos cargos (como o de inspetor), a manutenção de escolas particulares, a criação de cursos técnicos, as cobranças por melhores salários, as escolas de costura, de música e outras. No entanto foi a partir de 1928 que começou o que denominei de decadência da instrução pública. Assim, deste momento em diante buscarei descrever um pouco desse período de crise educacional que vivenciou Cruzeiro do Sul.

Algumas nuances são apontadas como consequências da “maré” ruim que o sistema educacional de Cruzeiro do Sul enfrentou. Antes o município era um celeiro de prosperidade, pois era de lá que emergia boa parte da economia brasileira⁴⁷, fruto da extração da borracha. Mas em 1929 a borracha extraída já não tinha o mesmo valor frente à concorrência que passou a ter, pois há alguns anos a Malásia⁴⁸ tinha começado a cultivá-la visando, além de sua autossuficiência da matéria prima, sua exportação para outros países também.

Fora a crise financeira pela qual o Acre começou a passar, continuavam também as acirradas discussões no congresso pelo direito do acriano votar e a possibilidade de seus habitantes serem representados por deputados federais e senadores, passando dessa forma a escolher seus próprios representantes. Veja que esses dois elementos, fosse a crise da borracha ou os acirrados debates pela autonomia política, são fortes evidências de que os investimentos na região deixariam de ser prioridade, diminuindo ou até mesmo se extinguindo. Não como um vidente do caos, mas ao ler atentamente as notícias que dão conta do ensino no Juruá posso afirmar que foi exatamente isso que aconteceu.

Vale lembrar que todo o esforço antes feito pelo governo federal para pelo menos esfriar os desejos por autonomia política na região não se fazia mais necessário. Pelo contrário, é possível perceber um certo descaso do próprio governador do território para com a região do Juruá, não investindo ou pelo menos enfraquecendo os investimentos na região, e aqui é de meu interesse fazer uma diferenciação do que antes era investido em educação e agora já não mais.

⁴⁷ O Acre chegou a ser o 3º maior contribuinte tributário da União. A borracha chegou a representar 25% da exportação do Brasil. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo>. Acesso em 20 de Outubro de 2018.

⁴⁸ Em 1876, sementes de seringa foram colhidas da Amazônia e levadas a Inglaterra por Henry Wichham. As sementes foram tratadas e plantadas na Malásia, colônia inglesa. Com a crise da borracha amazônica, surgiu no Acre uma economia baseada na produção de vários produtos agrícolas como mandioca, arroz, feijão e milho. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo>. Acesso em 20 de Outubro de 2018.

Servindo de base para as afirmações até aqui transcritas, começo apontando o descaso que começou a ocorrer com as escolas no Juruá. Os pedidos do intendente antes atendidos prontamente, agora enfrentavam demora e entraves que antes não existiam. Os atos oficiais divulgados e reconhecidamente aceitos como documentos oficiais, eram em muitas ocasiões transmitidos através de telegramas que também eram transcritos nos jornais, nesse caso o jornal “O Rebate”. O caso abaixo retrata a cobrança do intendente para a necessidade de reformas em algumas escolas no Juruá, caso contrário as aulas teriam que obrigatoriamente ser paralisadas por conta de os prédios não terem condições adequadas para receber os alunos.

Ao governador do Território, Rio Branco, Acre, referência oficial 153 e adiantamento meu 140, comunico V. Exa. Que a falta de recursos para reforma de alguns edifícios escolares, como a do Grupo escolar Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Castelo Branco, Olavo Bilac e outras tantas, acarretará no impedimento da continuidade das aulas. Diante das condições precárias a qual se encontra estes estabelecimentos tão importante que são para continuidade do excelente trabalho que vinha sendo feito na Instrução Pública de Cruzeiro do Sul, é que solicito de caráter de urgência o envio de recurso ou até mesmo ampliação de crédito, tanto para reforma desses estabelecimentos como para a manutenção das escolas profissionais. Gostaria de avisar ainda que realizaremos as reformas após a confirmação da liberação da verba, o que facilitará a volta às aulas dos respectivos estabelecimentos educacionais. (O REBATE, ano IX, p.4, nº 252, 1929).

O telegrama emitido ao governador do território demonstra de forma bastante clara a precariedade em que se encontravam as escolas do município, a ponto de cogitar inclusive a paralisação das aulas se nada fosse feito. Evidencia ainda, que as condições precárias na qual se encontravam os estabelecimentos de ensino era atribuída a não aplicação de repasses que deveriam fazer parte do orçamento destinado ao município.

É de se espantar que as escolas, consideradas tão importantes até então, estejam em tamanha precariedade. Outro ponto é que este momento ruim acabava recaindo sobre os próprios intendentes que ali exerciam o poder. A decadência vivenciada em Cruzeiro do Sul, acabou trazendo de volta práticas maléficas que antes já haviam sido superadas, como a contratação de pessoas para dar aula sem capacidade alguma e ainda assim eram convidadas por serem amigas ou parentes de alguém com certa influência.

É preciso sair-se dessa fase rudimentar de quando se quiser colocar um amigo, dar-se-lhe uma escola para essa outra prática racional e proveitosa de escolher-se o professor para a casa de ensino. É demasiadamente sabido que os ensinamentos dados às crianças exercem uma tão poderosa influência no adulto que a vida deste não é mais do que o reflexo do que lhe foi ministrado na idade que frequentou a sala de aula. Numa sociedade embrionária como a nossa, os homens responsáveis pela

sua formação, precisam agir de modo que os seus elementos se constituam de um material forte e resistente para que possam na sua grande concorrência da vida atual, ter probabilidades de êxito. (O REBATE, ano IX, p.3, nº 268, 1929).

O que também podemos perceber dentre os vários textos publicados pelo “O Rebate” criticando a falta de investimento no ensino, é o discurso cheio de pensamentos já considerados modernos, o que acaba evidenciando que nos anos anteriores buscou-se aproximar a cidade ao máximo dos melhores exemplos de sistemas educacionais do país. Assim, é possível notar que mesmo distante dos grandes polos de ensino, Cruzeiro do sul entendia muito bem qual era o papel do professor para a sociedade e a influência que este tem na formação da criança vislumbrando reflexos positivos na vida adulta.

Frente às críticas que começaram a tomar conta dos jornais e se propagar por todo o território, o governo, como era de se esperar, tenta defender-se dizendo que se a escola vai mal é por falta de compromisso de alguns em localidades específicas e não por falta de investimentos. Este aponta a quantidade de escolas⁴⁹ existente como sendo um número que ratifica o investimento e a preocupação com a região. Logo, pode-se observar uma dura crítica a este fato dada a ler no jornal “O Rebate”:

Não se pode fugir à evidência de que o ensino entre nós perdeu muito de seu brilho e de sua eficiência. As causas determinantes desse retrocesso não se originam, de certo, do núcleo dos professores, como afirmado por alguns do governo, pois é sabido que dentre eles existe verdadeiros dedicados. São porém oriundos, da falta de uma administração eficiente, que há tanto tempo vem sofrendo nossa região, e não foi por falta de vontade de mudar, mas algo que foi nos negado. Não posso deixar de frisar também que infelizmente não é o grande número de escolas existentes numa determinada região, que sirva de índice da cultura de seus habitantes, muito menos de eficiência do ensino. Sabe-se que para constituir tal desejo, é preciso além de professores idôneos, uma administração capaz de suprir as crises que estamos sujeitos a passar. (O REBATE, ano X, p.3, nº 275, 1929).

A resposta dada as afirmações advindas do governo do território nesta citação, além de ser direta evidencia o preparo e os planos já bem delineados de onde queriam chegar os que ali lutavam por uma educação de qualidade. Os argumentos e a devolutiva apresentada no jornal demonstra que apesar de estar em decadência, o ensino tinha para sair em sua defesa pessoas que além de argumentos fortíssimos, entendiam que seria através da educação e somente dela que seus filhos e as próximas gerações poderiam prosperar e sonhar com um futuro melhor para a região.

⁴⁹ (O REBATE, ano X, p.3, nº 273, 1929)

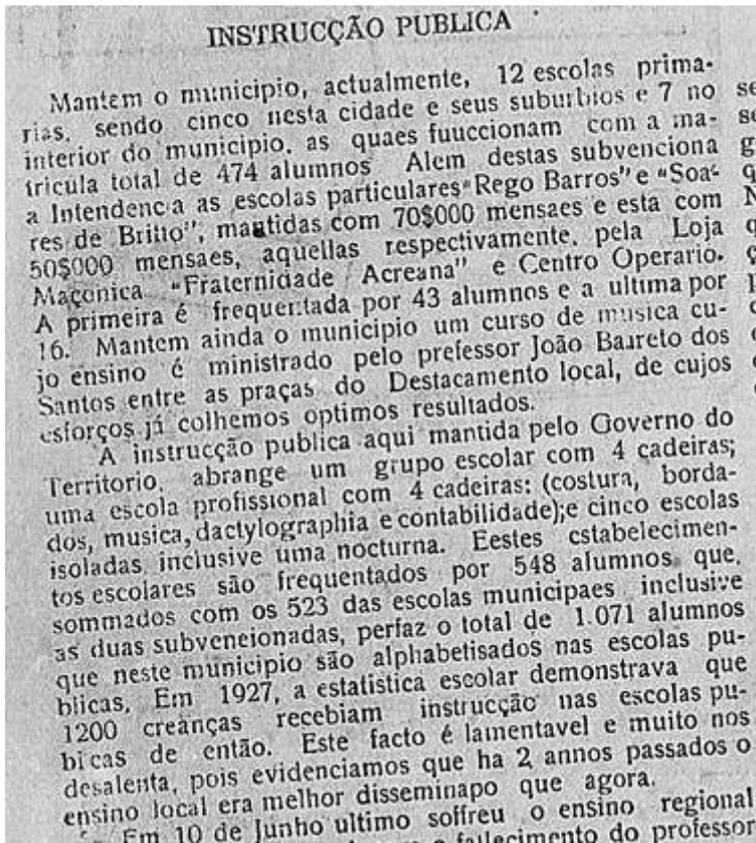
Enquanto o governo buscava culpar o professor afirmando serem alguns destes despreparados, o jornal com fortes argumentos e com um discurso a frente de seu tempo aponta elementos contrários fortes, desmistifica também as fantasiosas objeções do governo. O impresso aponta o que, na minha opinião, é o argumento que até 1934⁵⁰ continuou sendo o utilizado para justificar todo e qualquer fracasso vivenciado pelo juruaense, o fato de considerar a administração política inadequada e prejudicial para a região. Como pode ser observado, o autor da matéria se utiliza mais uma vez deste argumento para justificar a decadência do ensino na região, trazendo a tona mais uma vez uma questão já há muito tempo superada para alguns.

Veja que o debate apresentado no capítulo três deste estudo ganha muito mais credibilidade na medida em que, ao decorrer do diálogo aqui estabelecido, torna possível justificar a influência dos embates referentes à autonomia da região do Juruá como sendo determinantes para o desenvolvimento da cidade como um todo, e também em setores específicos como é o caso da instrução pública.

O reconhecimento da decadência do ensino não foi expresso apenas por matérias publicadas de forma independente, mas também através dos relatórios apresentados pelos próprios intendentes. Como já é de conhecimento do leitor que vem acompanhando esta longa discussão, esses relatórios eram uma espécie de “prestação de contas” feita pelo intendente e apresentado ao conselho municipal (órgão que auditava as contas do município) e ao governo do território (representante do governo federal no território acriano).

O recorte abaixo expressa a decadência do ensino em números, bem como aponta o descontentamento do intendente da região com os rumos que a instrução pública tomou, afirmando ser *“lamentável e muito triste, pois evidenciamos que há 2 anos passados o ensino local era melhor disseminado que agora”* (cf. recorte ao lado), além de reconhecer também publicamente que a instrução pública não é mais a mesma vivida até meados de 1927, contrariando dessa forma o discurso do próprio governo do território. Os dados apresentados demonstram a quantidade de alunos que tiveram acesso a escola, fazendo um comparativo com o ano de 1927, onde foram matriculados 1200 alunos, ao passo que em 1929 essa quantidade caiu para 1071.

⁵⁰ Ano ao qual foi concedido através da constituição de 1934 o direito ao acreano de eleger 2 deputados federais para representa-los na câmara Federal. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/movimentoautonomista>. Acesso em 15 de Outubro de 2018.



⁵¹Apesar de o relatório apresentado tentar inicialmente através de seu discurso amenizar a decadência que vivia a instrução pública em Cruzeiro do Sul, apresentando as escolas profissionalizantes que existiam na região (costura, bordado, datilografia, contabilidade e música), ele não consegue fugir dos fatos que são evidenciados pelos números. Outra coisa que acabou colocando em cheque este fato tão foram as várias manifestações feitas por alguns intelectuais da região, fosse

através de jornais ou mesmo no dia-a-dia, o que acabou sendo uma verdade disseminada entre todo o povo, e que a cada dia tornava-se impossível de esconder ou negar.

Palavras necessárias. É um fato entre nós, **nestes últimos tempos, que o ensino perdeu muito do seu brilho** e de sua eficiência, fazendo uma comparação entre o passado e o presente, cujas apresentações recentes dos números de matrículas, e de escolas funcionando nos dá um saldo precário, **a favor do descaso da administração vigente**. Ver-se que até mesmo as festas cívicas dão conto desta indiferença vivida no Juruá, tomada por uma muçulmânica criminosa, o que antes era festa, agora é a oportunidade impatriótica a que estar inserida nossas escolas. **É verdade e não se pode negar que quando o Juruá recebia recurso do governo Federal, sendo este um prospero departamento, sua instrução pública era melhor aparelhada e estava à frente de seu governo** homens esforçados como Rego Barros e dispunham de um intelecto invejável. **Assim é sabedouro de todos que as reformas administrativas por que tem passado o Território, afastaram daqui este surto de progresso e esplendor com que vínhamos tendo, trazendo como natural consequência o regresso do atual município**, não somente do ensino, mas em quase todos os ramos de sua atividade, pleno que não é justo enxergar a sua decadência somente na parte tocante a instrução pública, que de fato tem sido prejudicada pelas mutilações que tem sofrido, porém não por negligência ou incúria dos que a tem dirigido. Dá nossa parte, tudo temos feito para que a instrução local satisfaça os seus fins. Bellarmino Maia de Mendonça. (Cf. O REBATE, ano X, p3, nº 285, 1930).

⁵¹ (O REBATE, ano VIII, p.3, nº 260, 1929)

O trecho acima é esclarecedor no sentido de trazer para o leitor informações riquíssimas, como o reconhecimento generalizado do povo em relação ao regresso que a instrução pública sofreu nos últimos anos, o estrago que a nova forma administrativa tão criticada e agora acusada mais uma vez pelo autor causou levando decadência de vários setores da região; relembra que quando o Juruá era um departamento independente, há 10 anos, ele prosperava e a instrução pública tinha uma melhor estrutura e estava à frente de seu tempo, e por fim culpa a forma administrativa a qual o Acre ficou sujeita a partir de 1920 como sendo o elemento causador de todos os retrocessos e decadência pelo qual o Juruá estava passando.

Imaginar que o município do Juruá, hoje cidade de Cruzeiro do Sul, internalizou o fato de ser um departamento independente, sonhando em um dia tornar-se um estado e conseqüentemente ter um governo junto com Tarauacá em separado dos demais Municípios acrianos é de fato norteador, no sentido de esses embates por autonomia fazerem parte e estarem intrinsecamente ligados a todos os fracassos pelo qual o Juruá passava. Desde os recursos recebidos até as crises pelas quais o Juruá passou eram atribuídos à reforma administrativa que foi posta em vigor a partir de 1920.

Os embates políticos voltados para a questão da separação do município acabaram sendo usados como justificativa tanto para os fracassos vivenciados no Juruá, como também de pretexto para culpar a administração por má investimento. Levando em consideração o debate que me propus a fazer, é importante ressaltar o fato de o governo da união, antes interessado em fazer os investimentos necessários para assegurar a estabilidade da região, agora já não se interessava tanto, pois a borracha já não era tão valorizada, perdendo a região o seu principal elemento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, o trabalho em questão buscou fazer alguns apontamentos, seguindo uma ordem que fosse possível dar sustentação, desde o material utilizado como fonte privilegiada de pesquisa até a citação de fontes e documentos que dessem credibilidade às discussões apontadas aqui. No caso dos impressos, o jornal que foi utilizado como fonte e através do qual dei sustentabilidade a todos os argumentos, foram as notícias dadas a ler no jornal “O Rebate”.

Apsar de entender o jornal “O Rebate” como um elemento importante na propagação dos discursos de modernidade que tomaram de conta da região norte na década de 1920, não se pode sobrelevar o jornal a ponto de tornar este uma “entidade” como sendo a única responsável por este desenvolvimento. Este como já bastante discutido ao longo da pesquisa, tem suas intencionalidades e seus próprios interesses. Assim não posso de forma alguma dar ao jornal isenção quanto aos seus objetivos intrínsecos em cada notícia e em cada relatório publicado.

Assim, busquei em um primeiro momento fazer uma movimentação que desse conta de situar a importância do impresso no território acriano, ressaltando a sua contribuição para o desenvolvimento da região como um todo. Após este movimento busquei caracterizar “O Rebate”, deixando claro sua configuração, ou seja, se era em tela, as colunas, como eram postas as matérias e dadas a ler através deste. Ressaltei ainda o fato de o impresso não ser um instrumento imparcial, pois este está sempre a serviço de um grupo, buscando sempre propagar uma ideologia.

A necessidade de estabelecer contrapontos fez-se necessário, já que os impressos de forma geral têm vários sentidos, sendo o pesquisador o responsável por interpretar e dar sentido conforme a realidade a que este está inserido. Veê-se com isso a complexidade que têm e a ampla ferramenta que são os impressos, porquanto ainda que seja uma ferramenta do passado, se torna atualíssima na medida em que dá conta de responder através dos relatos, notícias, relatórios e documentos, questões como: modo de vida, embates políticos, as ideologias predominantes em certo lugar, os investimentos, as conquistas, como se dava a educação, etc.

Essa infinidade de possibilidades faz dos jornais uma ferramenta de grande valor, podendo o pesquisador inclusive escolher o ponto específico no qual irá focalizar, dando assim maior ênfase e estudando de forma profunda um determinado assunto. Foi pensando dessa forma que nos dois últimos capítulos aqui apresentados, busquei fazer indicações

bastante pontuais, me utilizando especificamente do jornal “O Rebate” e levando em consideração apenas a primeira década de circulação deste impresso. Foi assim que identifiquei uma questão que estava presente em todos os números e que era balizadora para todas as outras questões apresentadas no decorrer desta dissertação: a organização político-administrativa e educacional de Cruzeiro do Sul.

A questão da busca pela divisão do território do Acre em dois governos distintos foi a chave que acabou ditando o ritmo de todos os outros aspectos vivenciados no Juruá, fossem eles econômicos ou sociais. É fato que todas as questões, inclusive as que busquei me aprofundar, estavam submersas e reféns desta questão maior. A citação de acontecimentos que permeavam esse tema se fez de imprescindível importância dentro da pesquisa para que assim fosse possível dar sentido ao que de fato me propus a fazer: dar conta de como organizou-se a região político, administrativa e educacionalmente.

Com tudo o que foi exposto durante este estudo, espero que o leitor tenha conseguido entender a importância das pesquisas com base em fontes impressas e de como essas se tornaram valiosas para consolidar e facilitar o entendimento linear da conjuntura político-administrativa e educacional de um povo. Ainda que cheios de intenções os jornais de forma geral possibilita ao pesquisador entender de forma quase que precisa a realidade de um povo, intenções políticas, discursos ocultos além de desmistificar falsas teorias. Assim foi com esse entendimento que busquei dar sustentação a uma a esta nova visão de organização política administrativa e educacional pela qual passou o vale do juruá, se utilizando de um único impresso. No caso do Juruá, este fato se tornou ainda mais relevante por caminhar junto com uma outra questão, a autonomia acriana. Esta se entrelaçou com todos os acontecimentos vividos no Juruá, com os investimentos feitos na educação, agricultura, comércio etc., sendo assim o principal agente influenciador, guiando os rumos do futuro administrativo do estado e dos municípios, e também sendo elemento norteador de como deveria funcionar a instrução pública.

O estudo ainda que tenha limitações, principalmente referentes ao recorte (ao qual busquei ser fiel) e também por utilizar como fonte apenas “O Rebate”, não perde o valor frente às necessidades que tem a pesquisa em educação. Assim, esta com certeza vem agregar ainda mais conteúdo e situar a história da educação no Juruá, fazendo o apontamento de elementos que ajudarão no aprofundamento dos debates referentes às políticas que dão sustentação à organização administrativa e educacional da região.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; JUNIOR, Orimar Skalinski. **A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.48, p. 255-268 Dez.2012

BACELAR, C. Fontes Documentais. **Uso e mau uso dos arquivos.** In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 21-79.

BNDigital. **Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil.** (Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/?sub=parcerias>> Acesso em: 04 de Fevereiro de 2018).

BRANCO, José Moreira Brandão Castelo. **O Juruá federal: território do Acre.** v. 9, 1922. p. 587-725. il. mapa desd. Rio de Janeiro: IHGB.

BRASIL. **Programa Livro Aberto.** Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/conten> Acesso em: 04 de Fevereiro de 2018.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino.** Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. **O Juruá Federal: Território do Acre**”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Congresso Internacional de História da América. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IX, 1930 [1922]. pp. 591-722.

CHARTIER, Roger. (1990) **História Cultural: entre práticas e representações.** Difel, Lisboa, (Coleção Memória e Sociedade).

DANTAS, Andréa Maria Lopes. **A educação secundária no departamento do Alto Juruá (1904 a 1920): entre o desejo e a possibilidade.** Revista HISTEDBR On-line, nº 62, p.185-197, Campinas, 2015.

_____, **O ‘vozear’ na mata e a modernidade anunciada: Educação no território do acre através dos jornais (1906-1930).** Revista HISTEDBR On-line, nº 62, p.28-41, Campinas, 2011.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 4. Ed. Atlas, São Paulo, 2002.

JOHNSON, Steven. A Cultura Digital. Disponível em: In <<http://www.culturadigital.br/ensinodojornalismo>>. Acesso em 30 de Janeiro de 2018.

LIMA, Tatyana Sá de. **Imprensa acreana: um estudo sobre a importância do jornal a tribuna para o jornalismo do Acre.** *Revista Tropos*, V1, n1. Rio Branco, AC, 2014.

LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELECH, Edgard. **Diários sem papel: O presente e o futuro do jornalismo impresso sob o impacto das novas tecnologias**. *Anais do 8º Encontro Nacional de História da Mídia*. Unicentro/Paraná, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Marcos Vinicius (2000). **Breve história da luta pela educação no Acre**. Governo do Estado do Acre. (Revista Maria Angélica de Castro, 50 anos)

NEVES, Marcos Vinicius. **Imprensado**. A Gazeta do Acre.com, postado em 22 de fev. 2013. Disponível em: <http://agazetadoacre.com/noticias/imprensado/>>. Acesso em 04 de Fevereiro de 2018.

OLIVEIRA, Marco Aurélio de. **História e o Futuro do Jornal Impresso**. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos-academicos/5138-internet-a-historia-e-o-futuro-do-jornal-impreso>>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Número de internautas no mundo**. (Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>>. Acesso em: 04 de Fevereiro de 2018).

PORTAL CARTA DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.cartaeducacao.com.br>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

Portal da Imprensa Nacional. **A História da Imprensa Nacional**. Disponível em: <http://portal.impresanacional.gov.br/imprensa_nacional>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

PORTAL DO GOVERNO DO ACRE. Jornais, Revistas e Blogs. Acesso em: <<http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/utilidade-publica>>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2018.

PORTAL HISTÓRIA D ACRE. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

PORTAL OPINIÃO E NOTÍCIA. **Primeiro Jornal Impresso no Brasil**. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/cultura/o-primeiro-jornal-impreso-no-brasil>>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2018.

PORTAL WIKIPEDIA. **A Imprensa: Johannes Gutenberg**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Gutenberg#A_imprensa>. Acesso em 30 de Janeiro de 2018.

POTAL DA ANJ. Associação Nacional de Jornais. **Número de jornais no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/missao>>. Acesso em 04 de Fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul. Universidade Federal do Acre. **Álbum: A cidade de Cruzeiro do Sul – Revisitando o Juruá.** Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul. Universidade Federal do Acre – UFAC. Cruzeiro do Sul – Acre. 1994.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto; BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. **Do impresso ao digital:** a história do Jornal do Brasil. Revista Observatório, Palmas, v. 2, n. Especial 1, p.230-250, Maio, 2016.

VIANA, Jorge. **Nossos Personagens.** Disponível em: <http://www.jorgeviana.com.br/index>. Acesso em: 01 de Julho de 2017.

WAN. **Associação Internacional de Jornais.** Disponível em: www.culturadigital.br/ensinodejornalismo. Acesso em: 04 de Fevereiro de 2018.

Jornais

A Alvorada, ano I, nº 1, 1913
 A Tribuna, ano I, nº1, 1963
 A Tribuna, ano I, nº1, 1963
 O Cruzeiro do Sul, ano I, nº01, 1906
 O Cruzeiro do Sul, n. 449, 1915
 O Cruzeiro do Sul, nº 02, 1906
 O Cruzeiro do Sul, nº 04, 1906
 O Eco, ano I, nº 35, 1971
 O Imparcial, ano I, nº 6, 1966
 O Juruá, ano I, nº 7, 1953
 O Rebate, ano I, nº 1, 1921
 O Rebate, ano V, nº 112, 1925
 O Rebate, ano IV, nº 183, 1925
 O Rebate, ano V, nº 88, 1925
 O Rebate, ano VI, nº 87, 1925
 O Rebate, ano VI, nº 89, 1926
 O Rebate, ano VI, nº 130, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 112, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 115, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 140, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 143, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 149, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 150, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 151, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 152, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 153, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 155, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 156, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 161, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 170, 1927
 O Rebate, ano VII, nº 176, 1927
 O Rebate, ano VIII, nº 179, 1927
 O Rebate, ano VIII, nº 181, 1927
 O Rebate, ano VIII, nº 185, 1927

O Rebate, ano VIII, nº 191, 1927
O Rebate, ano VIII, nº 213, 1927
O Rebate, ano VIII, nº 215, 1928
O Rebate, ano VIII, nº 252, 1929
O Rebate, ano VIII, nº 255, 1929
O Rebate, ano IX, nº 216, 1929
O Rebate, ano IX, nº 260, 1929
O Rebate, ano IX, nº 261, 1929
O Rebate, ano IX, nº 262, 1929
O Rebate, ano IX, nº 263, 1929
O Rebate, ano IX, nº 268, 1929
O Rebate, ano X, nº 273, 1929
O Rebate, ano X, nº 275, 1929
O Rebate, ano X, nº 285, 1930
O Rebate, ano X, nº 312, 1930
O Rebate, ano X, nº 323, 1931
O Rebate, ano XXXIX, nº 1124, 1959
O Rebate, ano XL, nº 1.131, 1960
O Rebate, ano XLI, nº 1.144, 1963
O Rebate, ano XLV, nº 1.152, 1966
O Rebate, ano XLVIII, nº 1.159, 1968
O Rebate, ano L, nº 1.167, 1971
O Rebate, ano L, nº 1.167, 1971
O Tropical, ano. I, nº 7, 1972

Documentos Oficiais

ATA DE FUNDAÇÃO DA CIDADE. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content.pdf>>. Acesso em: 07 de Fevereiro de 2018.

ANEXOS

O REBATE

ORGAN INDEPENDENTE e de maior tiragem

PUBLICAÇÃO 3 vezes por mez

CRUZEIRO DO SUL, 19 DE JUNHO DE 1927.

ANNO VI

TERRITÓRIO DO ACRE - MUNICIPIO DO JURUÁ - REDAÇÃO E OFFICINAS - BOULV. THAUMATURGO

Director proprietario - ANTONIO ALVES MAGALHAES

ASSIGNATURAS

Per anno 15000
Per Semestre 8000
Per Trimestre 4500
Num. avulso 500

NESTE MUNICIPIO

N. 150

Normas e conceitos

Ao tratarmos o ultimo editorial desta folha tivemos em mira a propaganda ampla da ideia do desmembramento do Territorio em duas circumscripções administrativas nos moldes delineados pelo projecto Silveira, no intuito de esclarecer aquella parte da população acreana que não fosse conhecedora das bases da reforma pleiteada.

Movemos um natural sentimento de justiça e lealdade ao collocarmos-nos parallelamente a aquellos espiritos progressistas que ha muito vem pugnando na imprensa e fora della pela realisação do grande objectivo.

Não se comprehenderia nesse silencio em tanto o magno assumpto que opprovincia todas as consciencias liberas, maxime porque sempre nos orientou a directriz jornalística um firme despojo de boa servidão e causa publica.

Em um mal, com a obscuridade de nossa penne e o labor diuturno de nosso trabalho amalhado com sinceridade a ampla estrada do ideal colectivo, cumprido o que se nos affigura nosso dever.

A prova irrefragavel de que acertamos na escolha dos methodos e no aprumo das attitudes, foi que applausos nos chegaram na oportunidade dos conceitos emitidos no desenvolvimento do nosso artigo da edição passada, applausos que sobeamos terem partido tambem de pessoas que com razão ou não, sempre nos votaram opoza.

Por isso, dissemos, que no problema acreano agora posto em equação, nos deve unicamente preoccupar um sentimento geral de concordia, encaminhado para a efectividade de nossas justissimas aspirações.

Quem, conhecido, porém, a complicada psychologia dos meios "pequenos", sabe de momento a momento surgem questionculas pessoas, ordenadas dos interesses de cada um collidindo com os interesses de cada qual, interesse de cada qual, interesse de cada qual, interesse de cada qual.

Invasão então a sociedade de um rudo e colectivo, estranho a todas as hypotheseas de crises pessoais, irrealisaveis, inverosimilissimas, germinadores de um franco dissidio, extranho a toda a sociactiva acção da sociedade, desarticulando o organismo social, desagregando-lhe as moleculas, enfraquecendo-o na sua estrutura.

Isa a collectividade toira, forte e cohesa, agindo em procura da realisação do ideal commun, constituindo uma frente unica de combate, muitas vezes não consegue levar de vencia os obstaculos

que se lhe antepõem, iminguem-se ella fragmentada, em porções amorphas, sem significação politica, ou social, sem idéas e sem bandeirola, sem idéas e sem bandeirola.

A hora é somente de, como dissemos, ansiosa expectativa.

O eminente Presidente da Republica, em sua mensagem ao Legislativo, entendeu a necessidade de ser reformada radicalmente a legislação do Acre.

Atá ella, portanto, chegaram as nossas vozes de protesto e de supplica, que foram ouvidas na ambientação da remodelação nacional e que está se entregando ao Governo da União, vozes que se ergueram num coro unânime de todos os peitos.

Para que, portanto, se evite a grita de patões penitentes, ditadas por motivos sonoros, ditadas por motivos patrióticos, que não resistem a uma analyse por simples que seja inq. destorção do conceito geral, harramos ao Governo da Republica o conhecimento da situação de inferioridade em que porantão se acha o Acre, e a nós, habitantes do Acre, em relação aos seus patrióticos.

Agir isoladamente, nesta occasião em que a boa vontade dos poderes publicos e o desejo dos juruáenses e taçoráenses se identificam, em uma mesma objectivação, é praticar um deserviço ao Acre e, quick á Nação, transendo embaraços á marcha material dos acontecimentos, que estão, evoluindo para a elaboração das bases constitutivas de uma futura unidade nacional, é causar perturbações ao desenvolvimento das idéas geraes, atropellando-as.

Agurlemos com acuidade que se realice a remodelação que se esboçou, na mensagem presidencial como um presidencialismo como um presidencialismo como um presidencialismo.

Quem, conhecido, porém, a complicada psychologia dos meios "pequenos", sabe de momento a momento surgem questionculas pessoas, ordenadas dos interesses de cada um collidindo com os interesses de cada qual, interesse de cada qual, interesse de cada qual, interesse de cada qual.

Invasão então a sociedade de um rudo e colectivo, estranho a todas as hypotheseas de crises pessoais, irrealisaveis, inverosimilissimas, germinadores de um franco dissidio, extranho a toda a sociactiva acção da sociedade, desarticulando o organismo social, desagregando-lhe as moleculas, enfraquecendo-o na sua estrutura.

Isa a collectividade toira, forte e cohesa, agindo em procura da realisação do ideal commun, constituindo uma frente unica de combate, muitas vezes não consegue levar de vencia os obstaculos

Mais um anno

Faz hoje seis annos que viemos a arena jornalística. Revisamos as armas que os cavalleiros traziam para a conquista do ideal denodo e sinceridade. A "primeira", usamos a com o vigor que a nossa razão permitiu; a segunda, está no nosso subconsciente, cada vez mais alienada pela certeza de que dia a dia vamos conquistando o apoio dos nossos leitores.

E' portanto, hoje um dia de festa nesta casa. Festa do trabalho perseverante, feito com dedicação dos interesses collectivos, no sentido de alcançarmos dias melhores.

E' essa a esperança que nos fortalece o animo, sem preoccupações subalternas de individualidades e preocupações.

Se temos ou não acertado, digam os nossos contemporaneos; façam-nos, justiça a aquellos que se collocam acima das questões que separam os individuos, para lançar visao larga e segura sobre o futuro.

E' sabido que somma de sacrificio de toda natureza, de despendimento pessoal, de decepções muitas vezes acerbas, acarreia a carreira de imprensa.

Mas é na lucra que se revigora o espirito, e no ardor da pelcia que se temperam as armas.

Aqui estamos calmos e confiantes no futuro desta grande Pátria, em beneficio da qual empenhamos a nossa vontade e as nossas energias, pedindo a Deus que illumine seus homens para maior gloria do Brasil.

Telegrama official

Rio Branco, 13 de Junho de 1927.

Coronel Miguel Teixeira, Intendente Municipal - Cruzeiro.

Estando prestes deixar governo do Territorio venho por meio deste agradecer a cooperacao leal e eficaz e de sincera solidariedade que sempre prestastes ao meu governo durante todo o tempo em que estive em exercicio de cargo e o superior interesse que manifestastes em prol do progresso desse municipio, justificando assim a distincta escolha feita pelo Excmo. Governador Alvaro Diniz. E como tenho que me retirar do Territorio com destino a Capital da Republica ponho alli a vossa disposicao os meus serviços.

Cordiaes Saudações
(a) Laudelino Benigno, Governador em exercicio.

IOSSE?



Algumas colhechas de "GRINDELIA" Oliveira Junior. Alcalmam e curam em pouco tempo.

A "Niteroy"

Sahida de S. Felipe a 11 do corrente conforme aviso telegraphico que tivemos do nosso correspondente chegou a este porto chata Niteroy que alem de carga e malas postaes trouxe os seguintes passageiros de 1.ª classe: Dr. Modesto R. Boija, do Commissio de Limites Brasil-Peru; major João B. de Oliveira Maia, Theodolpho Garibaldi Joaquim Christop de Oliveira, Manoel Cabral, João Meilo Netto, Alexandre Anaissi, senhorita Lupercia Maia e d. Ana Xavier Morcira.

De 3.ª classe - Ry Carvalho, Luiz Lopes e d. Janna Rodrigues.

Advertisement for Olyvan Super Sabonete soap, featuring an illustration of the soap box and text describing its benefits for skin.

Advertisement for Grupo Dramatico Acreano, mentioning a performance at the S. João theatre.

Advertisement for Iosse, a medicinal product, with a small illustration of a person.

Advertisement for Aristolino, a medicinal product, with an illustration of a person and text describing its uses.

O novo Governo

Consoante telegrama do Excmo. Sr. Dr. Hugo Carneiro para o Sr. Intendente do Municipio de Policia, assumiu S. Exa. o Governo do Territorio ant'ontem 17 do corrente.

Pela Reforma

Sobre o que diz da futura reforma do Acre, a mensagem do Excmo. Sr. Presidente da Republica, em Seaba o nosso valente collega "O Niteroy", que nos transmittiu o seguinte radiotelex: "O Rebate" - Cruzeiro. Taranaçá, 1.º. Reprovamos editorial hontem mensagem presidencial, resposta capisosa. Konder dissemos, preciso lançar mãos outros meios como fôrtaes, sendo reforma ficará carentes gregas. MUNICIPIO.

Advertisement for Sem doras reumaticas (TAYUYÁ) medicine, with an illustration of a person and text describing its benefits for rheumatism.

Calçados bons e baratos nos Armazens El Contado

CENTRO OPERARIO
Com uma sumptuosa sofredante, para a qual fomos honrados com um convite no dia 6 do corrente, realizou em sua sede o Centro Operario Beneficente os 18 annos de sua fundação.

ACRACEDICIMENTO
Com agilizante que lhe é peculiar veio pessoalmente a nossa redação agradecer a noticia que tivemos no nosso ultimo numero, da chegada a esta cidade de sua Exma. Familia. O Excmo. Sr. Dr. José Mendes de Carvalho, muito digno e integro Juiz de Direito do Acre. Nosso sinceros agradecimentos.

O REBATTE

ASSIGNATURAS	
Per anno	1500
Per Semestre	800
Per Trimestre	400
Nam, avião	500

ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE e de localidade NESTÉ MUNICIPIO

PUBLICAÇÃO 3 vezes por mez

CRUZEIRO DO SUL, 10 DE JULHO DE 1927.

N. 152

ANNO VII TERRITÓRIO DO ACRE—MUNICIPIO DO JURUA—REDAÇÃO E OFFICINAS—BOULV. THAUMATURGO

Director proprietario—ANTONIO ALVES MAGALHÃES

Esperanças que se radicam — A separação

Para conhecimento de todos aqueles que se interessam pelo futuro do Acre, para todos aqueles que se collocam fóra do círculo das conveniências pessoais e com desortino lançam as suas vistas para os dias de amanhã, preparando os alicerces da nossa grandeza, publicamos hoje o projecto Luiz Silveira, onde estão consubstanciadas as necessidades regionaes mais urgentes.

Subscrevemos o actual Governador do Pará, Dr. Dionysio Bentes, os deputados dr. Eurio Valle, hoje senador por esse Estado, e o dr. Hugo Carneiro, governador deste Territorio, recentemente empossado.

Neste momento em que se cogita da reforma da Legislação por que se rugo o Acre, a fim de lhe ser dado um regime compativel com as condições especialissimas da região, somos levados a pensar na extranha coincidência de circunstancias que collocam um dos signatarios do projecto na suprema administração do Territorio, na occasião mesma em que se vai decidir o nosso destino.

O sr. ministro Lyra Castro, respondendo a um telegramma das nossas classes conservadoras, disse que o actual Governador do Territorio, tendo instrucções do Governo Federal para depois de acurado estudo, apresentar as bases de uma reforma, justificando optimismo; porque das informações de um dos subscriptores do projecto alludido, ia depender a sua aprovação.

E nesse estado de espirito continuamos a permanecer, pois do alto criterio e largueza de o eminente Governador acreano, cuja carreira politica é feita de coherencia e propositos patrioticos, só podemos esperar o amparo ás nossas aspirações.

É certo que no referido projecto existem disposições que presentemente são inexecutivas, como a do ultimo artigo. Mas, aos poderes competentes sobram luzes e saber para expurgar as medidas que se tornarem inopportunas, e que só poderão ser realisadas pela evolução.

E, aos conhecedores do Acre, perguntamos, quaes as vantagens que nos trouxe o regime de centralisação? especialmente para o resto acreano? O que aqui temos de melhor, do mais util, é uma herança dos tempos prefectoraes.

A fallencia do systema administrativo actual é um facto incontestavel. Cada dia que passa, mais se firma o nosso espirito a certeza d

Presidente Partido Acreanoista Jurua—Em resposta telegramma relativo possibilidade de divisão territorial informo que tendo o governo nomeado nosso governador qual segu hoje assumir exercicio cargo, mesmo governador depois de acurado estudo p. poderá mediar mais convenientes condições de actual territorio Acre, ministro da Agricultura.

Coronel Mancio Lima—Resposta ao velho amigo, que é primeiro signatario telegramma referente possibilidade de actual territorio Acre, melhor organização derivado existencia dois governos autônomos—valles Urué e Puris, respectivamente, peço accellar e transmitir, demais signatarios, expressões franco apoio embora deva lido no ponto de vista consubstanciado no projecto deputado Luiz Silveira. Amigos abraços.—Durval Porto Deputado federal.

Jaraguá (Maceió) 125 de Julho—Mancio Lima. Projecto alludido. Mando Silveira com exemplares livros deputados. Abraços. Clavero.

Projecto do deputado LUIZ SILVEIRA

Artigo 1. O Territorio do Acre será dividido em dois departamentos Jurua e Taracá. (sede a cidade de Cruzeiro do Sul) e Puris e Acre (sede, a cidade de Rio Branco).

Cada Departamento será administrado por um Delegado do Governo Federal cuja acção administrativa será estabelecida no regulamento que for expedido.

Art. 2. Cada Departamento terá uma dotação annual de mil contos destinados aos serviços de instrucção publica, saúde publico e assistência, policia militar e civil, melhoramentos e demais encargos de má administração regular e eficiente. Além dessa verba o Governo Federal manterá em cada Departamento um serviço de profilaxia rural, um aprendizado agricola, uma escola de aprendizes artifices, um posto zootecnico, um serviço de animação e fiscalisação da borracha, continuando a seu cargo as despesas com a Justiça local.

Art. 3. Fica o Poder Executivo autorizado a reconhecer a propriedade das terras occupadas no Territorio por particulares, mediante o registro dos titulos expedidos pelo Estado do Amazonas, pelo Governo da Bahia e pelo Estado independente do Acre, anteriormente no Tratado de Petropolis, e as de volutas, que estiverem sob o dominio particular, bastantemente beneficiados, cinco annos antes do regulamento onde for expedido.

Este serviço será executado e custeado pelos Governos dos Departamentos.

Art. 4. O Governo Federa

Sala das sessões 19 de Junho de 1923.

Luiz Silveira, Dionisio Bentes, Hugo Carneiro, Eurio Valle.

CEL JOÃO BUSSONS

Trascorreu no dia 12 do corrente o anniversario natalicio do Sr. Cel. João Bussons nosso mais prestimoso amigo e um dos mais illustres proprietarios do Jurua.

Do digno anniversario actualmente residido em Belem, antecipamos os nossos sinceros parabens.

Diversas

Ja estava impressa a nossa terceira pagina, onde estampamos o boletim mandado destrahir pelo sr. Intendente sobre o hypothetico paradeiro do avião francez Saint Romon nos limites do Brasil com o Perú.

Temos feito diversas considerações sobre a inverosimilhança do caso, para este numero, deixando-os de publicar em vista do radio seguinte expedido ao chefe de Policia do Territorio pelo Sr. Camara Caldas, delegado auxiliar.

Cruzeiro do Sul-5-7-27 Exmo. Sr. D. Cláudio Policia Rio Branco Transmitti. V. x. o pequeno radio recebido aqui comandante Braz Aguiar subchefe Commissão Limites envia o por pescadores mesmos recolheram tripulantes Argos caidos Oyapok. Attenciosas saudações Francisco Caldas, delegado auxiliar.

Intendencia Municipal

AVISO DA CONTADORIA

De ordem superior, aviso, para conhecimento de quem interessar possa, que o prazo para pagamento sem multa dos impostos de industria e profissao, predial, etc. devidos pelos contribuintes desta cidade relativamente ao segundo semestre do corrente exercicio, termina no dia 31 deste mez.

Avizo igualmente, que de accordo com a portaria n. 73 desta data ficou prorrogado para o dia 31 de julho corrente o prazo para pagamento sem multa dos diversos impostos devidos pelo contribuintes da circumscriçao do Alto Jurua.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço o presente aviso que vai affixado á porta principal desta Intendencia e publicado pela imprensa.

Contadoria da Intendencia Municipal em Cruzeiro do Sul, 7 de Julho de 1927.

Joaquim de Sousa Dantas Contador.



PARA O BANHO — EMBELLEZAR A PELLE — BANHO DAS CRIANÇAS — BARBA, QUEIMADURAS E QUESQUER FERIDAS

USEM SEMPRE

"ARISTOLINO"

(Sabão Líquido)

AVISO

Comunicamos ao publico em geral que passão desta data encerramos o livro das nossas officinas typographicas, o sr. Geminiano de Hollanda com quem illuvers ser contratado todo e qualquer serviço avulso.

Govarde assassinio

Govardem assassinado a tiro de revolver na sua banca de trabalho na Camilla da Republica, o comandante Cantuaria, capitão de 1.ª classe da nossa marinha de guerra, cuja se achava quase ultimada nossa composição para o presente numero quando nos foi obsequiosamente mostrado pelo dr. Camara Caldas um telegramma a respeito do Almirante Ferreira da Silva, por Comandante Braz de Aguiar, cujos discursos, com venia aqui transcrevermos.

Muito pezaroso commisso Cantuaria assassinado covardemente apenas cinco faleceu poucos minutos depois de receber sua banca de trabalho Lloyd tres tiros de defecção pelo immediato Octavio Pinto Aleixo este quase lynchado foi recolhido hospital estado gravissimo.

Sociaes

Fazem annos Hoje, a travessa Nazareth, filha do sr. João Christostomo.

A 11 sr. Joaquim Lopes da Cruz.

A 12, o intelligente Polopidas, filho do sr. Francisco Correia Barreira.

A 13, o galante Maria Lucia, filha do sr. Bellarmino Maia de Mendonça, director do grupo escolar Barão de Rio Branco.

A 13 a prezada senhorita Heonidia Beerra de Alencar, entada do sr. Joaquim Rodrigues Beerra.

JIVAN

SUPER SABONETE

"O JIVAN É CONCORRE PARA A CONSERVAÇÃO DOS TRACOS DA MOCIDADE. TORNO A PELLE RESISTENTE E REFRACTARIA AOS MALES QUE A DEFORMAM."

O REBATE

ORGAN INDEPENDENTE de maior tiragem

PUBLICAÇÃO 3 vezes por mez

NESTE MUNICIPIO

ANNO VII

CRUZEIRO DO SUL, 30 DE OUTUBRO DE 1927.

N. 161

TERRITÓRIO DO ACRE—MUNICÍPIO DO JURUÁ—REDAÇÃO E OFFICINAS—BOUV. THAUMATURGO

Director, proprietario e gerente—ANTONIO ALVES MAGALHÃES

ASSIGNATURAS	
Por anno	15000
Por Semestre	8000
Por Trimestre	45000
Num. avulsos	5000

Ostracismo prematuro

O desanimo cada vez crescente que se vem accentuando no municipio, é o melhor atestado, o atestado mais p. l. avel da deficiencia do regime administrativo instituido para o Territorio pelo Decreto 14.283 de 10 de Outubro de 1920.

É para lamentar que um homem como o sr. Epaminondas Jácome, velho conhecido do Acre, onde viveu por muitos annos e até chegou a ganhar fortuna, tenha sido o inspirador dessa organisação que nos vem infelicitando.

Não menos lamentavel foi o acto presidencial que nomeou o sr. J. Homem sem accção, de visões estreitas, sem a minima idea das cousas publicas, o sr. Jácome trouxe para o Acre, do par com o seu amarelamento, a creza administrativa, tudo desorganizando, tudo desbaratando, nada fez e por cima de tudo recebeu ao Thezouro avultado saldo, em detrimento das necessidades gerais do Territorio, enquanto que no crepusculo de seu desgoverno cria escolas de 121 \$000!

Estamos certos que, se o sr. Epimacio Passos, que é um estadista primoroso, travasse conhecimento de um só dia com o sr. Jácome não o teria nomeado nem tão pouco sancionado a reforma spirital pelo descausado clinico x-pyrene.

Entre o Jurú e seu periodo de decadencia, e, Cruzeiro do Sul, a cidade predilecta, apresenta aspecto de orphã e não no ritmo. Agradecemos a passagem revoluta e elementos daqui e Tarauacá pedem ao governo para salvar o Acre do aniquilamento completo a que está condemnado e um projecto neste sentido é apresentado á Camara Federal em 1923. Nada se conseguiu então, mas a esperança não lora perdida até que afinal surge este movimento animador, o mais importante que já tivemos e em prol da unica organisação que realmente consulta os meigos interesses acreanos,—a divisao em dois governos.

Esta salutar medida é combatida por elementos do extremo territorial, sob o fundamento de não sejam ver o Territorio fraccionado, como se estes mesmos elementos que agora se insurgem contra não ignorassem que este mesmo Territorio já foi dividido, não em duas, mas em quatro Prefeituras, que digamos de passagem, foi um regime muito mais util, mais cousentaneo com a nossa conformação geographica, do que á centralisação injustificavel, inconcebivel que se alguma cousa tem feito está circumscripção á capital do Territorio.

Para lamentar que estejam condemnados a assistir o epilogo dessa marcha de aniquilamento em que ingressamos, vai para 7 annos, sem que tenhamos elementos para por um dique á sua fatal conculcã.

E quem se arrogará a dizer que a "forma inspirada pelo sr. Dr. Epaminondas Jácome não nos trouxe o ostracismo prematuro?

Nos Armazens FUZUÊ compram-se couros.

"Comicio monstro"

Um radio procedente da distante cidade de Xapury, assignado por um jornal cuja existencia desconheçemos—«Acr. Unidos»—dirigido ao sr. Intendente deste municipio, annuncia a realisão de um «comicio monstro» naquella cidade, com o qual os principaes elementos locais teriam combatido a magnida idéa patrioticamente defendida pelos abnegados habitantes do Jurú e Tarauacá. Anna, cia o signatario que 3 mil pessoas tomaram parte nesse fantastico comicio, verberando a idea de divisao que reputam de regional e *definitiva* a malandada unificação que somete aos desinteressados pelo progresso territorial se alguma magnalia.

Quando o sr. Napoleão Ribeiro seguiu de Belem ultimamente para o Acre, previmos mais ou menos essa fita bi-color em que o director da «Voz do Acre» se põia em campo de accção na propaganda de seu jornal, que em tempo, dignamos, arguo com idéas louvaveis. Não nos enganamos. Chegando a Xapury o nervoso jornalista promoveu um comicio a que talvez comparecesse uma centena de antigos seus e depois manda espalhar a noticia de um «comicio monstro», alarde tão proprio dos repórter boatinho.

Em Xapury existiam tambem altos elementos que estão no lado dos que trabalham pelo engrandecimento do Acre, com o seu dobrar em dois governos, e, entre elles polemos apontar o dr. José Alves Maia, advogado de anno feito no Territorio, jornalista de convicções firmadas, proprietario de um jornal de conceito como *«A Ordem»*. Porque o sr. Maia não tomou parte nesse comicio que segundo nos parece foi promovido por elementos adventicios á cidade de Xapury?

Os habitantes do Jurú e Tarauacá não vão ao outro, nem esse *Monstro* lhes faz arrefecer do idéas. Os que estão agindo do lado de cá, tem a absoluta convicção de que, vencidos ou vencedores, estão procurando o bem geral do Territorio. Si, em todo isto, ha algum regionalismo, este certamente está do outro lado.

Scena de sangue

Sexta feira ultima, 28 do espirante, ocorreu na Linha do Tiro horrivel scena de sangue, de que foi protagonista o individuo orberto de Freitas, que tomado de instinctos inconfessaveis assassinou a filha muller Marianna Peixoto de Lima em quem vibrou 3 enormes facadas, deixando estantaneamente sem vida a sua innocencia victima.

Pelo a policia, que tomou immediatamente providencias, o criminoso no seu depoimento confessou o crime, permanecendo-o.

Ente e outros motivos, que lhe teriam levado ao assassinio, confessou o criminoso, que Marianna, a quem vinha prestado serviço ha muito tempo, em recompensa lhe fazia constantes promessas amorosas, que nunca foram cumpridas.

Confessou ainda o réo que a mando de Marianna, sua victima, fartara uma machina pertencente á escola de Costuras «D. Joanna Varela» furtu que predica animado pelas mesmas promessas e que destituído destas, resolveu liquidar o caso, com a pratica do crime.

Pela policia corre regularmente o processo respectivo já tendo a machina furtada sido recebida para a escola «D. Joanna Varela».

O enterro da victima effectou-se no dia 29 ás 4 horas.

Fallecimento

No dia 24 do corrente falleceu nesta cidade a Exma. Sra. D. Maria Olympia de Albuquerque Maia, virtuosa esposa do sr. cel. João Maia, digno presidente do Conselho Municipal.

O lutooso acontecimento encheu do mais profundo pesar a cidade inteira, cuja população, recebeu a inesperada e dolorosa noticia com o mais evidente consternamento e incontinida magura.

No curtissimo periodo de sua enfermidade, pois D. Marinha Maia fora acometida de um ataque de eclampsia a 14 horas vindo fallecer ás 20 mais ou menos, a desditosa senhora teve a assistencia do dedicado e illustre facultativo Dr. Adalberto Correia, que empregou todos meios de que ponde lançar mão para salvar-lhe E, apesar da gravidade do mal, o medico que teve como auxilio o competente e esforçado pharmaceutico Mario Lobo, chegou a acreditar, após a delivrance por a desditosa senhora fora de perigo.

Infelizmente tal não aconteceu e ás 19 ou 20 horas a morte zombava de tudo, atrast não entrou uma vida util, uma existencia preciosa, toda dev. tida ao trabalho horrado do lar e o ecafinhados filinhos e do esposo extremoso.

A desventurada senhora deixou nove filhos, que são: Adalgiso, Lu percia, Jader, Lourdinha, Neusa, Creusa, José, Ildelberto e o recém-nascido.

A cerimonia do enterramento teve lugar no dia seguinte ás 11 horas com avultadissimo acompanhamento.

Sendo o Cel. João Maia, umas das figuras mais representativas do commercio e da industria locais, e nosso commercio, em signal de pesar, cerrou as portas durante o dia 25.

O «Rebata» lamentado sinceramente o fallecimento de D. Marinha Maia, portadora das mais prestigias qualidades inherentes á esposa virtuosissima e mãe devota, de par com a grandeza de sentimentos e de coração que lhe attrahia a sympathia geral da sociedade desta terra, que perde com o seu passamento, um dos seus elementos, mais queridos, envia, com estas linhas a todos de sua familia, notadamente ao Cel. João Maia, seu desolado esposo, a sua verdadeira expressão do mais profundo pesar pelo golpe imprevisto que vem de esultar-lhe a alma abolido sulco profundo em sua vida.

QUE DEUS TENHA A SEU LADO A ALMA DE D. MARINHA MAIA.

Agradecimento

João Baptista de Oliveira Maia e filhas, presentes e ausentes! Bel. Irmão Maia de Mendonça e familia e Antonio Vital de Oliveira Maia, ainda sob a dolorosa impressão do amargurado transe por que passaram com o rude golpe que lhes roubou sua idolatrada e inesquecivel esposa, mãe, madrastra, comadre, madrinha e cunhada Maria Olympia de Albuquerque Maia, fallecida em 24 do corrente, penhoradissimos apresentam por este meio a todas as pessoas

Soneto

(DEPOIS DE LER IRACEMA)

Apensa findo a rapida leitura,
Na mente as varias scenas recomponho
Desse livro, ao começo tão risonho,
E ao terminar, tão cheio de amargura,

Os olhos cerro e, em commoçada postura,
Perco os mundos ideaes do sonho,
Desfazendo, ora alegre, ora tristonho,
De um remoto passado a venda escura,

É sinto n'alma uma tristeza infanda,
Vendo morrer a talajara linda
De que nos fala o tragico poema;

É ouço a onda gemer beijando a praia
E a triste voz plangente da Jandaia
A repetir o nome de Iracema.

Pe. A THOMAS.

amigas que lhes vieram trazer o seu conforto no momento angustiante, especialmente as mães e dedicadas amigas D. D. Otilia Silva, Aspasia Lima, Margarita Barreto, Anna de Hollanda e Maria Leibe, e os distictos amigos Drs. Adalberto Correia e Mario Lobo, Alvaro Borges, Arthur Lima, Edgard Barreto, Milton Moraes, Dr. Camara Caldas e Antonio Pereira da Silva; e a todos os que pessoalmente manifestaram os seus sentimentos, os que se acompanharam á sua ultima morada e ao commercio local, pelo seu sensibilizador gesto, cerrando suas portas, os seus proferidos agradecimentos e immoderada gratidão.

No coração do inferno verde

Temos sobre nossa meza um exemplar do magafico livro do preclaro Sr. Desembargador Alberto Diniz, sob o titulo acima, que nos endereçou pela ultima maila, da Capital Federal com esta lisongeira dedicatória:

«A redacção do «O Rebata» que denodadamente se luta pelo interesse mais legitimos do Territorio do Acre, offerece a Alberto Diniz.

Obra que mais veio enriquecer a litteratura brasileira, por tão amplas dissertações e superior estilo; de incovenestavel valor: para os acreanos, bem ao par do que fôra a atuação do Desembargador Diniz, no Governo do Territorio, lemola de um só folego tal o interesse que nos «despertou».

S. Excia nella transcreve todas as referencias ao seu boacido e benfaco governo que lhe foram feitas pela nossa confrere «A Folha do Acre» entrevistas concedidas a «Folia do Norte» de Belem, varias suadações a si feitas em Rio Branco todas as suas respostas; discursos sobre festividades nacionais e as alem de interessantes contos seus publicados em jornaes do Purús, uns, quando já esteve como Presidente do Tribunal de Appellacao, a contar de 1906. 1917 quando o

mesmo fora extinto. Agradecemos penhoradissimos a lembrança gentiliza do ellibado Sr. Desembargador Alberto Diniz, lançando porem a absoluta falta de espaço nesta edição para algo dizermos sobre a magnanimidade de seu coração, sobre a sua proverbial illustração e valor juridico para o que não nos, faltará occasião.

Finados

Passará no dia 2 de Novembro entrante o dia dos mortos.

A nossa necropole, nesse dia, como nos annos anteriores, accorrerá enorme multidão no intuito de orar pelos que deste mundo se foram para a Eternidade.

E se esse dia é portador de saudosas recordações, com elle offerece-se nos ensejo de prestarmos uma homenagem á memoria dos entes queridos que baixaram á tumba, depositando sobre seus tumulos, algumas flores cujos perfumes synthetizam a nossa gralidão.

Finados entre nós, não passará sem a habitual romaria á nossa necropole.



INTENDENCIA MUNICIPAL DO JURUÁ

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. S. CEL. MÂNCIO AGOSTINHO RODRIGUES LIMA

FORTARIAS

N. 106. O Intendente do Município do Juruá—Território do Acre, por nomeação legal.

Determino ao senhor contador thesoureiro que pague ao professor Francisco das Chagas Rosa, mediante recibo em duas vias, a quantia de duzentos e cinquenta mil reis (Rs. 250.000), *ex uti* da portaria n. 107, de 2 de Janeiro último, devendo essa despesa correr por conta da consignação «Instrução Pública» e sub-consignação «Material», § 2º do art. 4 da Lei Orçamentária para o corrente exercício.

Registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Intendente do Município do Juruá, em Cruzeiro do Sul, 2 de Fevereiro de 1928, 1079 da Independência e 490 da Republica.

(a) Mancio Agostinho Rodrigues Lima, Intendente.

N. 107. O Intendente do Município do Juruá, Território do Acre, por nomeação legal.

Resolve conceder de accordo com o art. da lei n. 115 de 30 de Julho de 1922, um mez de licença ao professor da escola «Plácido de Castro», cidadão José Gentil Theophilus, para tratar de seus interesses particulares, conforme requereu.

Registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Intendente do Município do Juruá, em Cruzeiro do Sul, 2 de Fevereiro de 1928, 1079 da Independência e 490 da Republica.

(a) Mancio Agostinho Rodrigues Lima, Intendente.

N. 108. O Intendente do Município do Juruá, Território do Acre, por nomeação legal.

Tendo em vista que o serviço de iluminação publica está sendo feito de modo que não satisfaz o conforto publico;

Attendendo a que, em parte, a deficiência da iluminação é em consequencia de ser accionado o torno mecanico, durante o horario respectivo, para a realisação de trabalhos particulares, sobrecarregando assim os dynamos que deste modo não podem produzir boa energia;

Attendendo finalmente que o governo Municipal não deve permitir a continuação dessa pratica que redunde em prejuizo da collectividade, resolve prohibir expressamente que durante o horario da iluminação publica seja accionado o torno mecanico para a realisação de qualquer serviço.

Registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Intendente do Município do Juruá, em Cruzeiro do Sul, 22 de Fevereiro de 1928, 1079 da Independência e 490 da Republica.

(a) Mancio Agostinho Rodrigues Lima, Intendente.

N. 109. O Intendente do Município do Juruá, Território do Acre, por nomeação legal.

Determino ao senhor Secretario que, para regularidade e ordem do serviço publico, não permita que sejam protocoladas nem processadas as contas provenientes de fornecimentos a esta Intendencia que não os tiverem acompanhadas das competentes requisições expedidas pela Secretaria, bem como providencia affim de que reiteradas contas sejam apresentadas a esta repartição até o dia 30 ou 10 de cada mez.

Registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Intendente do Município do Juruá em Cruzeiro do Sul, 23 de Fevereiro de 1928, 1079 da Independência e 490 da Republica.

(a) Mancio Agostinho Rodrigues Lima, Intendente.

Requerimentos despachados em Janeiro.

Dia 5
N. 1 Etelvino Teixeira Lobo. Deferido pagando a taxa devida.

N. 2 José Nicão da Silva. Tendo em vista a informação do Agente Arrecadador e o parecer da Secretaria—Indefido. Com recurso para o Conselho Municipal.

N. 3 Joaquim Mariano de Oliveira. Idem idem, com recurso para o Conselho Municipal.

Dia 6
N. 4 Miguel Affonso. Deferido.

N. 5 Vicente de Paula Correia. Deferido.

Dia 13
N. 6 Umbelino de Avello. Em vista da informação do Agente Arrecadador—Deferido.

Dia 14
N. 7 Geminiano de Hollanda. Visto.

N. 8 Geminiano de Hollanda. Pague-se pela copia da rubrica «Publicação e impressão de actos Officiaes» (§ 2º do art. 6) do orçamento em vigor.

Dia 21
N. 12 Ulysses Rodrigues Coelho. Deferido, pagando a taxa devida.

Dia 23
N. 13 Manoel Messias dos Santos. Em vista da informação deferida, ficando o requerente sob a obrigação de desocupar o local logo que lhe seja exigido pela Intendencia.

Dia 26
N. 14 Jose Leite. Pague-se pela verba—«Limpeza e Obras Publicas» § 1º do art. 5) do Orçamento em vigor.

Dia 27
N. 15 Guilherme Ferreira Loureiro. Como pede, pagando a taxa devida.

Dia 29
N. 16 Oscar Teixeira de Mel-

lo—Como pede, pagando a taxa devida.

N. 17 Pedro Alves Rodrigues. Pague-se.

N. 18 Jeronymo de Albuquerque Lima. Deferido, pagando a taxa devida.

Dia 30
N. 19 José de Vasconcellos Pessoa. Como requer, pagando a taxa devida.

N. 20 Raymundo Augusto de Araújo. Idem idem.

Dia 31
N. 21 Leopoldo Martins de Almeida. Idem idem.

N. 22 Gedeão Monteiro Maia. Como requer, pagando a taxa devida.

N. 23 João Marinho Falcão. Idem idem.

N. 25 Maria Queiroz—idem, idem.

N. 26 Francisca Queiroz, idem idem.

N. 27 Francisco Correia Barahuna—Sim, pagando a taxa devida.

Magnifico o serviço telegraphico

O serviço telegraphico está sendo feito ultimamente com a maior presteza e regularidade, podendo-se mesmo avançar em dizer que a nossa Estação Radiotelegraphica nunca funcionou com tanta pontualidade, a excepção de casos esporádicos.

Estação já bastante velha e desprovida de certos apparatus technicos hoje em voga no serviço moderno, é de admitir a pontualidade com que está satisfazendo o serviço. Por outro lado, aliás, isto se justifica perfeitamente na dedicação do digno e devoto funcionario Sr. João Paulino do Nascimento, seu digno encarregado, que tudo faz para attender o publico em geral.

Tem-se recebido ultimamente telegramas de Manaus e Rio Branco do mesmo dia e alguns com poucas horas. Parabens pois, ao publico em geral e ao sr. Nascimento em particular.

Grupo Escolar

A 1ª do corrente reabriram-se solemnemente as aulas do Grupo Escolar «Barão do Rio Branco». Realizada a cerimonia do hasteamento da bandeira pelo sr. capitão Vasconcellos Pessoa, Intendente do Município, seguiu-se a solemnidade de reabertura das aulas, tendo o sr. Bellarmino Maia, Director do Estabelecimento, proferido discurso de improviso, em linguagem accessivel ao alcance e comprehensão dos alumnos sobre o magno problema da alfabetisação e concitando-os a seguirem os conselhos de suas professoras a quem deviam respeitar e estimar como a seus proprios paes.

A solemnidade foi encerrada com o cantico do Himno Acreano que foi ouvido em silencio religioso.

Varias

O jornalista Mario Rodrigues publicou um artigo dizendo que o «Dia da Imprensa» devia chamar-se «Gordo», em allusão á lei da Imprensa. Acha que se deveria erguer uma estatua ao senhor Adolpho Gordo, ladsado pelo senador Aristides Rocha e pelo Deputado Annibal de Toledo, vestidos de cossacos, de knout em punho, a chicotear o pensamento.

O governo americano cogita de prohibir os «raids» transoceanicos para poupar a vida dos aviadores, porque no anno passado desapareceram dezoito e morreram sete.

Ext.

A bem do povo

Mercadorias por preços baratissimos encontra-se no estabelecimento commercial de JOSÉ VICTOR DE ANDRADE, no Mercado Publico.

Prevenção

Constando haver o cidadão Joventino Ferreira Braga combinado arrendar ao Sr. Raymundo Ferreira Lima o seringa «Riosinho das Minas», declarou, no caracter de procurador da viuva e filhos do fallecido Francisco Martins Ferreira, que o Sr. Joventino Braga não pode absolutamente firmar quaesquer negocios a que se prenda o alludido seringa.

Estando esta propriedade envolvida em litigio, em virtude de ter os seus herdeiros e meus constituintes, movido uma acção ordinaria contra o Sr. Joventino Braga, para reaverem o dito seringa, indubitavelmente occupado por este Sr., já obtiveram elles decisão favoravel em primeira e segunda instancias, dependendo, apenas, para a immissão de posse dos meus constituintes, no referido seringa, a confirmação das decisões dadas, na acção citada, do Egregio Tribunal de Appellação, para onde interpuzeram recurso todos os advogados do cidadão Joventino Ferreira Braga.

Fica exposto a possiveis prejuizos quem quer que seja que commetta qualquer negocio com o referido cidadão Joventino Braga, em relação ao seringa «Riosinho das Minas».

Acatelem-se, pois, Humaythá, 25 de Fevereiro de 1928.

Raymundo Mendes de Brito Arraes.

Off. d' O REEBATE

Nestas officinas imprimem-se cartões, talões, envelopes, facturas, etc, etc

Matéria completa: Cf. figura 6 — Magnifico serviço telegráfico

Intendencia Municipal do Jurua

Administração do Exmo. Sr. Coronel Miguel Teixeira da Costa

RELATORIO

APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DO JURUA EM SUA REUNIAO ORDINARIA DE 5 DE ABRIL DE 1927, PELO CORONEL MIGUEL TEIXEIRA DA COSTA, INTENDENTE MUNICIPAL.

(Conclusão)

Devido a esta meu proposito, o secretario tem se visto sobrecarregado de servicos, pois, alem dos que rigorosamente lhe competem, tem a acumular os de assannense-archivista. Para rhompenhar este desdobramento de esforços de justico, no fim do anno ultimo, abonar-lhe a gratificacao de 500-000, para o que baixei a portaria n. 42, de 31 de Dezembro, que submetto a vossa consideracao.

FISCALISACAO

Dos servicos de fiscalisacao, dependentes de vigilancia do fiscal, somente o que diz respeito a crecicao de porcos na cidade, tem sido descurado, e isto porque não possuindo a Intendencia um deposito, para armazenar esses animais, o Intendente, Dr. Azizio Bezerra, assim comprehendendo, projectou a construcção de um curral para deposito do gado de toda especie, apprehendendo nas commissões a que obriga oCodigo do Pasturas, tempo para a realisacao da obra, no local de entao, uma lei reguladora desse servico. Mas, até hoje, essa construcção não foi objectivada, uma vez que nos orçamentos, nunca foi consignado credito para esse fim.

Esse credito é o que eu, agora vos voulo pedir, afim de poder levar a termo esse deposito, não realisado pelos que são prejudicados com os estragos causados por aquelles animaes e pelos proprios interesses do Municipio que, a falta do mesmo vê-se privado de uma renda eventual não pouquena.

INSTRUCCAO PUBLICA

De conformidade com o projecto regulamentar, iniciada a corrente anno lectivo, no dia 1.º de Fevereiro ultimo, com uma matricula de 427 alumnos, entrando a funcionar todas as escolas municipais, com excepção apenas da "Ruy Barbosa", de primeira entrada, com sede no seringal Uru-hutama, cujo professor João Evangelista de Carvalho, demittido a 30 de Novembro do anno findo, a seu pedido, não foi ainda substituido.

A escola Joaquim Nabuco de terceira entrada, iniciou o anno escolar, sob o regencia interior da senhorita Severina Pereira dos Santos, por ter entrado em gozo de seis meses de licenca a professora efectiva D. Maria do Carmo Correia de Oliveira.

Tambem pela portaria n. 32 de 20 de Setembro de 1926, concedi 2 mezes de licenca, que posteriormente, foi prorrogada por mais dez dias, a professora D. Anna da Cunha Oliveira, da escola Wenceslau Braz, de terceira entrada, nomeando para substitui-la, interinamente, a senhorita Maria do Carmo Soares. Essa professora, tendo terminada o prazo de sua licenca, reassumiu o exercicio activo de sua cadeira.

Foi o seguinte o resultado dos exames procedidos nas escolas municipais, ao encerrar-se o anno lectivo em 30 de Novembro ultimo:

Escola "7 de Setembro". Submettidos a exame, 11; approvados com distincção, 7; plenamente, 4.

"Joaquim Nabuco". Foram examinados 10; 1 obteve distincção e os demais foram approvados plenamente.

"Craveiro Costa". Foram examinados 14; approvados com distincção 4 e plenamente 10.

"Marechal Hermes". Foram apresentados para exame 22, dos quaes seis obtiveram distincção e dezasseis plenamente.

"Wenceslau Braz". Foram examinados 17, sendo 3 approvados com distincção e 14 plenamente.

"Cunha Vasconcellos". Apresentados para exame, 13; classificados com distincção 3 e plenamente 10.

"Rio Peçanha". Foram examinados 14; sendo 1 approved com distincção e 13 plenamente.

"Almirante Ferreira da Silva". Foram examinados 8; approvados com distincção 4 e plenamente 4.

"Antonio Geraldo". Foram examinados 12, todos classificados com notas plenamente.

"Commandante Braz". Foram examinados 14; obtiveram distincção 5 e 9 plenamente.

"1.º de Maio". Foram examinados 12; obtiveram distincção 2 e 10 plenamente.

EXPOSICAO ESCOLAR

Procurando dar maior divulgacao ás vantagens do nosso ensino, projectei e levei a effeito no dia 24 de Janeiro ultimo, uma exposicção de trabalhos escolares a em que tomaram parte todos os estabelecimentos escolares do Municipio, inclusive os particulares.

Pude, com satisfacção, verificar que essa medida de propaganda não só agradou e animou o professorado, como causou a melhor impressao a quanto tiveram a bondade de comparecer a esse evento, e que redunou em um attestado, referente do real aproveitamento da nossa infancia que recebe instrucção nos diferentes estabelecimentos de ensino do Municipio.

DIVIDAS DO GOVERNO DO TERRITORIO

Felizmente estamos livres da contingencia em que nos vimos por algum tempo, com grande embaraço para a administração, de acudir com os dinheiros do municipio, por falta do Governo do Territorio, ao provimento de comendatarios da Cadeia Publica desta cidade, com a passagem desse servico para o encargo de particulares, mediante contracto com aquelle governo.

Ao assumir a Intendencia, verifiquei que, em razao desse embaraço, o municipio era credor do Territorio, na importancia de 15.334\$70, sendo 10.910\$300 relativa ao exercicio de 1925 e 4.424\$400, relativa ao exercicio de 1926, para cujo pagamento já o governo havia feito, em parte, o necessario empenho que se encontrava na Delegacia Fiscal. Finalmente, em Janeiro ultimo foram recolhidos ao cofre municipal 12.447\$200, que logo dei sabida á porcella de 1925, em accerto com o empenho constante do Decreto n. 61, de 15 de Julho de 1924, que já approvastes; faltando assim, apenas recebermos a importancia de 2.887\$700.

CREDITOS EM FAVOR DO MUNICIPIO

Orçava em 17.500\$000 os varios creditos abertos pelo governo do Territorio, nas administrações Cunha Vasconcellos e Alberto Diniz, em favor deste Municipio, para os quaes foram feitos os necessarios empenhos. Ultimamente tendo dita importancia sido recebida por esta Intendencia, logo lhe dei sabida, realisando os varios pagamentos a que a mesma se destinava.

Senhores Vogaes:

São essas as informações que, de momento, me occorre prestar-vos. Si, por ventura, lhe notardes qualquer deficiencia ou lacuna, me encontrareis sempre prompto a prehecher-las, bem como a prestar-lhes todo e qualquer esclarecimento de que venhais a precisar.

As dependencias da Secretaria da Intendencia, são um prolongamento deste respectable recinto, em que realisareis os vossos trabalhos legislativos; podeis, pois, estender até ellas, a vossa presença e exercer a vigilancia que

Movimento da Instrucção Publica no Municipio do Jurua, Territorio do Aere

Mez de Março de 1927

Escolas do Governo do Territorio

1	Grupo Escolar "B. do Rio Branco" (5 cadeiras)	171	alumnos
2	Escola "Cinco de Novembro"	58	"
3	"Thaumaturgo"	46	"
4	"Bilarmiro Mendonça"	40	"
5	"Olavo Bilac"	40	"
6	"Castello Branco"	33	"
7	"Absolon Morira"	21	"
8	"Muniz Varela"	27	"
9	"Princesa Isabel"	20	"
10	"Djalma Mendonça"	35	"
11	"Miguel Teixeira"	17	"
12	"Epanimondas Jacome"	30	"
13	"Curso Commercial"	19	"
14	"D. Joanna Varela" (Profissional)	50	"
15	"Seabra"	—	"
16	"Coronel Rondon"	—	"
17	"D. Pedro II"	—	"
18	"Pereira Braga", presentemente vaga	607	"

Escolas Municipaes.

19	"Marechal Hermes"	56	"
20	"Wenceslau Braz"	53	"
21	"Craveiro Costa"	47	"
22	"Sete de Setembro"	44	"
23	"Joaquim Nabuco"	30	"
24	"Commandante Braz"	34	"
25	"Cunha Vasconcellos"	30	"
26	"Placido de Castro"	23	"
27	"Almirante Ferreira da Silva"	22	"
28	"Primeiro de Maio"	19	"
29	"Ruy Barbosa", vaga actualmente	—	"
30	"Nilo Peçanha"	28	"
31	"Antonio Geraldo"	27	"
32	"Rego Barros" (subvencionada)	30	"
33	"Soares de Brito" idem	9	" 452

Ensino particular.

34	Externato "Placido de Castro" ensino secundario	9	"
		1.068	"

Observações: Faltam os boletins demonstrativos do movimento das escolas "Coronel Rondon", "D. Pedro II" e "Seabra", que ainda não foram recebidos pela Junta do Ensino.

o bem publico reclamar.

Saúdo-vos

Gabinete do Intendente do Municipio do Jurua em Cruzeiro do Sul, 5 de Abril de 1927.

MIGUEL TEIXEIRA DA COSTA

Intendente

ARMAZENS

FUZUE

DE Alexandre Sobral

Sortimento de fazendas, miudezas e estivas que vende á preços sem competencia.

Compra borracha couros de viado, assucar, farinha, café, feijão, milho & pelos melhores preços cotados na praça.

Compra borracha em consignação como mettendo se fornecer optimas contas de vendas motivo porque só embarca seus productos para as casas mais acreditadas nas praças de Manaus e Belem.

Comprei nos ARMAZENS FUZUE e viva Republica!

Armazem e Padaria

BAHIANO

DE

Said Assum

NA RUA RODRIGUES ALVES

Grande sortimento de mercaderia nacional e estrangeira, pão, bolachas, rosas, biscoitos etc., que exporta para quasi todo o interior do Municipio.

Recibe por quasi todas as embarcações a vapor, sortimento de massas finas e muitas novidades para seu commercio que não teme á competencia porque seus preços são os mais razoaveis.

Ver para crer.